

Frasesologia e língua de sinais

interpretação, estratégias
e discurso político

Andrea Michiles Lemos

Frasesologia

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE

Reitor

Jose Wally Mendonça Menezes

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Joélia Marques de Carvalho

Pró-Reitora de Ensino

Cristiane Borges Braga

Pró-Reitora de Extensão

Ana Claudia Uchôa Araújo

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Reuber Saraiva de Santiago

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Marcel Ribeiro Mendonça

EDITORA IFCE

Editor Executivo

Tiago Estevam Gonçalves

CONSELHEIROS NATOS

Ana Cláudia Uchoa Araújo

Cristiane Borges Braga

Joélia Marques de Carvalho

Sara Maria Peres de Moraes

Tiago Estevam Gonçalves

CONSELHEIROS TITULARES

Alisandra Cavalcante Fernandes de Almeida

David Moreno Montenegro

Paula Patricia Barbosa Ventura

Josefranci Moraes de Farias Fonteles

Marcilio Costa Teixeira

Marieta Maria Martins Lauer

Barbara Suellen Ferreira Rodrigues

Sebastiao Junior Teixeira Vasconcelos

Nadia Ferreira de Andrade Esmeraldo

Auzuir Ripardo de Alexandria

Francisco Jose Alves de Aquino

Sandro Cesar Silveira Juca

Antonio Cavalcante de Almeida

Beatriz Helena Peixoto Brandao

Joao Eudes Portela de Sousa

Juliana Zani de Almeida

Glauber Carvalho Nobre

Rommulo Celly Lima Siqueira

Harine Matos Maciel

Maria Do Socorro de Assis Braun

Sarah Mesquita Lima

Jose Eranildo Teles do Nascimento

Igor De Moraes Paim

Nara Lidia Mendes Alencar

Meire Celedonio da Silva

Marilene Barbosa Pinheiro

Wendel Alves de Medeiros

Frasesologia e língua de sinais

interpretação, estratégias
e discurso político

Andrea Michiles Lemos

Frasesologia

Fortaleza - CE, 2025

Fraseologia e língua de sinais: interpretação, estratégias e discurso político. Autora: Andrea Michiles Lemos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPI Editora IFCE – EDIFCE

As informações contidas no livro são de inteira responsabilidade dos seus autores.

EDITORA IFCE

Editor Executivo

Tiago Estevam Gonçalves

Editora Adjunta e Normalização

Sara Maria Peres de Moraes

Revisão

Marilene Pinheiro

Projeto Gráfico e Diagramação

Phabrica de Produções:

Alecsander Coelho, Daniela Bissiguini, Érsio Ribeiro, Kauê Rodrigues,
Paulo Ciola, Rebeca Tonello e Thiago Cordeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Editora IFCE - EDIFCE

L557 Lemos, Andrea Michiles.

Fraseologia e língua de sinais: interpretação, estratégias e discurso político. / Andrea Michiles Lemos. --. Fortaleza: EDIFCE, 2025.

80 p. il. (Coleção Vozes)

E-book no formato PDF 2.886 KB

ISBN: 978-65-84792-61-6 (e-book)

ISBN: 978-65-84792-59-3 (impresso)

DOI: 10.21439/EDIFCE.56

1. Fraseologia. 2. Língua de Sinais. 3. Interpretação. 4. Tradução. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. II. Título. III. EDIFCE. IV. Título.

CDD 419

Bibliotecária responsável: Sara Maria Peres de Moraes CRB N° 3/901



Contato

Rua Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426. Fone: (85)34012263 /
E-mail: edifce@ifce.edu.br / Site: editora.ifce.edu.br.

“O que quer dizer traduzir?
A primeira e consoladora
resposta gostaria de ser:
dizer a mesma coisa
em outra língua. [...]
mas, o que significa
‘dizer a mesma coisa?’”

Umberto Eco

Sumário

Introdução	8
1. Estudos Fraseológicos	10
1.1 O que dizem os pesquisadores	11
1.2 Coligações x colocações	18
1.3 As unidades fraseológicas (UFs), os discursos de políticos e o lugar do TILS	20
2. Língua de sinais: Uma gramática gesto-visual	22
2.1 Unidades fraseológicas na Língua Brasileira de Sinais	23
3. Estudos da tradução	26
3.1 Estudos da interpretação	28
3.2 Estratégias de tradução/interpretação	29
3.3 Estudos da tradução/interpretação e o lugar da língua de sinais	31
4. O TILSP por ele mesmo	33
5. Unidades fraseológicas em interpret(ação)	41
6. Estratégias de interpretação de UFsna fala política	45
6.1 Estratégia da simplificação	46
6.2 Estratégia de explicitação	48
6.3 Estratégia da tradução literal	51
6.4 Estratégia da paráfrase	53
6.5 Estratégia de equivalência	66
6.6 Estratégia de apagamento ou omissão	69
Considerações Finais	74
Referências	76

Introdução

A interpretação¹ *versus* tradução sempre gerou discussão nos estudos referentes às teorias da tradução². Alguns autores defendem que os termos tradução e interpretação se complementam e, às vezes, podem remeter ao mesmo tipo de tarefa: “transmitir” os conteúdos de uma língua para outra língua, sem que, nesse percurso, o sentido do discurso seja “desvirtuado” (Quadros, 2004; Silveira, 2004). Outros defendem que há uma diferença significativa nesses conceitos e revelam a necessidade de um tratamento especial para a especificidade da atividade de interpretação; eles remetem os termos tradução e interpretação a tarefas distintas (Gile, 1991; Pagura, 2003; Rónai, 1987).

Enquanto a tradução estaria ligada à tarefa de traduzir de uma língua para outra na modalidade escrita das línguas – tarefa em que os tradutores podem utilizar, em seu benefício, dicionários, enciclopédias, livros, entre outros recursos, além de poder rever seu trabalho infinitas vezes na busca de aperfeiçoá-lo –, a interpretação, por outro lado, estaria ligada à tarefa de interpretar de uma língua para outra na modalidade oral, geralmente em situações dialógicas feitas *in loco*, sem nenhuma preparação prévia, o que atribui à atividade de interpretação um caráter único, não dando possibilidade ao profissional intérprete de utilizar-se de recursos extras e nem de rever o seu trabalho a fim de aprimorá-lo. As interpretações costumam ocorrer de maneira

consecutiva ou simultânea, obrigando o intérprete a ser ágil e a pensar rapidamente sobre como interpretar um discurso proferido.

Nas línguas de sinais (LS) há o costume de gravar, em vídeo, textos que são elaborados em língua de sinais ou textos em português que são sinalizados em língua de sinais – nesse caso, já houve um trabalho de tradução. O trabalho com esses tipos de textos é considerado tradução e não interpretação, embora possa ser realizado na modalidade oral³; isso porque o tradutor-intérprete pode rever o texto, consultar materiais e revisar sua tradução, antes de concluir o seu trabalho, salvo em situações em que o profissional veja o vídeo pela primeira vez e imediatamente já realize a interpretação do texto e essa seja a versão final de seu trabalho.

De acordo com Magalhães Júnior (2007), traduzir e interpretar podem ser considerados atos que se interpenetram. A diferenciação terminológica entre os dois é para fins didáticos e, geralmente, só as pessoas que pesquisam e trabalham nessa área fazem essa distinção.

Nessa dicotomia, tradução *versus* interpretação, outros fatores estão implicados. Pöchhacker (2004 *apud* Souza, 2010), defende que o ato de interpretar é performatizado, “*aqui e agora*”, que visa o benefício das pessoas comprometidas com a comunicação para além de barreiras linguísticas e culturais. Temos aqui exposta a questão da instantaneidade da

1. Utilizamos o termo interpretação para designar a tradução oral entre línguas (tradução interlingual).
2. Tradução aqui se refere ao ato de traduzir textos escritos.
3. Por questão de padronização, optamos por usar “modalidade oral” para a realização de línguas orais e línguas de sinais. Alguns estudiosos preferem “modalidade sinalizada” ou “sinalidade”.

interpretação, que exige do intérprete de línguas uma agilidade de pensamento e de comunicação. Costa (2005, p. 26) defende que traduzir é retextualizar. Para ele, diferentemente do escritor que tem “liberdade” de criação, “o tradutor [...] trabalha sob condições diferentes. O texto que ele escreve vai ser baseado numa mensagem que já existe em forma de texto em outra língua.” Souza (2010) trabalha com o conceito de tradução como retextualização, e de interpretação como mediação instantânea; para ele, esses dois conceitos são distintos, pois a retextualização exige um tempo de reelaboração do texto que a interpretação não permitiria.

Devemos estender o conceito de retextualização para os “textos” orais que podem ser interpretados de uma língua para outra, e não apenas considerar os textos escritos, pois, apesar da instantaneidade da interpretação, (re)textualizar implica inevitavelmente fazer escolhas no nível interpessoal; o sucesso na escolha dos itens lexicais vai depender basicamente da habilidade pessoal do intérprete de “reconstruir” o texto-fonte em um texto-alvo, ou seja, retextualizar. Ao adotar o conceito de que tradução e interpretação são atividades de retextualização, que consistem em uma nova produção textual a partir de um texto já produzido – e não se trata apenas de uma transposição entre códigos – levamos em consideração o ato de interpretar e suas peculiaridades.

A transmissão de programas televisivos com a janelinha de Língua Brasileira de Sinais (Libras) tornou-se mais frequente após a aprovação da Lei de Acessibilidade (nº 10.098/2000), da Lei de Libras (nº 10.436/2002) e do Decreto nº 5626/2005. Essas conquistas garantiram ao surdo não somente o acesso à comunicação como também ajudaram na difusão da língua de sinais.

A TV Assembleia, emissora de televisão da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALEC), adota a janela de Libras nas transmissões de alguns de seus programas e das sessões plenárias desde o ano de 2007.

Apresentamos, portanto, o resultado de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, no período de 2010 a 2012. Como *corpus* para a investigação, utilizamos as gravações das sessões plenárias da ALEC de fevereiro de 2008 a dezembro de 2010. O intuito foi selecionar falas de parlamentares em que mais se evidenciasse o uso de unidades fraseológicas (UFs), objetivando descrever as estratégias de interpretação adotadas pelos tradutores-intérpretes⁴ de línguas de sinais / língua portuguesa (doravante TILSP) na interpretação dessas expressões do Português para Libras.

Entendemos que a interpretação de unidades fraseológicas exige do profissional não somente um profundo conhecimento de língua, mas também um amplo conhecimento cultural das línguas envolvidas no processo, além de outras habilidades necessárias ao processo tradutório, como é o caso do uso de estratégias.

O tradutor-intérprete de Libras encontra dificuldades na interpretação de UFs no momento de uma “interpretação simultânea”, tanto devido ao tempo de que ele dispõe para tal tarefa, como pelo fato de que as línguas não são isomórficas, e não existem “substituições” sintáticas ou semânticas prontas entre elas. Ao interpretar UFs do Português para a Língua de Sinais, na maioria das vezes, o profissional faz uma interpretação do significado da unidade fraseológica, buscando uma relação de sentidos. Por essa razão, as discussões sobre as estratégias de interpretação em um processo tradutório são tão necessárias e importantes, haja vista que, a partir dessas discussões, podemos pensar novas estratégias para esse processo.

Através desse estudo, pudemos identificar e descrever as estratégias de interpretação utilizadas pelos TILSP na interpretação de UFs. Foi no entrelace das duas áreas disciplinares – a Linguística, com foco nos estudos fraseológicos, e os Estudos da Tradução, com foco na interpretação – que construímos novos conhecimentos para propiciar reflexões teóricas importantes que ajudassem a melhorar e a validar teoricamente a prática empírica dos TILSP.

4. Denominamos os intérpretes de Libras de tradutores-intérpretes porque esses profissionais sempre transitam entre a tradução e a interpretação em língua de sinais, ao contrário dos intérpretes e dos tradutores em línguas orais que, geralmente, têm o seu papel e atividade profissionais bem definidos.

1

Estudos Fraseológicos

A Fraseologia sempre esteve à margem nos estudos linguísticos. Os primeiros registros formais de estudos fraseológicos datam do século XX com Charles Bally (“*Précis de stylistique*”, 1905 e “*Traité de stylistique*”, 1909), aluno e seguidor de Ferdinand de Saussure, além de fundador da linguística moderna. Bally é considerado por muitos linguistas como o “pai” da Fraseologia, pois foi o primeiro que se deteve a investigar e a analisar exhaustivamente os fenômenos fraseológicos. Alguns pesquisadores mencionaram e chamaram a atenção para as expressões *toutes faites* – como eram chamadas por Saussure. Para Saussure (2006, p. 144), “há [...] um grande número de expressões que pertencem à língua; são as frases feitas, nas quais o uso proíbe qualquer modificação, mesmo quando seja possível distinguir, pela reflexão, as partes significativas”. Sempre houve uma sinalização para a importância de estudar essas expressões da língua, que parecem ser uma ‘unidade’ de significados e que, muitas vezes, os seus elementos linguísticos estão ligados há tanto tempo que não é mais possível distinguir seus significados separadamente.

Em toda área do conhecimento é necessário que tenhamos um objeto de estudo definido e, nos estudos fraseológicos, temos a unidade fraseológica (UF) como elemento central. Dessa maneira, podemos afirmar que o estudo da fraseologia se baseia nas investigações das unidades fraseológicas (UFs) da língua, sendo, portanto, as UFs o objeto de estudo da fraseologia.

Esses elementos da língua sempre foram estudados pelos pesquisadores e linguistas e receberam diferentes nomenclaturas, tais como: *expressões formulaicas; idiomatismos; léxias complexas; expressões pluriverbais; expressões cristalizadas; expressões fixas*, entre outras. No entanto, a maioria dos linguistas adota, e nós também, unidade fraseológica, pois consideramos ser a terminologia mais ampla e que abrange melhor todos os fenômenos, entre os quais *as expressões idiomáticas, os modismos, as frases feitas, as expressões fixas, os idiomatismos locucionais, as locuções, os provérbios, os refrões, as colocações, etc.*

Entendemos por unidades fraseológicas as unidades léxicas formadas por duas ou mais palavras que apresentam algum grau de fixação e algum grau de idiomatidade. Na constituição de uma UF, o significado individual das palavras se perde parcial ou totalmente. As palavras deixam de significar individualmente e passam a constituir uma unidade “indestrutível” de significados, cuja coesão é absoluta, não sendo possível a decomposição dessas UFs em partes e nem a permuta de seus elementos por sinônimos (Ruiz Gurillo, 1997), (Zuluaga, 1980), (Corpas Pastor, 1996) e (Tagnin, 2005).



As UFs não são identificadas apenas por uma característica, mas por um conjunto de características. Apresentamos aqui algumas das citadas por Corpas Pastor (1996) e Zuluaga (1980):

- Fixação (inalterabilidade da ordem de seus elementos, invariabilidade de alguma categoria gramatical, insubstituibilidade de seus elementos, impossibilidade de introduzir ou omitir novos elementos);
- Especialização semântica – a idiomaticidade;
- Frequência de uso – a institucionalização; e
- Gradação.

1.1 O que dizem os pesquisadores

Para Zuluaga (1980), as unidades fraseológicas (UFs) são combinações de palavras que funcionam como unidades em diferentes níveis gramaticais, arbitrariamente fixadas pela comunidade falante e que podem ser facilmente identificadas como uma expressão da língua. Para ele, as UFs são combinações convencionadas e institucionalizadas pela comunidade falante de uma língua. Esse falante identifica as UFs de forma um pouco confusa e indiferenciada, podendo denominá-las de expressões, ditos, fórmulas, modos de dizer, frases feitas, adágios, entre outras. Essas unidades apresentam diversas peculiaridades, não somente em sua composição, como também em seu emprego no discurso. Para distingui-las e classificá-las, é necessário fazer uma análise quanto à sua estrutura interna, quanto às suas propriedades de combinação e sua equivalência funcional.

A fixidez entre os elementos da língua é arbitrária, dado que não há explicação nem sintática e nem semântica para tal fenômeno linguístico; essas expressões são institucionalizadas a partir do uso repetido de uma comunidade linguística e podem ter diferentes graus de fixidez (Zuluaga, 1980). O principal traço característico e definidor das unidades fraseológicas seria a fixação:

Este traço determina seu *status* peculiar na língua (e na descrição linguística), não são expressões formadas livremente na fala senão repetidas como estruturas pré-fabricadas, frases feitas; podemos dizer que são como texto ou frações de texto dentro do texto, pois tem estrutura de segmentos de fala (Zuluaga, 1980, p. 15 – tradução nossa).

O autor classifica as unidades fraseológicas em dois grandes grupos: 1) os enunciados, que constituem por si mesmos textos completos como, por exemplo, os provérbios; e 2) as locuções, unidades que necessitam se combinar com outros elementos dentro da frase para constituir um enunciado, como o autor explicita na figura abaixo:

Figura 1 – Classificação proposta para as unidades fraseológicas



Fonte: Zuluaga (1980).

Como observamos na classificação, o autor difere enunciados que são completamente livres e funcionam como textos, de “enunciados” que são marcados contextualmente e não são considerados textos porque dependem de um contexto linguístico ou pragmático para ter funcionalidade.

A definição de fraseologia, para Corpas Pastor (1996), é ampla e inclui os diferentes tipos de combinações de palavras, tais como conjunto de frases feitas, locuções figuradas, metáforas e comparações fixas, modismos e refrões. A autora denomina os diferentes tipos de combinações de palavras de unidades fraseológicas, cujas características mais evidentes são: i) constam de pelo menos duas palavras; ii) apresentam um certo grau de lexicalização; e iii) caracterizam-se pela alta frequência de coocorrência na língua. A pesquisadora sintetiza a conceitualização das UFs da seguinte forma:

São unidades léxicas formadas por mais de duas palavras grafadas no seu limite inferior, cujo limite superior localiza-se no nível da oração composta. Tais unidades se caracterizam pela sua alta frequência de uso e da simultânea aparição dos seus elementos integrantes, por sua institucionalização, entendida em termos de fixação e especialização semântica, por sua idiomaticidade e variação potenciais, assim como pela graduação na qual ocorrem todos estes aspectos nos diferentes tipos (Corpas Pastor, 1996, p. 20 – tradução nossa).

Além das características globais das UFs citadas, podemos encontrar em alguns trabalhos a indicação de características linguísticas mais evidentes desse tipo de unidade, tais como frequência de uso, institucionalização, estabilidade (fixação e lexicalização), idiomaticidade, variação e gradação.

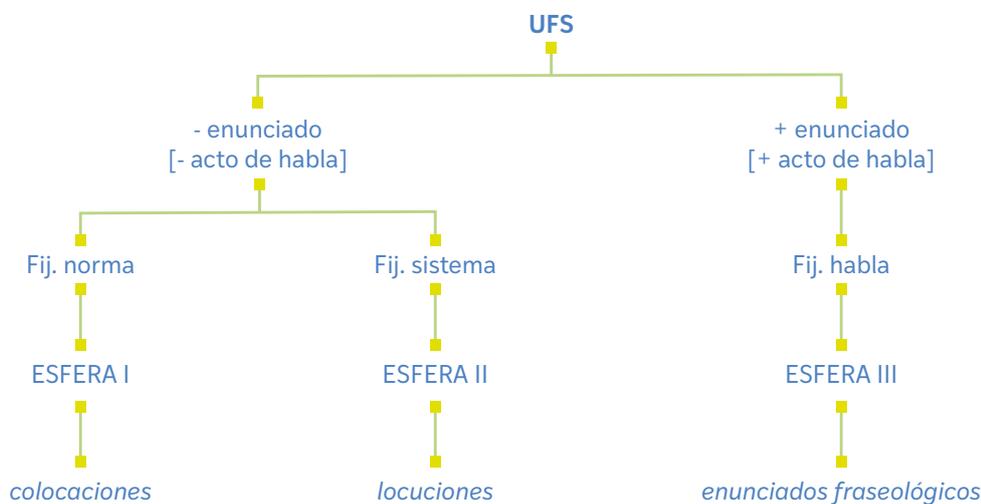
Tradicionalmente, a idiomaticidade é considerada uma das características essenciais de uma unidade fraseológica por causa de sua opacidade semântica (Corpas Pastor, 1996). Por essa razão, durante muitos anos as expressões idiomáticas têm sido consideradas como protótipo das UFs.

O termo idiomaticidade denota, nos estudos fraseológicos, a lexicalização semântica em seu mais alto nível. Para Corpas Pastor (1996) e Tagnin (2005, p. 16), o significado de uma expressão idiomática não é transparente, mas opaco, ou seja, “o significado da expressão toda não corresponde à somatória do significado de cada um de seus elementos. Assim, *bater as botas* não significa ‘dar pancadas com calçado que envolve o pé e parte da perna’, mas quer dizer ‘morrer’”.

No entanto, precisamos saber que as UFs podem apresentar dois tipos de significado denotativo: o literal e o figurado. Esse segundo tipo é o responsável pela idiomaticidade e representa a maior parte das UFs. Porém, salienta-se que nem todas as UFs são idiomáticas. Assim, podemos dizer que essa é uma característica potencial das UFs, mas não podemos afirmar que seja uma característica essencial.

Corpas Pastor (1996) propõe uma classificação para as unidades fraseológicas, vejamos:

Figura 2 – Classificação das unidades fraseológicas



Fonte: Corpas Pastor (1996).

A classificação da autora se apresenta em dois grupos: i) o primeiro, composto pelas esferas I e II (colocações e locuções), é constituído pelas UFs que não são enunciados completos e nem são atos de fala; necessitam combinar-se com outros elementos linguísticos para terem funcionalidade. A esfera I, constituída pelas colocações, compreende sintagmas completamente livres e apresenta certo grau de restrição combinatoria, que é determinada pela frequência do uso. As colocações se diferem das locuções por serem unidades estáveis; são combinações regidas por normas e apresentam uma fixação léxica externa. A esfera II é composta pelas locuções, que são combinações estáveis de dois ou mais termos e funcionam como um elemento oracional; elas são unidades fixas no sistema da língua. As locuções se diferenciam das combinações livres de palavras por serem unidades institucionalizadas, estabilizadas sintática e semanticamente, e por sua função denominativa; ii) o segundo grupo é composto pela esfera III, os enunciados fraseológicos, fixos e completos que constituem atos de fala. São exemplos de enunciados fraseológicos as parêntias e as fórmulas de rotina. Zuluaga (1980) e Corpas Pastor (1996) assim definem os enunciados fraseológicos: unidades que funcionam como sequências autônomas de fala, unidades mínimas de comunicação.

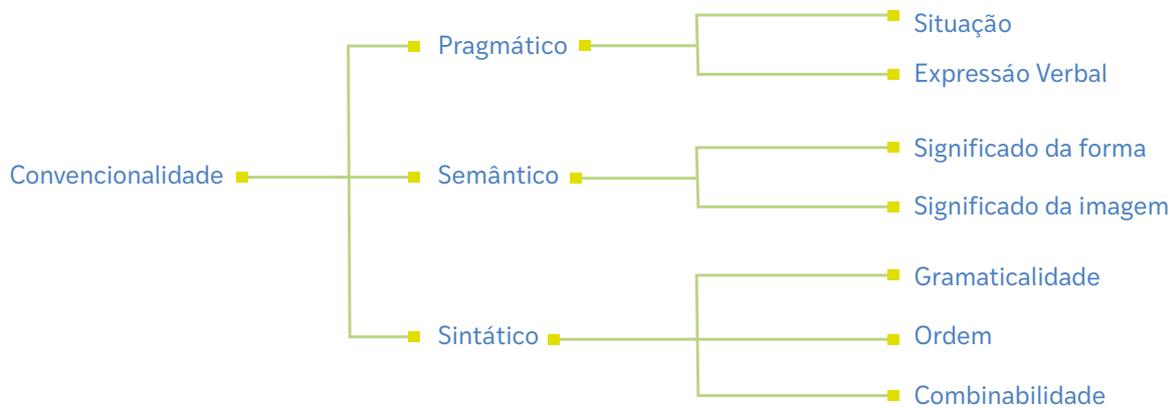
Para Ruiz Gurillo (1997, p. 14), são denominadas de UFs as “combinações fixas de palavras que apresentem algum grau de fixação e de idiomaticidade.”



Ortiz-Alvarez (2000, p. 75) defende que “a fraseologia constitui o estudo das combinações de morfemas estáveis, unidades semânticas que, por seus traços categoriais próprios, distinguem-se das palavras e combinações livres como unidades linguísticas.”

Tagnin (2005) apresenta um estudo sobre as expressões marcadas pela convencionalidade e pela idiomaticidade. Define a convencionalidade como tudo aquilo que é consagrado pelo uso e aceito em um acordo social, e a idiomaticidade refere-se ao que é opaco, não transparente. A autora defende que a convencionalidade pode acontecer em diversos níveis da língua. Baseando-se nisso, ela propõe os níveis de convencionalidade a seguir:

Figura 3 – Níveis de convencionalidade



Fonte: Tagnin (2005).

O nível pragmático corresponde ao “uso da língua em situações de interação entre falantes” (Tagnin, 2005, p. 19). Para exemplificar, citamos uma situação que exige certo comportamento social e que pode ser expresso verbalmente, a saber: usar a expressão *com licença* para retirar-se de um recinto. No nível semântico, a convencionalidade pode ser observada na relação não motivada entre uma expressão e seu significado, por exemplo, quando temos a expressão *pagar o pato*. De acordo com a autora, quando a convencionalidade passa para o nível do significado, adentramos no campo da idiomaticidade. O nível sintático “compreende a combinabilidade dos elementos, sua ordem e sua gramaticalidade” (Tagnin, 2005, p. 17).

A autora faz uma abordagem ampla da fraseologia, apresentando de maneira clara e objetiva algumas das principais expressões convencionais e idiomáticas. Ela propõe uma classificação das expressões marcadas pela convencionalidade e pela idiomaticidade, mas não as organiza sistematicamente em um quadro. Podemos resumir sua classificação no seguinte quadro:

Quadro 1 – Expressões marcadas pela convencionalidade e pela idiomaticidade

UFs	Tipos	Grupos	Subgrupos	Ordem	
Coligações	Coligações de regência	Verbos			
		Adjetivos			
		Substantivos			
		Advérbios			
	Frases Verbais				
	Coligações Prepositivas	Prep + SN			
Prep + SN + prep					
Colocações	Adjetivas	Adj. + S			
	Nominais	S + S			
		S + Prep + S			
	Verbais	V + N			
		V + Prep + N			
		V + Adj			
	Adverbiais	Adv + Adj			
		V + Adv			
	Expressões especificadoras de unidade				
	Coletivos				
	Binômios	Binômios de elementos idênticos		Não-idiomáticas	
				Idiomáticas	
		Binômios de elementos diferentes		Não-idiomáticas	
Idiomáticas				Irreversíveis	
			Reversíveis		
Estruturas agramaticais consagradas	Sintaticamente imprevisíveis				
	Sintaticamente petrificadas				
	Bloqueio sintático imprevisível				
Expressões convencionais					
Expressões idiomáticas					

Quadro 1 – Expressões marcadas pela convencionalidade e pela idiomaticidade (continuação)

UFs	Tipos	Grupos	Subgrupos	Ordem
Marcadores conversacionais	Estruturação semântica	Opinião		
		Restrição		
		Digressão		
		Sugestão		
	Sinalização do contexto social	Desejo de tomar o turno		
		Desejo de manter o turno		
		Desejo de deixar o turno		
		Passagem de turno		
	Sinalização da disposição de entendimento	Disposição para receber		
		Disposição para não receber		
		Disposição para fornecer		
		Disposição para não fornecer		
		Disposição para partilhar		
		Disposição para não partilhar		
	Sinalização de controle da comunicação	O falante se assegura da disposição do ouvinte		
		O falante incentiva o ouvinte		
Não entendimento do falante				
Esclarecimento de mal-entendido				
Fórmulas situacionais	Sintáticas	Polidez		
		Distanciamento		
	Fixas	Frases feitas		
		Citações		
		Provérbios		
	Rotina	Saudações		
		Agradecimentos		
		Desculpas		
		Votos		
		Situações à mesa		

Fonte: Elaboração própria.

Observamos na classificação das UFs proposta pela autora que há uma divisão bem mais marcada, diferentemente de outras propostas; ela faz uma classificação mais abrangente e, ao mesmo tempo, mais detalhada, denominando e agrupando as UFs por características centrais.

Por estruturas agramaticais consagradas, Tagnin (2005) considera as expressões que, mesmo agramaticais, fazem parte do uso consagrado de uma comunidade falante, a saber, em português, há o uso de estruturas como *de vez em quando* e *tanto faz*, que não são analisáveis do ponto de vista gramatical, mas são consagradas pelo uso. Dentro dessa classificação, a autora denomina três possíveis estruturas: i) as sintaticamente imprevisíveis, ou seja, não há regras gramaticais que expliquem a sua formação ou violam as regras gramaticais como, por exemplo, *Não tem de quê/Quem fala?*; ii) as sintaticamente petrificadas, estruturas que se consagraram numa forma que não corresponde à usual; e iii) as de bloqueio sintático imprevisível, estruturas que estão sujeitas a certas restrições sintáticas.

As expressões convencionais são unidades linguísticas de construções mais extensas – mais ou menos estáveis do ponto de vista sintático –, mas que possuem significados transparentes, ou seja, não apresentam dificuldade de compreensão, tais como: *estar aberto para discussão; para seu próprio bem; próprio para consumo*.

As expressões idiomáticas, por sua vez, recorrem não ao significado composicional, mas ao significado convencionado; o significado da expressão toda não pode ser definido a partir do significado de suas partes, como o exemplo já citado anteriormente: *bater as botas*. Vale ressaltar que as expressões não se apresentam apenas como convencionais não-idiomáticas e idiomáticas; elas podem apresentar uma escala maior ou menor em seu grau de idiomaticidade. Dessa forma, podemos pensar em uma escala em que, na parte mais baixa, estariam as expressões menos idiomáticas e, na parte mais alta, estariam as expressões mais idiomáticas. As expressões menos idiomáticas são aquelas

apresentam apenas alguns de seus elementos constituintes como idiomáticos, a exemplo da expressão *mentira branca*, na qual apenas o adjetivo tem sentido opaco; as expressões totalmente idiomáticas são aquelas nas quais nenhum de seus constituintes contribui para o entendimento do significado da expressão, tal como em *saia justa*.

Na proposta de Tagnin (2005), os marcadores conversacionais – saímos do nível semântico e passamos ao nível pragmático da convencionalidade – são “expressões que sinalizam certas estratégias empregadas na conversação. Isto é, são expressões que indicam ao ouvinte a intenção do falante quanto à sua participação na conversação.” (Tagnin, 2005, p. 70). A autora divide esses marcadores em quatro tipos: os de estruturação semântica; os de sinalização do contexto social; os de sinalização da disposição de entendimento; e os de sinalização de controle da comunicação.

Os marcadores do primeiro tipo sinalizam que o falante deseja “conduzir” a interpretação do enunciado. Vejamos alguns exemplos: *Acho que talvez.../ Tudo bem, mas.../ Por falar em.../ Por que você não faz o seguinte...*

Os marcadores do segundo tipo indicam a intenção do falante em relação à tomada de turno numa conversação, por exemplo: *Pode me dar um minuto?/ Bem, vamos ver.../ Isso é tudo o que eu tenho a dizer./ Qual a sua opinião?*

Os marcadores do terceiro tipo têm a função de indicar a disponibilidade do falante em estabelecer um entendimento na conversação. Exemplos desses marcadores são: *Gostaria de saber mais sobre isso./ Vê se me deixa em paz./ Bem, isto é o que penso a respeito./ Isso não é da sua conta./ Entendo o que você quer dizer./ Não sabia disso.*

O quarto e último tipo de marcadores estabelecidos são os de controle da comunicação, ou seja, o falante quer assegurar que o ouvinte está disposto a receber a mensagem. São exemplos desse tipo de marcadores: *Está me ouvindo?/ Óbvio./ Poderia repetir, por favor?/ Não foi isso que eu disse.*

A última classificação proposta por Tagnin (2005) são as fórmulas situacionais, tipos de expressões fixas, obrigatórias ou opcionais, utilizadas em determinadas ocasiões. A autora as divide em: i) fórmulas situacionais sintáticas, que podem ser de polidez ou de distanciamento – quando o falante não quer ser direto –, tais como: *Será que eu posso falar com você?/Parece que você não vai passar*; ii) fórmulas fixas, que englobam as frases feitas, as citações e provérbios como, por exemplo: *Falando do diabo.../Ser ou não ser, eis a questão!/Tudo que cai na rede é peixe*. E, finalmente, fórmulas de rotina, as fórmulas situacionais propriamente ditas; entram aí saudações, agradecimentos, desculpas, votos e situações à mesa.

Não mencionamos as coligações e nem as colocações, mas faremos uma breve diferenciação entre elas e nos deteremos a analisar precisamente as colocações, expressões que mais se evidenciaram em nossa análise da interpretação do português para a Libras, no discurso investigado.

1.2 Coligações x colocações

Foi o linguista J. R. Firth (1957) quem primeiro deu importância às colocações, utilizando o termo *collocation* para designar as coocorrências de palavras que usualmente “andam juntas”. Para ele, existe um “significado colocacional”; assim, um dos significados de *noite* é a sua colocabilidade com *escuro*. Não somente sintagmas como *noite escura* seriam colocações, mas também sintagmas como *vaca* e *leite*, quando ocorrem na mesma sentença (ex.: a menina bebeu *leite de vaca*). Para Jones e Sinclair (1974 *apud* Welker, 2004), as colocações são como “coocorrência regular” de itens lexicais. Dessa forma, as colocações consistem em um *node* (nóculo) e um *collocate* (colocado); utiliza-se “o termo *nóculo* para a palavra que está sendo estudada, e o termo *colocado* para qualquer palavra que ocorra na vizinhança especificada de um *nóculo*” (Sinclair, 1991 *apud* Welker, 2004, p. 140).

Tagnin (2005, p. 30) apresenta as coligações e as colocações como unidades formadas por uma base e um colocado, na qual a base “é a palavra que conhecemos,

a que carrega mais conteúdo semântico, a que determina a ocorrência da outra”, e o colocado “é a palavra que não conhecemos ou que não nos ocorre; é aquela que é determinada pela base.” Dessa forma, em *cabelo grisalho*, temos *cabelo* como a base e *grisalho* como o colocado. As coligações e as colocações são denominadas conforme se referiram a uma combinação gramatical ou a uma combinação lexical, respectivamente.

Baseando-nos nesta perspectiva, assumimos que há uma diferença conceitual entre coligações e colocações: a primeira refere-se a combinações gramaticais e a segunda a combinações lexicais, ou seja, as coligações são as combinações linguísticas nas quais o elemento colocado é uma palavra gramatical como, por exemplo, *confiar em*; e as colocações são as combinações linguísticas nas quais base e colocado são palavras de conteúdo como, por exemplo, *chuva torrencial*.

As coligações podem ser do tipo coligações de regência, frases verbais e coligações prepositivas. O primeiro grupo engloba todos os tipos de regência – de verbos, de substantivos, de adjetivos e de advérbios –; exemplos desse tipo são: *confiar em*; *relatório sobre*; *vestido de*; *por causa de*. O segundo grupo, as frases verbais – que não existem em português – é composto por um verbo seguido de uma partícula adverbial, formando uma única unidade linguística, como acontece na língua inglesa: *He finally give in*. O terceiro grupo, as coligações prepositivas, engloba as ocorrências do tipo Prep + SN e Prep + SN + Prep, tais como *ao acaso* e *ao custo de*.

As colocações são classificadas em adjetivas, nominais, verbais e adverbiais, além das expressões especificadoras de unidade, os coletivos e os binômios (Tagnin, 2005).

No grupo das colocações adjetivas temos expressões do tipo Adj + S, nas quais tanto o adjetivo como o substantivo podem ser convencionados (Ex.: *Feliz Natal*), como também somente o substantivo pode ser convencionado (Ex.: *política externa*).

Nas colocações nominais, compostas por substantivos, pode ocorrer de os dois substantivos serem convencionados, mas na maioria das ocorrências apenas o colocado é que é convencionado, exemplo: *fita isolante; folha de louro; cartão de crédito; questão-chave*. Observamos que nas colocações nominais temos não somente a formação S + S, mas também é muito comum a formação S + Prep + S.

No grupo das colocações verbais, temos as estruturas V + N, V + Prep + N e V + Adj, tais como *fazer uma piada, tomar cuidado, pôr em votação, ficar ofendido*. De acordo com Tagnin (2005), as colocações verbais são as que apresentam maior dificuldade de aprendizagem por um falante de uma segunda língua, o que nos leva a refletir sobre como se comportam as colocações em língua de sinais e sobre o que acontece com as colocações em língua portuguesa quando são traduzidas para a língua de sinais. Embora esse não tenha sido o objeto da pesquisa, não há como não nos inquietarmos com essa questão. Temos ainda as colocações adverbiais divididas em duas formações Adv + Adj e V + Adv, como vemos nos exemplos a seguir: *profundamente ofendido e amar cegamente*.

Como dissemos anteriormente, as expressões especificadoras de unidade, os coletivos e os binômios são tipos de colocações; então, unidades do tipo *uma barra de sabão, um pedaço de giz, uma informação, um ataque de riso, um rebanho de bois, um cacho de uvas, um monte de pedras, perdas e ganhos* (e não ganhos e perdas), *cama e mesa* (e não mesa e cama), *mundos e fundos* (e não fundos e mundos) são também consideradas tipos de colocações.

Para Mejri (2008), a noção de colocação se aproxima da noção de coocorrências, a copresença de dois ou mais elementos linguísticos, que têm uma combinabilidade, dentro das sentenças discursivas. Ele considera as colocações como um fenômeno discursivo, pois não acredita que elas sejam unidades construídas em uma “pré-linguagem”, mas que, ao contrário, elas surgem e são delimitadas, sobretudo, na realização da linguagem, no ato discursivo.

Este fenômeno tem a natureza essencialmente discursiva. Remete a todas as formas de atração lexical que se revelem por meio das realizações discursivas as mais diversas. Refere-se a todas as combinações possíveis desde que estas sejam realizáveis: det+N; N+adj; N+Prep+N; etc.; este fenômeno faz o *link* entre a combinatória livre e a combinatória fixa (Mejri, 2008, p. 196 – tradução nossa).

As colocações estão situadas entre as combinações livres e as combinações fixas. Dessa forma, podemos dizer que elas se referem “a todas as combinações sintagmáticas da combinatória livre cujos elementos são apropriados uns aos outros.” (Mejri, 2008, p. 197 – tradução nossa). O pesquisador apresenta o seguinte esquema para mostrar tal fenômeno:

Figura 4 – Esquema proposto para delimitar as colocações



Fonte: Mejri (2008).

Nesse esquema proposto por Mejri (2008), observamos que há uma gradatividade na fixação, ou não fixação, das expressões sintagmáticas, podendo realizar-se da mais livre para a mais fixa. A escala vai da sintaxe livre, seguida das construções com verbos suportes, passando pelas colocações até chegar às expressões completamente fixas, ou seja, aquelas que na sua realização não apresentam nenhum tipo de variação e que, de acordo com o pesquisador, são expressões que representam um pequeno percentual dentro da língua.

Nessa perspectiva, as colocações não podem ser confundidas com as expressões fixas; elas são combinações (mais ou menos) livres nas quais seus elementos se ligam de acordo com o discurso realizado. Resumindo, as colocações se formam a partir de combinações de elementos linguísticos mais livres com elementos linguísticos de uso mais restrito, possibilitando à língua construções sintagmáticas que estão mais suscetíveis a serem estruturas fixas dentro da língua.

1.3 As unidades fraseológicas (UFs), os discursos de políticos e o lugar do TILS

Adotamos a noção de discurso estabelecida por Maingueneau (2008), para quem o discurso é:

- 1) *Organizado para além da frase*, isto não quer dizer que o discurso seja sempre organizado em dimensões superiores à frase, mas que a sua organização estrutural é de outra ordem que a da frase; por exemplo, se tivermos o enunciado *Faça silêncio!*, mesmo sendo uma única frase, teremos um discurso constituído, pois temos nesse enunciado uma unidade completa de sentido;
- 2) *Orientado*, pois, além de ser concebido pela perspectiva do locutor, também é desenvolvido no tempo de maneira linear;
- 3) *Uma forma de ação*, como mostram Austin (1990) e Searle (1985), respectivamente, em seus trabalhos “Quando dizer é fazer” e “Os atos de linguagem”. Quando falamos exercemos uma ação sobre o outro, e não apenas representamos o mundo;
- 4) *Interativo*, a atividade verbal é marcada pelo binômio EU-VOCÊ, “toda enunciação [...] é, de fato, marcada por uma *interatividade* constitutiva, é uma troca, explícita ou implícita, com outros enunciadores, virtuais ou reais” (Maingueneau, 2008, p. 55), presentes ou ausentes. É nessa perspectiva do dialogismo que se constrói o discurso;
- 5) *Contextualizado*, o contexto não é necessariamente o ambiente físico da enunciação; ele pode ser também o *contexto linguístico*, denominado de **cotexto**, e *os saberes anteriores à enunciação*. Nunca há somente uma interpretação possível para um enunciado, o “mesmo” enunciado realizado em lugares distintos corresponde a dois discursos diferentes;
- 6) *Assumido por um sujeito*, o enunciador do discurso se coloca como “fonte de referências pessoais, temporais, espaciais e indica que atitude está tomando em relação àquilo que diz e em relação a seu coenunciador.” (Maingueneau, 2008, p. 55);
- 7) *Regido por normas*, o discurso como “atividade verbal” está inserido na instituição da fala, que, como todo comportamento, é regida por normas; são as chamadas “máximas conversacionais” de Grice (1975/1982), mas que os analistas do discurso franceses chamam de **leis do discurso**;
- 8) *Considerado no bojo de um interdiscurso*, ou seja, um discurso só ganha sentido quando inserido no interior de outros discursos.

E quando falamos de *discurso político*, estamos falando de quê? Falamos de discursos produzidos no campo da política ou da política enquanto discurso? A ação política seria secundária ao discurso ou este seria base para uma ação política? Não é simples responder a essas perguntas. Vários são os campos que têm como objeto de estudo a *política*: Antropologia; História; Filosofia; Sociologia; Psicologia Social; e Ciências da Linguagem. Cada um constrói o seu objeto de estudo da forma que lhe interessa.

Para um estudioso da linguagem e do discurso, falar de *discurso político* seria “tentar definir uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo de práticas.” (Charaudeau, 2011, p. 32). Definir o local desse discurso é complicado, pois qualquer enunciado pode ter um sentido político, dependendo da situação em que esteja inserido. Não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação que assim o torna. O discurso político enquanto “ato de comunicação” dedica-se a construir imagens de personagens que usam, através de sua retórica, estratégias de persuasão e de sedução para influenciar opiniões e conquistar adeptos à sua ideologia. Podemos “representar a comunicação humana como um teatro, uma vasta cena na qual seres humanos representam, por meio de seus atos de linguagem, espetáculos relacionais diversos nos quais alguns papéis estão previstos e outros são improvisados.” (Charaudeau, 2011, p. 51).

Dessa forma, levando em consideração a nossa reflexão acerca do “discurso” e tendo em vista que este estudo, apesar de estar inserido em uma situação genuinamente política, o material analisado não é constituído apenas por discursos políticos – uma vez que os parlamentares trazem à discussão assuntos da mais diversa ordem – nós denominamos esses “discursos” não de *discursos políticos*, mas de *discursos de políticos*. O nosso objetivo não é analisar os discursos, mas, identificar as unidades fraseológicas existentes neles e, a partir daí, identificar e classificar, as estratégias de interpretação que os TILSP utilizaram para a interpretação das expressões que apareceram nesse tipo de discurso.

Adotando a concepção de Maingueneau (2008) de que o discurso é orientado, é uma forma de ação, é assumido por um sujeito e é regido por normas, entre outros, assumimos que, para a construção de qualquer discurso, seja político ou não, necessitamos do estabelecimento de um “contrato de comunicação”, que se constrói na interseção entre um campo de ação e um campo de enunciação.

O discurso enquanto ato de comunicação envolve um complexo “jogo de poder” e de relações de força⁵; as significações e os efeitos do discurso são construídos e reconstruídos através desse “jogo”, que envolve indivíduos ocupantes de lugares diferentes no discurso e que são constituídos por um *ethos*⁶. No tipo de discurso em questão – o discurso de políticos – geralmente esses lugares são o de dominante e de dominado. A construção e reconstrução dessas significações “se opera segundo o lugar ocupado no contrato e, ao mesmo tempo, segundo o posicionamento dos indivíduos que ocupam essas posições.” (Charaudeau, 2011, p. 53). Em que lugar do discurso estaria situado o tradutor-intérprete? Assumiria o tradutor-intérprete, ao interpretar, o *ethos* do político? Será que o tradutor-intérprete leva em consideração o jogo de poder enunciado nos discursos de políticos? Com base nesses questionamentos, sentimos a necessidade, de à luz da Análise do Discurso, refletirmos sobre o papel do TILSP enquanto mediador de um processo tradutório, posição que, entendemos, deva ser assumida por esse profissional.

Outro fator que precisamos levar em consideração, no “ato de comunicação” discutido aqui, é que, embora seja um programa ao vivo, o coenunciador não está presente (fisicamente) na cena de enunciação, o discurso proferido chega a ele através do canal de televisão pelo qual é transmitida a Sessão Plenária da Assembleia Legislativa. Nesse ínterim, o tradutor-intérprete ajuda a construir a instância do *fiador*⁷ do discurso, ou seja, ele é quem constrói um *tom* que dá autoridade ao que é dito pelo político. Esse tom permite ao telespectador surdo “construir uma representação do corpo (*ethos*) do enunciador” (Maingueneau, 2008, p. 98) – evidentemente que esse “*corpo*” construído não é o do autor efetivo do discurso, mas o do *ethos* construído por ele. Dessa forma, a qualidade do *ethos* está associada à imagem do fiador que confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado.

5. Para saber mais sobre relações de força ver Bourdieu (1982).
6. Termo emprestado da retórica antiga, o *ethos* designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu interlocutário. Para saber mais sobre *ethos*, consultar Maingueneau (2008).
7. O *fiador*, por meio da enunciação, revela a personalidade do enunciador. Para saber sobre *fiador* consultar Maingueneau (2008).

2

Língua de sinais: Uma gramática gesto-visual

O termo língua refere-se a um sistema de comunicação mais sofisticado que possui características atribuídas somente aos humanos e que diferencia este de qualquer outro sistema de comunicação. As principais características citadas pelos linguistas são: flexibilidade e versatilidade; arbitrariedade e motivação; descontinuidade, criatividade e produtividade; dupla articulação, padrão de organização e dependência estrutural.

Há várias concepções de língua, desde mais estruturalista até mais funcionalista. Para Saussure (2006), estruturalista, a língua não se confunde com linguagem: é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. “É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (Saussure, 2006, p. 17). O autor acreditava que a língua era uma instituição social, e seus signos é que deveriam ser estudados. A língua, para ele é forma e não substância; é uma armadura na qual nos movimentamos para a interação humana. Nenhum indivíduo tem faculdade para criar a língua e nem é capaz de modificá-la conscientemente.

Em uma definição funcional de língua, ela “é concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de interação social entre seres humanos, usado com o objetivo principal de estabelecer relações comunicativas entre os usuários.” (Dik, 1978 *apud* Neves, 2004, p. 19). Nessa perspectiva,

[...] a interação verbal – que é a interação social estabelecida por meio da linguagem – constitui uma forma de atividade cooperativa estruturada: “estruturada”, porque é governada por regras, normas e convenções, e “cooperativa”, porque necessita de, pelo menos, dois participantes para atingir seus objetivos. (Neves, 2004, p. 21).

O interesse da Linguística pelo estudo das línguas de sinais é crescente e as investigações realizadas acerca destas línguas buscam descrever e comprovar que essas são línguas completas e complexas, com estruturas profundas, passíveis de serem analisadas nos diversos níveis de realização.

Até o início da década de 1960, o estudo das línguas se restringia ao estudo das línguas orais. Hoje, existe uma quantidade razoável de estudos na área da Linguística sobre as línguas de sinais, não somente acerca da estrutura destas línguas, mas sobre a aquisição, o seu uso e funcionamento. “As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela Linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem.” (Quadros; Karnopp, 2004, p. 30).

Stokoe (1960) foi o primeiro a pesquisar sobre as línguas de sinais. Ele observou que os sinais não eram imagens, mas símbolos abstratos complexos, com estrutura interna profunda. Ele comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios de uma língua – flexibilidade e versatilidade, arbitrariedade e motivação, descontinuidade, criatividade e produtividade, dupla articulação, padrão de organização e dependência estrutural –, no léxico, na sintaxe e na relação entre seus constituintes, sendo capaz de produzir sentenças infinitas. Também mostrou que cada sinal apresentava pelo menos três partes constituintes independentes⁸, a localização (L) ou ponto de articulação (PA), a configuração de mãos (CM) e o movimento (M). Em estudos posteriores ao de Stokoe, foi sugerida a adição de mais duas partes constituintes independentes na formação do sinal: a orientação da mão (Or) e as expressões não-manuais (ENM), que são as expressões faciais e/ou corporais.

Segundo Ferreira-Brito (1995), as línguas de sinais são línguas naturais porque, como as línguas orais, surgiram espontaneamente da interação entre pessoas e porque, devido à sua estrutura, permitem a expressão de qualquer conceito – descritivo, emotivo, racional, literal, metafórico, concreto, abstrato – enfim, permitem a expressão de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano.

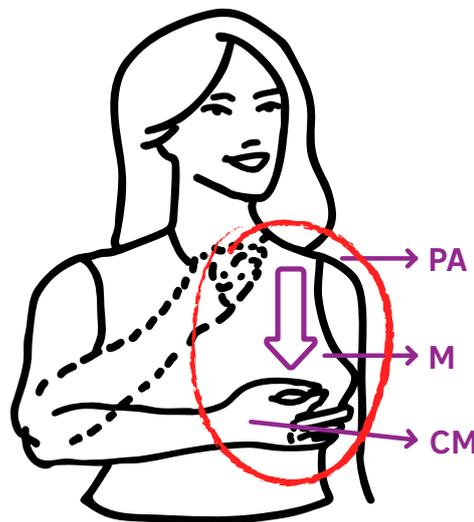
Uma diferença fundamental entre as duas modalidades de língua, oral e de sinais, diz respeito à sua realização de comunicação: enquanto uma se realiza pelo canal oral-auditivo de comunicação, a outra se realiza pelo canal gesto-visual.

Dessa forma, as línguas de sinais articulam-se espacialmente e são percebidas visualmente, ou seja, usam o espaço e as dimensões que ele oferece na constituição de seus mecanismos “fonológicos”⁹, morfológicos, sintáticos e semânticos para veicular significados,

os quais são percebidos pelos seus falantes através das mesmas dimensões espaciais. De acordo com Peixoto (2004), esse tipo de organização muitas vezes torna desnecessária a existência de algumas categorias gramaticais (preposições, conjunções e elementos de ligação em geral), pois as ideias passadas por esses elementos são incorporadas na estrutura dos sinais pelas dimensões espaciais da língua.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), assim como as demais línguas de sinais, é composta por signos que se estruturam de forma complexa. Os signos da Libras se realizam basicamente pelo movimento das mãos, juntamente com os demais parâmetros que fazem parte da fonologia desta modalidade de língua. De acordo com Ferreira-Brito (1995) e Quadros e Karnopp (2004), os principais parâmetros fonológicos da Libras são configuração de mãos (CM), locação ou ponto de articulação (PA), e movimento (M).

Figura 5 – Parâmetros para a realização dos sinais



Fonte: Ferreira-Brito (1995).

8. Estes constituintes são chamados de parâmetros e isoladamente não possuem significados; são equivalentes aos fonemas de uma língua oral.
9. O termo “fonologia” é adotado no estudo das línguas de sinais, mesmo sendo estas uma modalidade de língua que não utiliza o som para a sua percepção e produção.

10. A disposição das mãos é a articulação dos sinais que pode ser feita pela mão dominante ou pelas duas mãos. As duas mãos podem se movimentar na formação do sinal, ou apenas a mão dominante se movimenta. A região de contato refere-se à parte da mão que entra em contato com o corpo, que pode ser através de um toque, um risco ou um deslizamento.

11. LSB é a nomenclatura de Língua de Sinais Brasileira. Essa nomenclatura segue uma convenção internacional de que as Línguas de Sinais sejam identificadas por meio de três letras. Em minha pesquisa optei pela nomenclatura Língua Brasileira de Sinais (Libras), por ser esse o nome mais conhecido e o que acabou sendo reconhecido por lei. A escolha de uso de uma nomenclatura ou de outra é mais uma posição político-ideológica adotada por parte da comunidade surda e por parte de pesquisadores da área.

12. Alguns estudos tratam da sequencialidade na formação fonológica dos sinais, como por exemplo, os estudos sobre “movimentos e suspensões” (*hold x movement* – na *American Sign Language*) de Liddell e Johnson (2000).

Esses três são considerados os parâmetros primários (CM, PA, M) para o estudo da fonologia das línguas de sinais. Junto com estes teremos os parâmetros secundários: a “orientação da mão” com a “disposição das mãos” e a “região de contato”¹⁰, e as expressões não manuais (expressões faciais e corporais) que podem ter dois papéis nas línguas de sinais, marcação de construções sintáticas e diferenciação de itens lexicais. Tais expressões, que têm função sintática, marcam as sentenças interrogativas e negativas, orações relativas, topicalizações, concordância e foco. E as que constituem componentes lexicais marcam referência específica e pronominal, partícula negativa, advérbio, grau ou aspecto, além de poderem diferenciar significados (Quadros; Karnopp, 2004).

2.1 Unidades fraseológicas na Língua Brasileira de Sinais

Os estudos fraseológicos ficaram à margem dos estudos linguísticos durante muito tempo. Contudo, nos últimos anos, têm despertado maior interesse de pesquisa. Para Ruiz Gurillo (1997), a Fraseologia foi, durante muito tempo, “terra de ninguém”, na qual pesquisadores de várias escolas, movidos pelo interesse de estudar as “combinações fixas de palavras” de uma língua, transitaram.

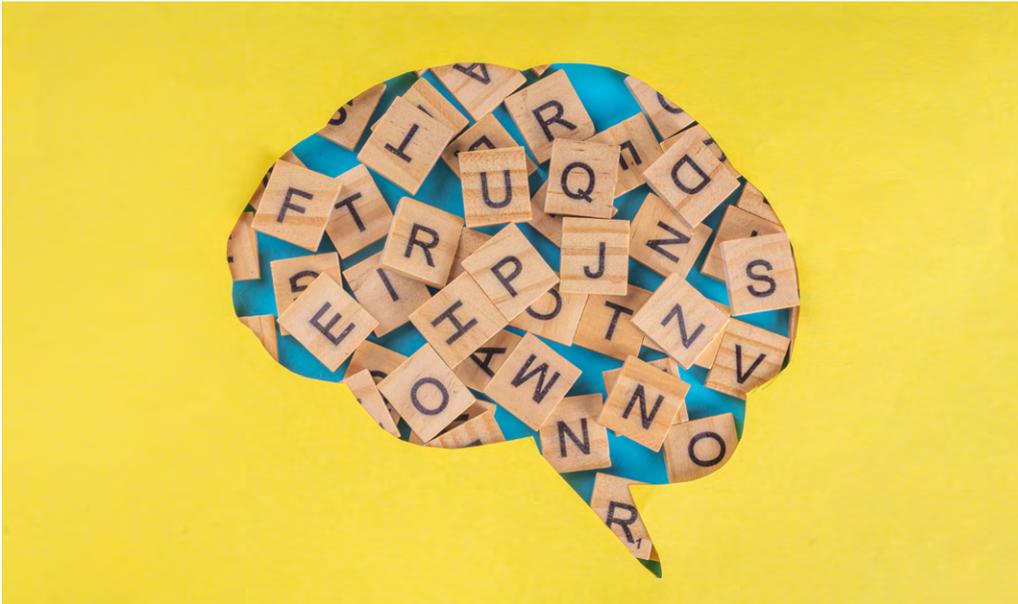
Quando nos referimos aos estudos fraseológicos nas línguas de sinais (LS), vemos que a incipiência desses estudos é muito mais evidente. Eles ainda são pouquíssimos explorados, existindo um vasto e rico campo a ser investigado. Se os estudos linguísticos das línguas de sinais são recentes, datados da década de 1960, podemos considerar os estudos fraseológicos dessas línguas como quase inexistentes, constatada essa “quase inexistência” a partir do levantamento de literatura acerca do tema. Encontramos poucos, mas ricos trabalhos que, de alguma forma, fazem, direta ou indiretamente, referência à fraseologia e à língua de sinais, entre os quais podemos citar os trabalhos de Faria (2003), Sheridan (2009) e Almeida (2010). Os trabalhos

citados não têm como foco principal o estudo do fraseologismo em língua de sinais, mas, de alguma forma, adentram o campo da fraseologia. Em seus estudos, Sheridan (2009) e Almeida (2010) investigam, respectivamente, a tradução/interpretação de expressões idiomáticas (EIs) do inglês para a Língua de Sinais Irlandesa (ISL) e da língua portuguesa (de Portugal) para a Língua Gestual Portuguesa (LGP).

Há uma literatura ínfima em relação aos estudos exclusivamente das UFs em língua de sinais. Precisamos de mais pesquisas para afirmar de que maneira as UFs se realizam nessa língua; tendo em vista que as línguas de sinais têm uma modalidade de realização visual e espacial, entendemos que a realização das UFs possa acontecer de maneira diferenciada.

Faria (2003, p. 78) afirma que “aparentemente, há indícios de que as combinações fixas na LSB¹¹ não são muitas.” Por outro lado, em seu estudo, a pesquisadora identificou muitos itens lexicais em Libras que expressam “unidades complexas de pensamento”. Ao procurar fraseologismos, a autora acabou encontrando muitos itens lexicais que, por curiosidade, suas traduções, muitas vezes, resultam em fraseologismos em língua portuguesa. Stumpf (2003, p. 67) acredita que a tendência das línguas de sinais é “condensar” vários sinais que poderiam ser utilizados para explicar um determinado conceito em apenas um sinal. Essa pesquisadora afirma que “conceitos que nós surdos passamos a usar seguidamente em língua de sinais brasileira e precisam de vários sinais para explicar acabam por dar origem a um novo sinal.”

Acreditamos que essa particularidade de “condensação” ou de síntese dos sinais seja favorecida por causa da modalidade gesto-visual de realização da língua. A estrutura organizacional dos sinais no espaço permite a realização sequencial¹² e, ao mesmo tempo, simultânea dos sinais; todos os parâmetros (fonemas) se realizam no mesmo instante, podendo o falante fazer uso de sinais complexos, envolvendo simultaneamente diversas partes do corpo do sinalizador.



A modalidade de realização da língua de sinais pode favorecer a “cristalização de ideias em unidades lexicais com um único significante, porém com significado amplo e complexo.” (Faria, 2003, p. 82). Dessa forma, os fraseologismos em língua portuguesa ao serem traduzidos para a língua de sinais teriam a tendência a serem “resumidos” a um único item lexical. Mas, essas afirmações ficam ainda no campo das hipóteses, pois, como já mencionamos anteriormente, ainda temos poucas investigações nesse campo de estudo para que possamos chegar a uma assertiva conclusiva.

Porém, se adotássemos a premissa de que essa assertiva fosse “absoluta”, bastaria ao TILSP, no ato tradutório, fazer o uso de um item lexical em LS para expressar o conteúdo de uma UF em língua portuguesa (LP)? Sabemos que não podemos simplificar dessa maneira. Na atividade de interpretação/tradução, esses processos de identificação, compreensão e passagem de uma língua a outra

[...] não correspondem a mecanismos lineares e implicam uma reflexão profunda sobre o acto de tradução da fraseologia, na medida em que estas estruturas não obedecem, aparentemente, a critérios objectivos de selecção e implicam uma multiplicidade de saberes linguísticos e extralinguísticos e de escolhas por parte do tradutor (Jorge, 2002, p. 119).

A tradução/interpretação envolve muito mais do que uma simples troca de itens lexicais e gramaticais entre línguas. Por essa razão, o tradutor/intérprete não deve realizar uma simples “transposição” linguística, mas, de acordo com Xatara; Riva e Rios (2001, p. 185), é necessário, como primeiro passo para a tradução de uma UF, identificá-la na língua como uma unidade, muitas vezes como um idiomatismo e não como uma expressão similar. “Pensar sobre qualquer tradução implica primeiramente conhecer o objeto a ser traduzido, tanto com relação a seu papel no sistema linguístico quanto com relação a seu significado.”

E se de fato for tendência nas LS essa “condensação” de significados? Pressupõe-se que o TILSP deva ter conhecimento e sensibilidade para reconhecer essas “expressões” nas línguas de sinais. Esse conhecimento deve ser desenvolvido e aprofundado na comunidade surda e no contato direto com a língua de sinais. A interpretação/tradução de UFs, em qualquer língua, e também “em língua de sinais, coloca diversas questões de carácter linguístico e cultural que o intérprete deve conhecer e aplicar para que tenha um bom desempenho.” (Almeida, 2010, p. 1).

3

Estudos da tradução

A palavra traduzir deriva do latim *traducere* e, segundo o dicionário Aurélio, significa “transpor”, “transferir”. Atualmente, o leque de significados para tradução é muito mais amplo, e pode também significar “transpor, transladar de uma língua para outra”, “revelar, explicar, manifestar, explanar”, “representar, simbolizar”. *Traduzir*, no sentido de “transpor de uma língua para outra”, é uma metáfora do ato físico de transferir. Podemos dizer que traduzir designa, de modo restrito, uma operação de transferência linguística e, de modo amplo, qualquer operação de “transferência” entre códigos e culturas ou, inclusive, dentro de códigos (Guerini, 2008).

Um dos problemas da tradução é que ela tem sido vista como uma atividade secundária, um processo mais “mecânico” do que “criativo”; acredita-se que qualquer pessoa com conhecimentos básicos sobre determinada língua possa ser tradutor/intérprete dessa língua. Em 1931, em sua obra *“On Translation”*, o autor Hilaire Belloc (1931 *apud* Bassnett, 2005, p. 24) resumiu o problema do baixo *status* da tradução, dizendo que “a arte da tradução é subsidiária e derivativa. Por isso, nunca obteve a dignidade de trabalho original, e tem sido menosprezada na área de Letras”. Para alguns autores, a tradução é concebida sob a perspectiva da arte. Nós entendemos que a tradução é técnica e que é necessário ter formação para o seu exercício.

Ainda nessa perspectiva de atividade menor, Alves, Magalhães e Pagano (2006) apresentam cinco crenças a respeito da tradução e do tradutor, as quais demonstram a percepção da sociedade e, até mesmo, de alguns “profissionais” tradutores/intérpretes sobre a atividade da tradução:

1. A tradução é uma arte reservada a uns poucos que podem exercê-la graças a um dom especial

Essa crença geralmente aparece quando uma tradução/interpretação é muito bem-feita ou quando é muito malsucedida. Está implícita a ideia de que se nasce tradutor ou apenas pessoas escolhidas têm o dom para a tradução. Contudo, as pesquisas mostram que tradutores/intérpretes competentes passam por longos anos de estudo e qualificação, além de desenvolverem a experiência.

2. A tradução é uma atividade prática que requer apenas um conhecimento da língua e um bom dicionário

Essa afirmação tem contribuído para o estatuto da tradução como atividade menor, pouco reconhecida no mercado de trabalho e meio acadêmico. A prática da tradução requer estratégias diversas, das quais algumas podem ser adquiridas por experiência, outras podem ser desenvolvidas ou aperfeiçoadas pela formação profissional a qual requer habilidades que ultrapassam o mero conhecimento linguístico. Referem-se

à “competência tradutória” definindo-a como “todos aqueles conhecimentos, habilidades e estratégias que o tradutor bem-sucedido possui e que conduzem a um exercício adequado da tarefa tradutória.” (Alves; Magalhães; Pagano, 2006, p. 13). Essa competência envolve as habilidades “inferiores” (conhecimento do léxico, da morfologia e da sintaxe) e as habilidades “superiores”, níveis maiores de complexidade (conhecimento de aspectos textuais, de coesão e coerência, reconhecimento de macroestruturas textuais e coligações lexicais e domínio de registros e gêneros discursivos e sua inserção no contexto no qual o texto traduzido será incorporado).

3. O tradutor deve ser falante bilíngue ou ter morado num país onde se fala a língua estrangeira do par linguístico com que trabalha

Essa crença, em parte, é confirmada pelas pesquisas, pois alguns falantes bilíngues exercem a tradução com sucesso. No entanto, estudos também apontam que esses tradutores, além de serem bilíngues ou de possuírem uma vivência cultural da língua, também possuem uma formação que lhes permite ter um bom desempenho na tradução/interpretação. É preciso lembrar que o bom tradutor/intérprete necessita ter a competência tradutória já explicitada anteriormente.

4. Só se pode traduzir da língua estrangeira para a língua materna, uma vez que só dominamos esta última

Para o exercício da tradução/interpretação não basta apenas ter o conhecimento linguístico. O fato de sermos falantes nativos de uma língua não nos habilita, necessariamente, a ser tradutor/intérprete dessa língua, enfatizando que mesmo um falante nativo possui níveis de conhecimento e de proficiência de sua língua, variando de acordo com nível de escolaridade e experiência de vida. É preciso lembrar que a atividade de tradução/interpretação requer uma formação e uma qualificação que propicia ao profissional as habilidades necessárias para a atividade.

5. *Traduttori, traditori*

Essa famosa frase é legitimada em todas as épocas e culturas. É uma afirmação responsável pelo descrédito que a profissão recebe em alguns círculos e, infelizmente, continua sendo confirmada por “profissionais” que não têm formação nem qualificação para atuarem como tradutores/intérpretes, mas que se aventuram no campo da tradução. Felizmente, a ênfase que os estudos da tradução vêm recebendo nas universidades e em centros de estudos que desenvolvem pesquisas tem contribuído muito para a contestação desse famoso adágio. A ideia de “traição” era vinculada à crença de que uma língua poderia ser automaticamente transposta para outra língua como se se tratasse de uma operação matemática e a tradução ocorresse num vácuo temporal e cultural. Existia a crença de uma tradução perfeita, ideal. Como na prática isso não se confirma, então se tem a ideia de traição, imperfeição, inexatidão. Somente a partir dos anos 1950 é que novas teorias fundamentadas em pesquisas acadêmicas mostraram que a complexidade do processo tradutório envolve aspectos de produção e recepção de textos.

O fato de a tradução envolver muito mais do que um conhecimento de trabalho com duas línguas é muito bem resumido por Lévy (1976 *apud* Bassnett, 2005, p. 27), ao declarar: “Uma tradução não é uma composição monística, mas uma interpenetração e um conglomerado de duas estruturas. Por um lado, há o conteúdo semântico e o contorno do original; por outro, todo o sistema de características estáticas atadas à língua da tradução”.

O importante é compreender que os Estudos da Tradução são, de fato, uma disciplina independente, não apenas uma subárea do estudo da Literatura Comparada, nem uma área específica da Linguística; seu objetivo é “atingir a compreensão dos processos envolvidos no ato tradutório e não, como é geralmente mal interpretado, fornecer uma lista com normas para a realização de uma tradução perfeita.” (Bassnett, 2005, p. 59).

Roman Jakobson (1969), em seu artigo “Os aspectos linguísticos da tradução”, propõe três tipos:

- 1) intralingual ou reformulação - consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua;
- 2) interlingual ou tradução propriamente dita - consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua;
- 3) intersemiótica ou transmutação - consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais.

Levando em consideração a proposta de Jakobson (1969), abordamos aqui, principalmente, a *tradução interlingual*. Arelada a esse tipo, especificamente tratamos da interpretação entre línguas em modalidades de realização diferentes, como são a língua portuguesa (oral-auditiva) e a Libras (gesto-visual).

3.1 Estudos da interpretação

Ao falarmos de interpretação nos Estudos da Tradução – levando em consideração o discurso especializado no qual o termo está inserido –, remetemo-nos a uma área específica da tradução, precisamente a vertente denominada Estudos da Interpretação (*Interpreting Studies*) que remontam à década de 1950 (Gile, 1991).

De acordo com Pagura (2003), podemos nos referir a tipos de interpretação, dependendo de onde e quando ocorram. Embora ainda não haja, em português, uma tipologia consagrada, há autores (Novais, 2002; Pagura, 2003) que as classificam em: i) *interpretação de comunidade* – elencam-se as que ocorrem nas esferas médica, social, escolar e instituições similares; ii) *interpretação jurídica* – além das que ocorrem nos tribunais, incluem-se as interpretações de depoimentos em delegacias, alfândegas, departamento de migração, entre outras; e iii) *interpretação de conferência* – apesar de fazer referência à conferência, podem estar aí incluídas as que ocorrem em programas de rádio e televisão,

palestras e cursos, por exemplo. Dessa forma, e adotando essa proposta de terminologia, o tipo de interpretação abordado em nosso estudo é denominado de interpretação de conferência ou, ainda, de acordo com Pagura (2003), “interpretação na mídia”.

Outros tipos de interpretação são apresentados por González (1991 *apud* Novais, 2002): de seminário; de negócios; *liason*; médica/mental; e legal (*Quasi-Judicial* e *Judicial*).

Nos tipos de interpretações mencionadas, basicamente há cinco modos de realizá-las, sendo dois deles mais comumente conhecidos; a partir de Gile (1991) e Pagura (2003), listamos a seguir:

- 1) Interpretação simultânea - modalidade mais utilizada hoje em dia; o intérprete fica em uma cabine, escuta o falante de uma determinada língua-fonte por meio de um fone de ouvido, e fala ao microfone para um público de determinada língua-alvo. Esse processo é simultâneo: ao tempo em que o intérprete escuta o que foi falado em uma língua A, repassa tudo em uma língua B. Essa modalidade permite a interpretação de várias línguas ao mesmo tempo, dependendo da disposição de cabines existentes;
- 2) Interpretação consecutiva - o intérprete escuta um longo trecho ou segmentos do discurso e, após a conclusão pelo locutor, toma a palavra e repete todo o discurso na língua-alvo, num processo que lhe demanda anotações sobre o que está sendo dito. Essa modalidade foi muito utilizada na Segunda Guerra Mundial;
- 3) Interpretação sussurrada - tipo de interpretação simultânea, também conhecida como *chuchotage*, mas diferencia-se na posição assumida pelo intérprete que, geralmente, se coloca ao lado (fisicamente) da pessoa que necessita da interpretação;

- 4) Interpretação de *linguagem*¹³ de Sinais - modalidade simultânea (na maioria das vezes) e/ou consecutiva feita por intérpretes que têm o conhecimento da língua de sinais; pode ser tanto de uma língua oral para uma língua de sinais, como de uma língua de sinais para uma língua oral;
- 5) *Sight translation* - nessa modalidade o intérprete faz a leitura, silenciosamente, de um texto escrito e o interpreta oralmente em outra língua.

Apontamos uma discrepância na proposta de classificação apresentada acima. Não concordamos com a classificação da *interpretação de língua de sinais* como uma modalidade de interpretação; entendemos que, se classificássemos a interpretação de língua de sinais como uma modalidade específica de interpretação, as interpretações em quaisquer línguas (alemão, por exemplo) também teriam que ser consideradas uma modalidade de interpretação, o que não se aplica à realidade.

Desse modo, acreditamos que a inclusão da interpretação de língua de sinais à classificação de “modalidade de interpretação” se deu por ser uma língua de realização gesto-visual, diferentemente das demais línguas que são de realização oral-auditiva; pode também esta decisão ter sido permeada por “pré-conceitos”¹⁴ ainda existentes em torno das línguas de sinais. Entendemos que a interpretação em línguas de sinais se dá como em qualquer outra língua e a sua realização pode ocorrer em qualquer um dos modos de interpretação supracitados; a única diferença é a modalidade de realização das línguas. Enquanto nas línguas orais a interpretação se dá, geralmente, entre línguas orais-auditivas, nas línguas de sinais temos interpretações que podem ocorrer de línguas orais-auditivas para a língua de sinais e vice-versa, ou entre as línguas de sinais. Dessa forma, defendemos que a interpretação de línguas de sinais não deve estar incluída nessa classificação que pontua os modos de interpretação.

Pagura (2003, p. 212) ainda apresenta a modalidade de *interpretação intermitente*. Para ele essa modalidade:

[...] não é comumente estudada por pesquisadores da área, nem é utilizada por profissionais em eventos de caráter internacional. É vista mais frequentemente em reuniões nas quais se pede a uma pessoa que fala as duas línguas, via de regra sem qualquer treino em interpretação, para que se coloque ao lado de um palestrante estrangeiro e traduza o que ele está dizendo. O palestrante fala uma ou duas frases curtas e faz uma pausa para que as suas sentenças sejam traduzidas para o idioma da plateia. Esse processo centra-se basicamente na tradução das palavras ditas, sem levar em conta diversos outros fatores importantes no processo interpretativo, seja pela própria natureza da situação ou, muito comumente, pela falta total de treino da pessoa colocada na posição de “intérprete”. É comum algumas pessoas confundirem essa modalidade de interpretação com o que os profissionais chamam de **consecutiva**.

Neste livro, o tipo de interpretação analisada é a “interpretação na mídia”, nomenclatura empregada por Pagura (2003), pois entendemos que essa mais se ajusta a nossos interesses, e a modalidade é a de interpretação “simultânea”. O tradutor-intérprete de Libras interpreta a fala do político ao “mesmo tempo” em que o discurso é proferido, sem tempo para revisões.

3.2 Estratégias de tradução/ interpretação

Vimos, anteriormente, algumas crenças relacionadas à tarefa de traduzir e pudemos perceber que essas crenças não somente são inadequadas, como também podem interferir negativamente no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos profissionais de tradução. Muitos acreditam que traduzir/ interpretar é apenas fazer transferência de códigos entre línguas, mas na verdade, é uma atividade desafiadora que envolve não somente conhecimento proficiente das línguas e culturas envolvidas, como

13. Alguns autores fazem referência à língua de sinais pela denominação de “língua-gem de sinais”. Gostaríamos de salientar que o termo mais acertado é “língua”. Lembramos que em inglês o termo “*Language*” faz referência tanto à linguagem como à língua, e na tradução de obras do inglês para o português pode ter havido um equívoco de leitura e interpretação.
14. Optamos por grafar a palavra pré-conceito com hífen e o uso das aspas para dar ênfase para o sentido de conceito pré-estabelecido.

também o uso de estratégias que possibilitam uma melhor e eficiente tradução/interpretação. Mas, afinal, “como traduzir”? Essa será sempre uma pergunta desafiadora e motivadora à pesquisa, pois estará sempre presente no cotidiano dos profissionais e pesquisadores da área.

De acordo com Barbosa (2004), alguns estudos se propuseram a estabelecer modelos de tradução¹⁵, os quais buscavam definir tradução e apresentar propostas de procedimentos técnicos que contribuíssem e permitissem a realização de uma tradução eficiente. Baseada nesses estudos, a pesquisadora apresentou uma proposta de caracterização dos procedimentos técnicos da tradução, na qual ela busca combinar as visões de diversos autores.

A caracterização feita por Barbosa (2004) conta treze procedimentos de tradução, a saber: palavra-por-palavra; literal; transposição; modulação; equivalência; omissão vs explicitação; compensação; reconstrução de períodos; melhorias; transferência – aí incluídos estrangeirismo, transliteração, aclimação e transferência com explicitação –; explicação; decalque; e adaptação.

Alves, Magalhães e Pagano (2006) apresentaram algumas estratégias de tradução – ainda no sentido restrito da palavra, ou seja, tradução de textos escritos. Primeiramente, os autores apresentaram o que eles classificam como estratégias de busca de subsídios externos (fontes textuais e recursos computacionais); esses poderiam ser classificados como recursos externos disponíveis para subsidiar a tarefa do tradutor. Alguns recursos que os profissionais tradutores podem utilizar para resolver um problema de tradução são: consulta a textos paralelos; utilização de dicionários; uso da internet como grande banco de informações; e a utilização de recursos computadorizados. Em seguida, eles apresentaram as estratégias de busca de subsídios internos (memória e mecanismos inferenciais) – estratégias que complementarão as de busca externa –, bem como outros dois tipos: as de análise macro e microlinguística.

Várias são as estratégias cognitivas que podem ser utilizadas para traduzir, algumas podendo servir de apoio interno ao longo do processo tradutório. “Este apoio interno se dá, sobretudo, por meio do nosso conhecimento de mundo, que abrange nossos conhecimentos enciclopédicos, incluindo-se nele toda a bagagem cultural, e o conhecimento procedimental que nos ensina como utilizar o que já conhecemos.” (Alves; Magalhães; Pagano, 2006, p. 57). Esses autores chamam esse conhecimento de mundo de “pré-texto”, ou seja, é o ponto inicial de onde partimos para compreendermos e processarmos as informações novas que recebemos. Como estratégias de busca de subsídios internos os autores apontam as memórias de curto e de longo prazo e as associações por meio de mecanismo inferenciais.

Averiguamos e refletimos sobre as estratégias utilizadas no processo de interpretação de textos orais da língua portuguesa para a Libras através de um estudo descritivo, no qual o objetivo foi entender e descrever o processo de tradução/interpretação, não o submetendo a julgamento. Pensando por esse viés, não existe uma interpretação/tradução mais correta ou menos correta; existem escolhas que o intérprete/tradutor faz durante um processo tradutório.

Além da perspectiva dos estudos descritivos, buscamos construir uma análise do processo tradutório, baseando-nos em uma proposta de tradução ligada à perspectiva da Análise do Discurso (AD), pois o entendemos como um processo discursivo gerador de um produto: o texto traduzido. Entendemos que, num processo de tradução, o tradutor/intérprete é um “*sujeito enunciator* interpe-lado por uma Formação Discursiva que, por sua vez, é aberta ao interdiscurso” (Mittmann, 2003, p. 103), não sendo esse tradutor/intérprete nem o “instrumento neutro de transporte” do discurso/texto do autor, nem o dono do discurso/texto enunciado por ele em uma tradução.

Toury (1995), autor da teoria dos estudos descritivos da tradução, buscou identificar as escolhas de tradução feitas

15. Tradução, no uso restrito da palavra, no sentido de traduzir textos escritos.

pelos tradutores num processo de tradução literária, a fim de classificar o sistema de normas que seria responsável por direcionar as traduções feitas neste contexto. Para o pesquisador, “na medida em que uma norma é realmente ativa e eficaz, pode-se distinguir, portanto, a regularidade de um comportamento em situações recorrentes.” (Toury, 1995, p. 55 – tradução nossa). Essas normas, de que trata Toury (1995), não são regras – por não serem obrigatórias –, mas seriam as regularidades observadas no comportamento tradutório. Para ele, a tradução está sujeita a limitações compartilhadas pelos tradutores de certa comunidade, sendo influenciada pelos aspectos envolvidos na tradução. Essas limitações se transformam em instruções apropriadas (normas) sobre o que é certo ou errado, adequado ou inadequado e são aplicáveis a situações específicas, mas não funcionam como leis.

Na visão de Toury (1995), a tradução é um tipo de atividade que envolve, inevitavelmente, pelo menos duas línguas e duas culturas diferentes. Assim, pelo menos dois conjuntos de normas diferentes estarão em contato e as normas são as regularidades observadas no comportamento tradutório.

Com base nesse modelo descritivo, Novais (2002) identificou e classificou sete tipos de estratégias, diferentes dos já apresentados, para o processo tradutório. Seu estudo teve foco na interpretação oral simultânea, investigando as estratégias utilizadas por profissionais intérpretes (de língua oral) de tribunal. As sete estratégias propostas são: simplificação, omissão, síntese, discurso indireto, ratificação, padronização e explicitação.

Hortêncio (2005), em estudo comparativo ao de Novais (2002), analisou as estratégias de interpretação oral simultânea classificadas por este e verificou se essas mesmas estratégias se aplicariam ao processo tradutório nas interpretações simultâneas do português para a língua brasileira de sinais no âmbito dos discursos veiculados pelos Testemunhas de Jeová. Além das sete estratégias, Hortêncio (2005) identifica mais outras três que

são utilizadas pelos TILSP, a saber: a repetição, o uso de recursos visuais e o uso de perguntas retóricas para destacar informações importantes, para prender a atenção e para estimular o raciocínio.

Neste livro analisamos se as estratégias citadas por Novais (2002) e Hortêncio (2005) são aplicáveis ao processo tradutório de UFs do português para a Libras, no contexto de discursos de políticos, e se apareceriam outras estratégias – não citadas por esses dois pesquisadores – e que poderiam ser estratégias consideradas próprias da tradução, mas que se aplicam a situações de interpretação.

3.3 Estudos da tradução/interpretação e o lugar da língua de sinais

Vasconcellos (2010, p. 121) defende que as pesquisas em tradução e interpretação em LS devem se afiliar a um campo de estudo já consolidado, os Estudos da Tradução, ao justificar que esse campo disciplinar abriga “as diversidades das manifestações de estudos sobre línguas e culturas em contato; e [...] pode acolher investigações em interfaces que exploram o contato entre línguas de modalidades diferentes, tanto em termos linguísticos, quanto em termos culturais e políticos.” A afiliação a esse campo disciplinar seria estratégica, uma vez que pode fortalecer o empoderamento dos profissionais tradutores-intérpretes de língua de sinais (TILS), mantendo a sua especificidade e a sua visibilidade, pois estariam ancorados a um “porto” consolidado.

Vasconcellos (2010) e Souza (2010) apresentam propostas de mapeamentos do campo disciplinar dos estudos da tradução, trazendo os desdobramentos desse campo disciplinar e o percurso que as línguas de sinais fizeram até começarem a ganhar visibilidade nessas propostas de mapeamentos. O primeiro mapeamento a incluir a interpretação, como área estabelecida e consolidada nos Estudos da Tradução, foi o proposto por Williams e Chesterman (2002). Esses pesquisadores agruparam em tópicos os diferentes tipos de interpretação e, entre esses tópicos, estaria um classificado como Tipos

Especiais de Interpretação, estando incluída aí, pela primeira vez, a interpretação em línguas de sinais – seria o início de uma visibilidade para os estudos da tradução/ interpretação nessa língua.

Em um mapeamento mais atual do campo disciplinar Estudos da Tradução – proposto pela Editora St. Jerome e apresentado por Vasconcellos (2010) – são apresentadas 27 áreas possíveis para a pesquisa em tradução/interpretação, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 2 – Áreas para pesquisa em tradução/interpretação

Mapeamento proposto por St. Jerome Publishing		
1 – Tradução multimídia e audiovisual	2 – Tradução religiosa e bíblica	3 – Bibliografias
4 – Interpretação para a comunidade/ Interpretação de diálogo/ Interpretação para serviço público	5 – Interpretação simultânea e de conferência	6 – Estudos comparativos e contrastivos
7 – Estudos baseados em <i>corpus</i>	8 – Interpretação legal e jurídica	9 – Avaliação/ Qualidade Avaliação/ Testes
10 – História da tradução e interpretação	11 – Estudos Interculturais	12 – Estudos da interpretação
13 – Tradução literária	14 – Tradução (auxiliada) por computador	15 – Trabalhos de múltiplas categorias
16 – Estudos orientados ao processo	17 – Metodologia de pesquisa	18 – Interpretação de Línguas sinalizadas
19 – Tradução técnica e especializada	20 – Terminologia e Lexicologia	21 – Gênero e tradução
22 – Tradução e ensino de línguas	23 – Tradução e política	24 – Tradução e a indústria da língua
25 – Políticas de tradução	26 – Teoria da tradução	27 – Formação de tradutor e intérprete

Fonte: Vasconcellos (2010).

No quadro, observamos o que temos colocado de maneira explícita – nos itens 4, 5, 8, 10, 12, 18 e 27 – as áreas destinadas à pesquisa em interpretação, ou seja, vemos uma abertura do campo disciplinar dos Estudos da Tradução aos Estudos da Interpretação propriamente dita. Com essa abertura, temos um “reconhecimento” à especificidade da interpretação e à existência de uma prática a ser investigada.

Em especial, no item 18, há um destaque para as pesquisas com interpretação de línguas sinalizadas, o que evidencia o crescimento e o amadurecimento dessa área de pesquisa e estudo, além de ratificar o empoderamento das línguas de sinais – e dos profissionais tradutores-intérpretes que trabalham com essas línguas. A interpretação de línguas sinalizadas ganha mais um “credenciamento” para a pesquisa no momento em que passa a compor os quadros de uma renomada editora.

4

O TILSP por ele mesmo¹⁶

Partimos do princípio de que a ação interpretativa do TILSP é também um ato discursivo dotado de intencionalidade, e que é um movimento de construção de sentidos. Não podemos esquecer que o processo de tradução/interpretação é também um processo de recriação, no qual o tradutor/intérprete constrói um novo texto a partir de sua interpretação. Baseados nisso, fazemos algumas reflexões acerca de questões que envolvem a atividade de interpretação.

Para essas reflexões, buscamos dar “voz” ao tradutor-intérprete de Libras, a partir de entrevistas – à luz de uma perspectiva da análise do discurso. Objetivamos conhecer melhor os tradutores/intérpretes e trazer à tona a percepção e o conhecimento deles acerca do processo tradutório e das estratégias que utilizam durante as suas interpretações, para assim problematizarmos algumas tomadas de decisão desses profissionais no ato interpretativo. Podemos fazer reflexões mais amplas sobre o processo interpretativo a partir das experiências vivenciadas por esses profissionais, não buscando uma mera constatação de uma dada realidade, mas buscando construir um “diálogo” com o conhecimento teórico e o empírico vivenciado pelos sujeitos.

Toda atividade de pesquisa é uma interferência do pesquisador em uma dada realidade e, ao analisarmos os “discursos” dos TILSP através de entrevistas, podemos construir uma perspectiva da realidade. Trazer a “voz” do sujeito para a discussão nos permite compreender a constituição desse mesmo sujeito, como categoria profissional que se forma, uma vez que esses sujeitos discursivos se constituem nos “dizeres” de outros sujeitos. Todo sujeito discursivo está inserido no bojo de interdiscursos, ou seja, seu discurso só ganhará sentido quando inserido no interior de outros discursos.

Ao olharmos para as entrevistas dos TILSP com enfoque da Análise do Discurso, temos a consciência de que o pesquisador não será apenas um constatador de uma dada realidade – aquele que toma distância para uma análise imparcial –, mas, ao contrário, o seu lugar de pesquisador é ressignificado, e ele “intervém” na construção do conhecimento acerca de uma realidade.

Ao linguista não cabe apenas investigar o que está por trás dos textos (na hipótese de que existiria algo por trás dos textos!), mobilizando instrumentais que validem sua técnica. Segundo a Análise do Discurso, cabe ao linguista, no entendimento da linguagem como forma de intervenção, a construção de saberes sobre o real, algo que exige o diálogo com outras perspectivas e configura uma iniciativa interdisciplinar (Rocha; Deusdará, 2005, p. 319,320).

16. Identificamos os tradutores-intérpretes pelas siglas S1, S2, S3, S4, S5 e S6, nas quais “S” significa sujeito de pesquisa. A denominação completa da sigla ficou sendo “TILSP S1” para o sujeito 1 e, assim, sucessivamente para os demais sujeitos.

A partir das questões motivadoras da entrevista e das respostas dos sujeitos, organizamos a nossa reflexão acerca dos assuntos relevantes trazidos pelos TILSP em três categorias.

a) Formação e o profissional intérprete

Para essa categoria trazemos os discursos dos sujeitos relacionados às duas perguntas iniciais da entrevista, as quais levaram em consideração a formação do profissional e o que eles acreditam ser o papel de um profissional dessa área.

Todos os sujeitos mencionaram a questão do profissional tradutor-intérprete ser alguém que domina duas línguas e ser capaz de fazer a tradução entre essas línguas. Três dos sujeitos entrevistados consideraram que o tradutor-intérprete de Libras é, sobretudo, um mediador entre línguas, um mediador entre culturas. Consideramos que, para acolhermos o conceito de tradutor/intérprete enquanto mediador cultural, devemos admitir que esse profissional deva ser alguém que esteja completamente imerso em duas culturas, no nosso caso, a cultura de uma maioria ouvinte que fala português e a cultura dos surdos falantes de uma língua de sinais.

O processo tradutório por si só não é um processo tranquilo. Ele demanda busca, inquietudes, confronto, “adaptações”, enfim, demanda ao tradutor/intérprete sair da sua posição de conforto e buscar em uma língua B a melhor maneira de dizer aquilo que alguém pronunciou em uma língua A. Ao falarmos de uma perspectiva de tradução cultural,¹⁷ talvez essa posição de desconforto seja mais evidenciada – mais do que em outras – pois, nessa, traduzir é abordar o outro. Ao realizarmos uma tradução cultural, não somente abordamos o outro, mas também o modificamos. Nessa perspectiva, “a cultura passa a ser vista como um lugar ou um espaço instável de passagem entre as línguas, de travessia de identidades, de desestabilização das referências culturais, um espaço intersticial de negociação, não uma totalidade fechada.” (Borges; Nercolini, 2002, s/pág.). Ainda para Borges e Nercolini (2002, s/pág.), a tradução cultural levanta uma problemática fundamental:

[...] como entender/compreender uma cultura que não seja a minha? Como conviver com esse Outro, tendo presente o que nos aproxima e o que nos afasta, os conflitos e o diálogo. Não é uma interpretação para minha cultura do que seja o Outro, muito menos sua versão aceitável/palatável. A tradução cultural implica um contato cultural profundo entre duas ou mais culturas. Aproximar-se e deixar-se tocar pelo desconhecido, mesmo correndo-se o risco do enfrentamento, do conflito, parece ser uma maneira mais profícua e certamente mais trabalhosa de tradução cultural. Possibilidade-impossibilidade: a tradução trabalha nesse limiar: entre a impossibilidade da tradução total e completa e as muitas possibilidades de diálogos, aproximações, tentativas melhores (*sic*) sucedidas, embates.

Atualmente, a comunidade surda brasileira luta pelo direito de ser reconhecida enquanto comunidade bilíngue e bicultural. O TILSP, como profissional de Libras que trabalha com a comunidade surda, deve também ser concebido sob uma ótica de constituição de profissional bilíngue e bicultural. Ter consciência da necessidade de busca de conhecimentos em prol dessa constituição é o primeiro passo para uma formação profissional que leve em conta a tradução/interpretação também sob uma perspectiva cultural. Felizmente, essa é uma discussão que já alcança uma parte significativa dos profissionais que atuam nessa área, possibilitando a desmistificação de que basta saber língua de sinais para ser considerado um profissional tradutor-intérprete.

O TILSP S3 parece ter uma consciência muito clara da “função” do tradutor-intérprete enquanto profissional que leva em consideração não apenas a tradução entre as línguas, mas também as culturas imbricadas nelas, vejamos:

17. Tradução no sentido amplo do termo.

Eu acho que isso é um primeiro momento, você ter fluência, você conhecer as duas comunidades que envolvem esse seu trabalho de interpretação, tanto a comunidade ouvinte quanto a comunidade surda... Claro, o intérprete, ele é, nesse caso, da comunidade ouvinte... Então, ele conhece a questão da cultura. Mas, assim, ele precisa cada vez mais se envolver com o trabalho da comunidade surda. E é exatamente o trabalho, o enfoque, seja para interpretação da língua portuguesa para língua de sinais ou vice-versa. Então, eu considero que o intérprete, é ele que faz essa mediação, a mediação entre essa comunidade surda, esse sujeito surdo com o sujeito ouvinte. [...] O intérprete, ele vem exatamente no sentido de aproximar essas duas culturas, essas duas línguas, no sentido de haver uma compreensão, um entendimento, por parte das duas comunidades, ou dos dois sujeitos, na questão do discurso, das informações que estão colocadas naquele momento (TILSP S3).

Ainda problematizando a tradução/interpretação enquanto tradução cultural, tivemos um TILSP que, contrariamente ao que se discute, levantou a questão da fidelidade na tradução, pois, para ele, “ser intérprete é você assumir a responsabilidade de interpretar de maneira *o mais fiel possível* (grifo nosso), do português para a língua de sinais, da língua de sinais para o português.” (TILSP S1). Essa questão da fidelidade é polêmica nos estudos da tradução e que levanta muita discussão, afinal, o que é que pode ser considerado fidelidade em um processo de tradução? Ser fiel a quem? Mas, não discutiremos isso aqui.

Todos os sujeitos da pesquisa acreditam que a formação continuada e o comprometimento político do tradutor-intérprete com a comunidade surda são fundamentais para dar suporte à sua atuação profissional. Os seis tiveram contato com a comunidade surda como “formação” basilar para o aprendizado da língua de sinais antes mesmo de participarem de cursos de formação; alguns deles sequer passaram por cursos formadores. Mas, independente do tipo de formação, todos os pesquisados apontaram a necessidade individual e coletiva da existência de mais cursos de formação continuada.

b) Expectativas de interpretação e ato discursivo

Nessa categoria, norteamos nossa reflexão por duas questões motivadoras: em linhas gerais perguntamos aos TILSP quais as expectativas deles em relação ao trabalho de interpretação na TV Assembleia e se eles concebiam o ato interpretativo como uma ação discursiva. A princípio, essas duas “questões” podem parecer não ter relação, mas as respostas dos sujeitos pesquisados a essas indagações vão nos ajudar a entender como os tradutores-intérpretes percebem o ato interpretativo e de que maneira eles encaram essa atividade.

O trabalho de interpretação realizado na TV Assembleia tem uma peculiaridade em relação aos trabalhos corriqueiros que os TILSP estão acostumados a realizar. Geralmente, em situações de interpretação, os TILSP realizam o trabalho para um público surdo presente. Dessa forma, há a possibilidade do retorno imediato da interpretação que está sendo feita; de alguma maneira, os surdos que assistem à interpretação dão um retorno ao TILSP, seja por um manear de cabeça, ou por expressões faciais de compreensão ou de não compreensão do que está sendo interpretado. Percebemos que a mudança na “estrutura” da interpretação a que os TILSP estão acostumados acaba influenciando na segurança do TILSP em relação ao trabalho que deve ser desenvolvido. Percebemos essa insegurança nos discursos de alguns tradutores-intérpretes, e isso ficou muito explícito na fala do TILSP S5 quando disse: “geralmente, eu tenho *feedback* dos que estão me vendo. E a minha expectativa, sempre que eu me colocava diante da câmera, eu tinha a expectativa de poder fazer o melhor que eu podia” (TILSP S5). Percebemos [e foi dito] toda a tensão gerada nos TILSP tanto pela ausência de seus interlocutores no momento da interpretação, quanto pela presença – talvez indesejada, mas necessária – da câmera.

Uma questão que nos chamou atenção no discurso dos TILSP foi a preocupação que quase todos eles, consciente ou inconscientemente, tiveram em – de alguma maneira – polemizar a questão da neutralidade; alguns para defender, outros para negar. Sabemos que esse é um ponto polêmico. O que está de fato por trás do conceito de neutralidade? No nosso entendimento, invariavelmente está relacionado ao conceito de invisibilidade. Pressupõe-se que, para o tradutor/intérprete ser neutro, ele deve, não somente manter um afastamento do texto (discurso), mas deve se tornar “invisível” para os interlocutores de um ato comunicativo.

Entende-se que a excelência em tradução/interpretação estaria associada à questão da invisibilidade do tradutor/intérprete. Ao tornar-se “invisível”, o profissional da tradução manteria distância suficiente para não interferir no texto/discurso traduzido/interpretado. Dessa forma, o tradutor/intérprete deve “anular-se” diante da realização de uma tradução.

Mas, sabemos que sob o foco de uma perspectiva dialógica do discurso, e considerando a perspectiva da tradução cultural, esses conceitos de neutralidade e de invisibilidade se tornam inócuos.

Entendemos que o profissional tradutor-intérprete, ao realizar uma tradução, faz escolhas; não é um mero repassador de conteúdos ou de textos, mas, ao contrário, é também um sujeito atuante, produtor e responsável pelo discurso/texto produzido. Nessa visão de tradução, o processo tradutório passa a ser um processo discursivo, no qual traduzir é produzir discursos, é produzir sentidos. Produzir sentidos não isoladamente, mas na relação com o discurso original e com outros discursos presentes no interdiscurso. Isso significa dizer que não existe mais a ideia de “transmissão”, “transferência” de significados, mas a concepção de tradução como processo discursivo, no qual o discurso é entendido como “um efeito de sentidos entre os interlocutores” (Mittmann, 2003, p. 44).

Para Arrojo (2007), a tradução é entendida como um ato de interpretação¹⁸ determinado por fatores externos, tais como, a visão de mundo do tradutor/intérprete, a ideologia, os padrões estéticos de uma cultura, entre outros. Esses fatores agem sobre o tradutor e têm uma relação singular com cada língua. Para a autora, a tradução é uma atividade ideologicamente marcada.

Se a tradução for plenamente reconhecida como uma atividade ideologicamente marcada, que depende diretamente das atitudes, crenças e de um sistema de valores constituintes do universo cultural do tradutor, esse reconhecimento teria de se refletir nas abordagens pedagógicas que defendem o cultivo dessas noções. Poderíamos esperar, por exemplo, que a formação acadêmica dos tradutores [...] viria salientar uma ética da tradução que pudesse considerar a visibilidade inevitável dos tradutores no que produzem. Se a tradução é uma tarefa interpretativa que não pode, em sentido algum, ser neutra ou elevar-se acima dos condicionamentos ideológicos e históricos, parece lógico que seu ensino deva focalizar as responsabilidades envolvidas no exercício da tradução como atividade produtiva de significados (Arrojo, 2007, p. 44).

Assim como Arrojo (2007), defendemos que o tradutor/intérprete deve ser protagonista ativo em um processo tradutório. Não concebemos a atuação desse profissional de maneira diferente; defendemos, pois, a sua visibilidade, que deixará marcas de autoria. A tradução/interpretação não pode ser concebida como uma atividade que demanda neutralidade, uma vez que os profissionais também são sujeitos inseridos meio a crenças, valores, culturas, e falando em uma perspectiva linguística, sabemos que “todo uso da língua reflete um conjunto de pressuposições de seus usuários que se relacionam intimamente às atitudes, crenças e aos sistemas de valores.” (Hatim; Mason, 1997 *apud* Arrojo, 2007, p. 43).

18. Nesse contexto, a expressão “ato de interpretação” não está relacionada ao ato de interpretar (modalidade de tradução oral); mas, é entendida como “dar sentido, compreender algo”.

Há a necessidade de os cursos de formação acadêmica e/ou profissional em tradução/interpretação terem em seu currículo uma disciplina de ética que trate da visibilidade exigida pela profissão. Os profissionais terão que saber lidar com o estar em evidência, e, ao mesmo tempo, ter consciência de que essa visibilidade não os torna autores da obra – no caso da tradução – e não os torna palestrantes – no caso de uma interpretação. Essa é uma questão delicada, pois envolve a autoestima e o ego dos profissionais envolvidos. Eles precisam ter um bom equilíbrio emocional para saber pôr limites em sua atuação e conhecer qual é o seu papel no processo tradutório. Mesmo concebendo a tradução/interpretação enquanto ação discursiva, sabendo que a “interferência” do tradutor/intérprete é inevitável, e defendendo a sua visibilidade no processo tradutório, temos a plena consciência de que conhecer os limites também é necessário.

No caso dos TILS – profissionais que trabalham com traduções e interpretações de línguas de sinais –, essa questão da visibilidade se impõe mais veementemente, pois a própria posição (localização) desses profissionais em uma situação de interpretação já os coloca em evidência; ao contrário dos intérpretes de línguas orais, que ficam em suas cabines, os intérpretes de línguas de sinais ficam, geralmente, situados em um local visível a todos da plateia. Essa “dupla” visibilidade, a física e a tradutória, pode propiciar aos TILS uma falsa sensação de “poder”, de “fama”, o que, na verdade, pode ser uma armadilha para que esse profissional “se perca” em sua formação profissional.

Outro fator apontado por nós e também trazido pelos TILSP, corroborando o que discutimos até agora, é a autonomia do tradutor/intérprete em um processo tradutório. Austin (1990), em sua obra “Quando dizer é fazer”, afirma que, ao falarmos, exercemos uma ação sobre o outro. Nessa perspectiva, entendemos a tradução como um fazer discursivo e, nesse sentido, podemos considerar que o tradutor/intérprete também é um agente do discurso no momento de uma tradução/interpretação.

Apesar de termos ainda discursos como o do TILSP S1 (“o intérprete tem que traduzir de maneira mais neutra possível), demonstrando adotar uma concepção tradicional de tradução, chegamos à conclusão que todos os TILSP participantes da pesquisa concebem, em algum nível, a tradução/interpretação como ação discursiva, embora não tenham consciência plena de como se dá essa ação.

Dois dos entrevistados foram levados, a partir de nosso questionamento, a refletir sobre o que seria essa interpretação considerada como ato discursivo.

Assim, o TILSP S4 comenta: “nunca havia pensado nessa forma de ver, o ato de interpretar como um ato discursivo. Até então, não [...] não vejo dessa forma” (TILSP S4). Mas, imediatamente ele reconsidera a possibilidade e reformula: “se avaliar bem a função do intérprete [...] ele faz colocações à parte do que foi dito, isso, de certa forma, é um ato discursivo” (TILSP S4). Da mesma maneira, o TILSP S5 também se depara com um conflito; primeiramente, ele tenta reelaborar a pergunta – hipotetizamos que como forma de compreender – e, em seguida, ele faz reflexões acerca de seu ato interpretativo e chega à conclusão de que seria um ato discursivo compartilhado. Vejamos:

Eu tive até dificuldade pra compreender essa pergunta. Porque, assim, eu compreendo que... O ato discursivo é meu, né? Quando eu tô interpretando, não é o meu discurso. Eu tô pegando o discurso de alguém e estou fazendo a tradução. Mas, também, você me leva a refletir com essa pergunta, porque... Quando eu digo que eu enxerto informações... Que eu subtraio e tudo... Então, isso mostra que eu tenho um certo poder sobre este discurso que tá chegando até mim. E que ele chega diferente no surdo, no telespectador surdo. Então, eu, agora fico [...] isso tá mexendo comigo porque eu tô começando a pensar: esse discurso que eu estou pegando pra traduzir é do outro ou é meu? Se é do outro, tem uma grande participação minha, quando ele chega na terceira pessoa, que é o receptor do discurso. Ele talvez chegue com a **minha marca**. Então, talvez, seja um ato discursivo compartilhado. (TILSP S5 – grifo nosso).



Percebemos um nível de entendimento ainda elementar a respeito da compreensão do ato tradutório como uma ação discursiva. Sabemos que essa era uma discussão ainda inicial entre eles que começavam a se profissionalizar há pouco tempo. As discussões iniciais sempre foram em torno da neutralidade, da fidelidade que o TILSP deveria manter em uma situação de tradução/interpretação, ou seja, sempre foi uma discussão pautada em um conceito tradicional de tradução, no qual traduzir é apenas transmitir significados.

Após o surgimento do Curso de Letras Libras¹⁹, iniciou-se uma discussão mais a fundo sobre tradução, sobre traduzir culturas, traduzir sentidos; passou-se a conhecer outros conceitos de tradução. É mais do que natural que esses profissionais ainda estivessem se apropriando desses conceitos para concebê-los em sua prática profissional. Mesmo os que imediatamente responderam “*o ato interpretativo é uma ação discursiva*”, mostraram em suas reflexões ainda não conseguirem exprimir em palavras esse entendimento; há a compreensão de que traduzir, sob esse novo enfoque, vai muito além de transferir significados, mas se trata de um processo que implica o profissional adotar uma postura de

tradução; o que ainda está em processo de amadurecimento é compreender de que forma essa postura de tradução do profissional implicará no processo tradutório.

c) Estratégias

Ao pensarmos em estratégias de tradução, imediatamente remetemos a um fazer tradutório. Vimos anteriormente alguns dos estudos existentes relacionados às estratégias de tradução e de interpretação e procuramos, nessa terceira categoria, trazer uma reflexão acerca desse fazer tradutório. Nesse sentido, buscamos ouvir os nossos sujeitos de pesquisa acerca de duas questões motivadoras: o que você costuma fazer diante de interpretações envolvendo expressões que não possuem um sentido literal? Você conhece alguma estratégia de tradução?

Inicialmente, tentamos compreender como os TILSP improvisavam diante de situações interpretativas nas quais os discursos dos políticos não possuíssem uma clareza de sentidos, de significados. Em resposta, obtivemos informações suficientes para chegar a uma proposição de estratégias utilizadas pelos sujeitos pesquisados em um processo tradutório que contivesse expressões não literais.

19. A maioria dos participantes da entrevista tem alguma relação com o curso de Letras Libras, seja como aluno, seja como tutor de disciplinas do curso. Os conhecimentos adquiridos nesse curso passaram a ser discutidos nos cursos de formação de novos TILSP e nos espaços de discussão dos profissionais como, por exemplo, na associação de tradutores-intérpretes.

Alguns TILSP levantaram, como uma problemática, o tempo destinado ao processo de uma interpretação simultânea e pareceu-nos que, numa ação tradutória, a questão da simultaneidade e da instantaneidade no ato interpretativo seriam fatores decisivos no momento da escolha da estratégia interpretativa pelo tradutor-intérprete.

Fizemos uma relação das estratégias citadas, explícita ou implicitamente, pelos TILSP. Organizamos o quadro abaixo seguindo a quantidade de vezes em que apareceram, nos discursos dos TILSP, os nomes das estratégias de interpretação que seriam mais utilizadas no processo de interpretação das sessões plenárias da Assembleia Legislativa do Ceará:

Quadro 3 – Estratégias mais citadas pelos TILSP

Explicar	Equivalência	Exemplificar
Acrescentar	Omitir	Uso classificador, espaço, expressões faciais
Ouvir, entender, traduzir	Simplificar	Sentido literal
Datilologia	Datilologia+ paráfrase	Desmetaforizar (paráfrase)

Fonte: Elaboração própria.

A estratégia que mais apareceu nos discursos dos profissionais tradutores-intérpretes foi aquela que os TILSP chamaram de “explicação”. Em nosso trabalho essa estratégia recebeu a denominação de paráfrase explicativa.

Apesar da estratégia omissão ter aparecido na fala de três dos sujeitos pesquisados, observamos que essa estratégia apareceu no Quadro 3 somente na posição 5; antes dela tivemos a ocorrência maior, na fala dos entrevistados, de outras quatro estratégias.

A estratégia denominada pelos profissionais TILSP com o nome “exemplificar”, em nossa pesquisa foi classificada e denominada de estratégia da paráfrase (explicativa e/ou descritiva), pois ao passo que exemplificamos algo, nós o fazemos através de explicações e/ou de descrições. Em nosso estudo, as “explicações” realizadas pelos TILSP apareceram em forma de paráfrases, por isso denominamos a paráfrase sob duas perspectivas: a da explicação e a da descrição.

Apesar de as estratégias da equivalência e do acréscimo – esta última denominada por nós de explicitação – terem aparecido entre aquelas a que os TILSP mais recorrem em situações interpretativas, percebemos que elas pouco ocorreram nas situações interpretativas desta pesquisa.

O item 7 do Quadro 3 foi designado por um dos TILSP como estratégia de interpretação; para nós, na verdade, classificamos como um processo que faz parte, que é inerente ao ato tradutório e não exatamente como uma estratégia de tradução sob a perspectiva que estamos adotando nesse trabalho, ou seja, estratégia (consciente ou inconsciente) da “adoção” de um “procedimento técnico” para o momento da tradução/interpretação. Por outro lado, sabemos que o conceito de estratégia é também concebido como ação cognitiva – se realiza a partir do nosso conhecimento de mundo – utilizada em um processo tradutório, assim como apontado por Alves, Magalhães e Pagano (2006). Dessa forma, esse conhecimento de mundo do profissional, o “pré-texto”, é o ponto inicial para o processamento de informações. Para o uso dessa “estratégia”, o profissional faria uso de subsídios internos, tais como: as memórias de curto e longo prazo se as associações por meio de mecanismos inferenciais. No entanto, concebemos esse processamento como inerente ao processo tradutório, não o adotando como uma estratégia “técnica” de tradução.

Quanto ao uso da datilologia como estratégia tradutória, tivemos a afirmação apenas de um sujeito pesquisado que admitiu utilizar esse recurso da língua – empréstimo linguístico da língua portuguesa para a língua de sinais – como estratégia interpretativa. Para o TILSP S1, em uma situação de interpretação simultânea, levando em consideração a variante tempo, o profissional tradutor-intérprete pode utilizar a datilologia em um momento de “sufoco”; para ele, “se houvesse o sinal... usaria o sinal equivalente [...] caso não, a datilologia [...]” (TILSP S1). Em argumentação contrária, o TILSP S6 afirma que se “eu utilizar da datilologia, eu tenho que fazer uma paráfrase” (TILSP S6), ou seja, este sujeito não concebe o uso da datilologia como uma estratégia suficiente para o processo tradutório. Veremos adiante que o TILSP S6, de fato, tenta recorrer a outras estratégias nos momentos em que utiliza a datilologia na sua interpretação. Não somente na interpretação desse sujeito, mas na interpretação de vários TILSP, a estratégia da datilologia apareceu associada ao uso de outras, geralmente a da paráfrase explicativa.

Verificamos que as estratégias às quais os TILSP mais recorreram no momento de interpretar as unidades fraseológicas foram as da paráfrase e da omissão.

Embora alguns deles tenham apontado uma preocupação em utilizar a estratégia da omissão, pois eles têm medo de prejudicar a compreensão do surdo acerca do conteúdo tratado, e, em consequência disso, essa seria para eles a estratégia que deveria ser mais evitada, não foi isso o que encontramos em nosso *corpus* de pesquisa. Percebemos que a estratégia da omissão foi utilizada em muitas situações interpretativas, sendo a segunda estratégia a que os TILSP mais recorreram.

Parece-nos que para esses profissionais tradutores-intérpretes, independentemente do tipo de discurso enunciado, o mais importante é conseguir interpretar o “conteúdo” do discurso com excelência, e, para isso, cada um seguirá a(s) estratégia(s) que acredita ser mais eficiente(s).

A respeito dos discursos não literais, alguns TILSP acreditam que um processo importante é a “desmetaforização” desse discurso. Sabemos que todo enunciado não literal nem sempre será metafórico, mas entendemos a “desmetaforização” como um processo de tornar o enunciado, dito por um interlocutor, mais claro; de deixar o sentido do discurso mais “palpável” para que a compreensão entre os interlocutores seja estabelecida através de uma explicação ou de uma paráfrase do enunciado.

5

Unidades fraseológicas em interpret(ação)

No *corpus* encontramos e classificamos algumas UFs seguindo a terminologia de Tagnin (2005): colocações (74); binômio (7); citações (4); expressões idiomáticas (14); e “desfraseologismos” (2)²⁰. A seguir, uma tabela com algumas das UFs encontradas, juntamente com as glosas da interpretação em Libras.

Quadro 4 – Unidades fraseológicas

Transcrição da LP (discurso do político)	Glosa em Libras da interpretação	Sujeito de pesquisa
Expressões idiomáticas		
eleição de prefeito para o PSDB pode TIRAR O CAVALINHO DA CHUVA deputado que num vai não	CONSEGUIR VOTO neg DESCULPE exp.f .neg.. NÃO	TILSP S2
tem dito que é um governo transparente e eu vou PEGAR NA PALAVRA agora	Φ omissão	TILSP S2
transformar [...] Rio Grande do Norte numa TABUA DE PIRULITO de tanta perfuração	PARECE LÁ NATAL localiza tabua CL: G FURAR+ exp.f ..int..	Imagem do ELAN ²¹
CARA DE PAU	COMO ELA MULHER CARA-DE-PAU COMO ...?...	Imagem do ELAN

20. Chamamos de “desfraseologismo” a tentativa de desfazer o sentido de uma unidade fraseológica através da ironia, levando a unidade fraseológica, em questão, a um sentido oposto ao que habitualmente é apresentada. Não encontramos essa denominação em Tagnin (2005).

21. Para resguardar a identidade dos sujeitos, registramos na tabela, no local de identificação do sujeito de pesquisa, o termo “imagem do ELAN” para os TILSP que aparecem nas ilustrações do trabalho, pois, é possível identificar o tradutor-intérprete pelas figuras do ELAN.

Quadro 4 – Unidades fraseológicas (continuação)

Colocações			
essas experiências de 30 anos foi uma EXPERIÊNCIA EXITOSA a meu ver e acompanhada por todos os professores	TAMBÉM BOM ANOS-PASSADOS 30 ANTES Φ omissão BOM CONSEGUIR+ PROFESSOR	TILSP S1	
prometeu DOBRAR OS SALÁRIOS dos professores	PROMETER^CERTO SALÁRIO DOBRAR PROFESSOR	TILSP S1	
PISO SALARIAL	Φ omissão	TILSP S1	
	SALÁRIO	TILSP S1	
	P-I-S-O SALÁRIO	TILSP S5	
<i>MODUS FACIENDI</i>	Φ omissão	TILSP S1	
trazendo um <i>MODUS FACIENDI</i> novo na política	BOM DEL@ NOVO TER MOSTRAR POLÍTICA	TILSP S3	
COMANDO DE GREVE	Φ omissão	TILSP S1	
permanente entre o COMANDO DE GREVE e o professor	Φ omissão GREVE _{locj} PROFESSOR _{lock}	TILSP S1	
SALTO DE QUALIDADE infraestrutural que o Ceará	AQUI ESTADO FAZER ELEVAR MELHORAR	TILSP S2	
o resultado foi o SALTO DE QUALIDADE que a cidade	LÁ MELHORAR CONSEGUIR	TILSP S4	
VOZ DA EXPERIÊNCIA	Φ omissão	Imagem do ELAN	
Citações			
22. “Linda Lins” faz referência à ex-prefeita da cidade de Fortaleza, Luizianne Lins.	EM VERDADE EM VERDADE VOS DIGO	AGORA VERDADE AVISO	Imagem do ELAN
	MEU DEUS, MEU DEUS, POR QUE ME ABANDONASTES?	ORAR DEUS PORQUE ME-ABANDONAR?	TILSP S2
Desfraseologismo			
23. Expressão que faz referência, mas invertendo o sentido, à prefeita e a seu slogan de campanha e de administração: “Fortaleza Bela”.	DESADMINISTRAÇÃO DE LINDA LINS ²² DA FORTALEZA HORROROSA ²³	ADMINISTRAÇÃO PREFEIT@ exp.f.ironia FORTALEZA HORRÍVEL	TILSP S1
	Ceará foi mais uma vez contemplado com o PROGRAMA CEARÁ ZERO ²⁴	Φ ironia BOM F-O-M-E Z-E-R-O	TILSP S1
Binômio			
24. Expressão utilizada para comparar o programa “Fome Zero” do governo federal à refinaria de petróleo no Estado do Ceará que não foi instalada.	DANÇOU E BAILOU	Φ omissão	TILSP S1
	TRANSITAMOS E ANDAMOS	PESSOA CL: G IR-VIR pausa PESSOA CL: V _{kd} ANDAR _{ke}	TILSP S3

Fonte: Elaboração própria.

Constatamos haver um maior número de expressões que se enquadram no grupo das colocações.

Buscamos fazer uma análise para identificar a(s) estratégia(s) que os TILSP utilizaram para interpretar a informação dada. Assim, encontramos e classificamos seis estratégias principais (simplificação, explicitação, tradução literal, paráfrase, equivalência, apagamento ou omissão). Fundamentamos e encontramos essas estratégias de tradução/interpretação em Barbosa (2004), Xatara, Riva e Rios (2001), Novais (2002) e Hortêncio (2005).

Baseados nesses pesquisadores, entendemos e adotamos as seguintes premissas conceituais:

- 1) consideramos que o tradutor-intérprete utilizou a estratégia da *simplificação* sempre que ao interpretar “transformou” um discurso rebuscado ou um jargão próprio da política em um discurso mais simples, ou até mesmo quando reduziu informações da sentença proferida, com o intuito de ajudar o interlocutor surdo a ter uma melhor compreensão;
- 2) dizemos que a estratégia da *explicitação* ocorre quando o TILSP toma a atitude de adicionar palavras ou enunciados completos ao enunciado proferido;
- 3) apesar de ser descrita por Barbosa (2004) como estratégia da tradução escrita, descrevemos a *tradução literal* como estratégia que pode também aparecer na interpretação oral; denominamos de *tradução literal* a tradução que mantém uma fidelidade semântica à língua-fonte, mas ajusta-se à forma (estrutura) na língua de chegada;
- 4) consideramos a estratégia da *paráfrase* concebida em *paráfrase descritiva* e *paráfrase explicativa*, tudo aquilo que o TILSP parafraseou do enunciado dito pelo político. Por *paráfrase descritiva* entendemos o uso dos recursos

espaciais e visuais disponíveis na língua de sinais, (classificadores CL²⁵, espaço, e expressões faciais²⁶) que são utilizados pelos TILSP para descrever na língua de sinais algo produzido em português. Por *paráfrase explicativa* entendemos que é o enunciado interpretado pelo TILSP através de uma explicação a partir de seu entendimento da sentença;

- 5) por estratégia da *equivalência* entendemos a substituição de um enunciado de uma língua-fonte por outro enunciado em uma língua-alvo, não funcionando como uma tradução literal (como na perspectiva anterior), mas sendo “funcionalmente” equivalente;
- 6) para estratégia do *apagamento* consideramos os apagamentos dos enunciados que foram realizados pelos deputados, mas não interpretados pelos TILSP.

Encontramos outra estratégia de interpretação das UFs, mas não a classificamos dentro do grupo das principais, pois o seu uso sempre apareceu de maneira secundária, ou seja, sempre associada ao uso de outra. Classificamos essa estratégia como *uso de datilologia* em que os TILSP fizeram uso do alfabeto manual ou alfabeto datilológico, para soletrar algum nome que não tenha sinal ou para “traduzir” algum termo cujo sinal era desconhecido.

Contamos também como apoio às estratégias principais utilizadas nas interpretações dessas expressões o *uso de pergunta retórica*, apresentada na classificação de Hortêncio (2005). Por essa estratégia consideramos as vezes em que o tradutor-intérprete “faz uma pergunta” ao seu interlocutor para, geralmente em seguida, interpretar o que foi dito; essa estratégia veio em acompanhamento a outras estratégias de interpretação – que foram efetivamente as estratégias de interpretação das UFs –; a estratégia do *uso de pergunta retórica* funcionou, em algumas situações, como uma “introdução” à interpretação da unidade fraseológica.

25. Este fenômeno linguístico (os classificadores) é uma representação visual de objetos e ações de forma “icônica”, embora apresente características convenionadas de forma arbitrária.

26. Precisamos deixar claro que nem sempre o uso do espaço e de expressões faciais serão estratégias de interpretação, uma vez que estes dois elementos linguísticos estão intrinsecamente ligados às línguas de sinais.

Entendemos que as estratégias *uso de datilologia* e *uso de pergunta retórica* funcionaram nas situações de interpretações das unidades fraseológicas como apoio ou *satélites*, ou seja, são estratégias que estão sempre “em torno”, à disposição de uma interpretação, para que o tradutor-intérprete possa utilizá-las quando necessário. Essas estratégias *satélites*, principalmente o *uso de pergunta retórica*, parecem funcionar como uma estratégia a mais que dá ao tradutor-intérprete um “tempo extra” na interpretação, para que ele possa pensar a melhor forma de interpretar uma informação que ainda será dada, mas que não tem “equivalentes” diretos na língua-alvo ou que não está posta de maneira transparente na língua-fonte e precisaria de elementos adicionais para recuperar a informação dada. Então, diante do uso dessas estratégias que, a princípio, “não traduzem nada”, temos, na verdade, estratégias que ajudarão o TILSP a recuperar, geralmente através da explicação, uma informação dada pelo interlocutor do discurso.

Compreendemos e classificamos a estratégia *uso de recurso visual*, apresentada por Hortêncio (2005), de maneira diferenciada. A pesquisadora a classificou pensando no uso do alfabeto manual e nos recursos visuais físicos (uso de vídeo, de imagens) utilizados pelos tradutores-intérpretes de Libras, para auxiliá-los na interpretação. A nomenclatura dada a essa estratégia é muito geral; muitos

elementos nas línguas de sinais podem ser denominados de recurso visual, não existindo nessa classificação uma clareza de definição. Além de não concordarmos com a autora quanto à nomenclatura dada à estratégia, não concordamos também com a sua descrição. Para nós, o uso de recursos visuais físicos como imagens, projetores, vídeo, entre outros, classificados por Hortêncio (2005), pode até ser concebido como estratégia de busca de subsídios externos, tal como as classificadas por Alves, Magalhães e Pagano (2006), mas entendemos essa “estratégia” como recursos metodológicos que podem auxiliar uma interpretação; é muito mais do que uma estratégia de interpretação/tradução propriamente dita. Assim, preferimos reclassificar essa “estratégia” e a recategorizamos em duas outras estratégias: a primeira, chamamos de *uso de datilologia* – entendemos que o uso do alfabeto manual, além de ser um empréstimo linguístico da língua portuguesa para a língua de sinais, pode ser considerado uma estratégia de tradução/interpretação que a própria língua de sinais oferece; a segunda, denominamos de *paráfrase descritiva* – nessa estratégia o TILSP pode explorar o espaço de sinalização, assim como o uso de recursos manuais e/ou de classificadores (os classificadores são recursos visuais importantíssimos nas línguas de sinais), como estratégias interpretativas que melhor o apoiarão em uma interpretação.

6 Estratégias de interpretação de UFs na fala política

Apresentamos a seguir as estratégias de interpretação utilizadas pelos tradutores-intérpretes de Libras durante as sessões plenárias da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, transmitidas pela rede televisiva da própria Assembleia. Buscamos, nas falas dos deputados, as UFs que têm certo grau de opacidade, ou seja, somente aquelas que não têm seu significado totalmente transparente; as palavras que as compõem não tenham significado literal, pois entendemos que esse tipo de expressão oferece uma maior dificuldade para o processo tradutório, demandando do intérprete um conhecimento além do léxico da língua e uso de estratégias para melhor fazer essa interpretação.

Nesse contexto, os profissionais tradutores-intérpretes fizeram uso de seis principais estratégias de interpretação, são elas: simplificação; explicitação; tradução literal; paráfrase; equivalência; e apagamento ou omissão. Observamos também que, além dessas estratégias, os profissionais utilizaram dois outros recursos, considerados secundários, que serviram de apoio às estratégias principais; denominamos esses recursos de estratégias satélites, são eles: pergunta retórica e datilologia.

Em nossas exemplificações, sempre apresentamos as sentenças proferidas pelo deputado (transcritas) e, logo em seguida, a “transcrição” para a Libras – feita por meio de glosas²⁷ – da sentença interpretada pelo tradutor-intérprete de Libras. Para realizar a transcrição da Libras, utilizamos o “sistema de notações em palavras” caracterizado por Felipe (1997).

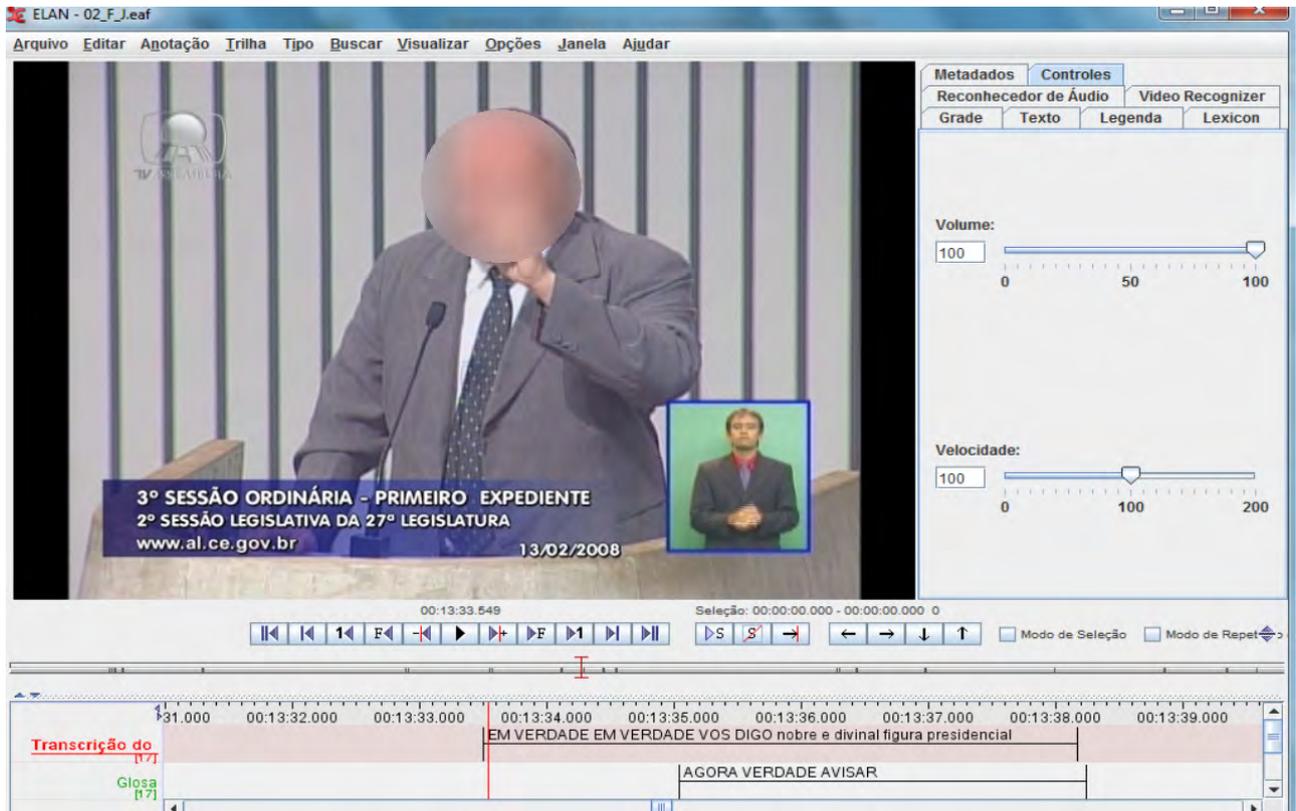
Para analisarmos e ilustrarmos as falas produzidas pelos deputados e traduzidas/interpretadas pelos tradutores/intérpretes, utilizamos um *software* chamado *Eudico Linguistic Annotador* (ELAN). Esta ferramenta de anotação é um *software* livre; favorece a anotação de vídeos porque permite em uma mesma tela ouvir e visualizar o vídeo, além de dispor de linhas (as chamadas trilhas) para a anotação do pesquisador.

27. Utilizamos o termo glosa para designar um sistema de notação linguística que utiliza, no caso do Brasil, a língua portuguesa – em letras maiúsculas – para representar o enunciado feito em Libras, mantendo a estrutura gramatical da língua de sinais.

6.1 Estratégia da simplificação

A estratégia da simplificação não foi tão recorrente, aparecendo apenas em três situações interpretativas. Os TILSP, por sua vez, lançaram mão dessa estratégia sem associá-la a nenhuma outra. Muitas estratégias apareceram associadas a outras e isso ficou mais evidente em alguns tipos. Vejamos um exemplo:

Figura 6 – TILSP utilizando a estratégia de simplificação



Fonte: Captura do vídeo – tela do ELAN.

Nessa figura, temos a realização de uma UF que, de acordo com Tagnin (2005), é classificada no rol das citações, vejamos:

Deputado: EM VERDADE, EM VERDADE VOS DIGO nobre e divinal figura [...]

TILSP: AGORA VERDADE AVISAR²⁸

Vale lembrar que, na estratégia de simplificação, o tradutor/intérprete reduz ou simplifica uma informação dada; geralmente há uma quebra, uma perda na intertextualidade da expressão.

28. As glosas de interpretação que vierem ilustrando os exemplos mostrados pela figura do ELAN não terão os TILSP identificados pelas siglas TILSP S1, TILSP S2, e outras. Essa medida, também, foi tomada para resguardar a identidade dos sujeitos pesquisados.

Na glosa dessa interpretação, percebemos que o TILSP não somente reduziu a informação como também “quebrou” o grau de rebuscamento e formalidade que é exigido dessa unidade fraseológica. Nesse caso, o TILSP adaptou a UF (citação que remete imediatamente à fala de Jesus Cristo) para um enunciado que parece ser claro e direto. Diante dessa tomada de decisão do TILSP, hipotetizamos duas possibilidades:

- 1) o TILSP acredita que é difícil interpretar essa citação remetendo a sua origem, e com isso usa a estratégia da simplificação sem maiores rodeios (consciente ou inconscientemente);
- 2) o TILSP não recupera em seu conhecimento linguístico, cultural, social e religioso a origem da expressão utilizada pelo deputado – acreditamos que essa seja uma possibilidade mais remota.

Levando em consideração o pouco tempo disponível que o tradutor/intérprete tem no momento de uma interpretação simultânea, defendemos que o TILSP já teria que ter à mão outras estratégias para que fosse possível “recuperar” a UF da língua-fonte na língua-alvo, recuperando a sua característica de citação. Vejamos o que acontece com a sentença seguinte:

Deputado: UMA VOZ QUE CLAMOU NO DESERTO

TILSP S3: JÁ+ GRITAR+

Na sentença acima temos a ocorrência de mais uma citação, “UMA VOZ QUE CLAMOU NO DESERTO”, que faz também referência a citações bíblicas, mas que é mais utilizada corriqueiramente pelos falantes da língua. O TILSP que fez a interpretação dessa UF parece, assim como fez o TILSP anterior, ignorar a origem da citação e a traduzir em uma linguagem mais clara, objetiva e cotidiana. Talvez essa seja uma expressão que já ganhou o imaginário popular e é mais difícil a sua recuperação enquanto unidade fraseológica, melhor dizendo, enquanto citação.

É importante registrar que nesses dois casos que envolveram unidades fraseológicas (especificamente citações) as quais remetem a situações religiosas, houve a perda da intertextualidade do discurso.

Outro aspecto que cogitamos foi se os deputados que proferiram essas citações tinham a intenção de chamar para si o “tom de autoridade Divina” com a finalidade de respaldar seus discursos. Essa é a percepção que temos ao assistir aos vídeos, mas na interpretação dos TILSP esse tom passa despercebido. Anteriormente, levantamos a discussão se os tradutores-intérpretes de Libras assumiriam, ao interpretar, o *ethos* do político e se levariam em consideração a relação de poder existente entre o político que enuncia o discurso e aquele que o escuta.

Parece-nos que nessas situações específicas, os TILSP não levaram em conta a “relação de poder” ali estabelecida e, não assumindo o *ethos* do político, eles retextualizaram a informação sem considerar o interdiscurso posto.

Na UF a seguir percebemos facilmente a redução e simplificação feita pelo TILSP:

Deputado: GANHAR O OLHO DA RUA

TILSP S6: IR+ RUA

Apesar de parecer que a estratégia da simplificação poderia ser muito utilizada – como mencionado pelos TILSP nas entrevistas –, percebemos pelo número de ocorrências que ela foi uma estratégia pouco utilizada, mesmo mostrando ter certo grau de eficiência, uma vez que o sentido da mensagem é passado, embora se perca a noção de unidade.

A seguir, apresentamos o quadro com as unidades fraseológicas interpretadas pela estratégia da simplificação:

Quadro 5 – Resumo das UFs estratégia da simplificação

Colocação	GANHAR O OLHO DA RUA
Citação	UMA VOZ QUE CLAMOU NO DESERTO
	EM VERDADE EM VERDADE VOS DIGO

Fonte: Elaboração própria.

6.2 Estratégia de explicitação

Assim como a estratégia anterior, a da explicitação também não foi muito recorrente; tivemos a sua utilização em duas situações como única e principal e, em uma situação, apresentou-se associada ao uso da datilografia e da paráfrase explicativa.

A estratégia de explicitação é identificada pela “adição” de informações feita pelo tradutor/intérprete aos discursos proferidos pelos falantes. Vejamos o exemplo a seguir:

Figura 7 – TILSP utilizando a estratégia de explicitação



Fonte: Captura do vídeo – tela do ELAN.

Deputado: trouxe FATOS E FOTOS aqui

TILSP: MOSTROU-ME DIVERSOS PAPEL ETC DOCUMENTO FOTO ETC

Na glosa de interpretação anterior, vemos que a TILSP introduziu informações adicionais à UF “FATOS E FOTOS” e, ao interpretá-la, expandiu o seu significado; a UF por si não trazia informações suficientes para que a TILSP estabelecesse o que seriam esses fatos; mas, por outro lado, o discurso do deputado traz elementos textuais que permitem que a TILSP faça inferências ao dizer que os “fatos” a que se refere o deputado, seriam papéis e documentos trazidos por alguém para apresentar a ele.

Se pensarmos na interpretação “fechada” da unidade fraseológica “FATOS E FOTOS”, verificaremos que esta ficará “diluída” nas informações dadas pela TILSP. Podemos inferir que a tradutora-intérprete fez uso da “autonomia” que lhe é conferida no exercício da profissão de tradutora-intérprete como mediadora cultural, posição teórica por nós assumida.

Falar de autonomia nos remete ao conceito de visibilidade e, para falar de visibilidade na tradução recorreremos a Venuti (2002), que assumindo o “modelo” de tradução proposto por Schleiermacher (2007, p. 242) – no qual a propositura

é “ou bem o tradutor deixa o escritor o mais tranquilo possível e faz com que o leitor vá ao seu encontro, ou bem deixa mais tranquilo possível o leitor e faz com que o escritor vá a seu encontro” – adotou as estratégias de visibilidade para a tradução, que são: a estrangeirização e a domesticação.

Assim como Schleiermacher (2007), Venuti (2002) defende que o tradutor/*intérprete* deve trazer o leitor *ou aquele que recebe a interpretação* para próximo do texto original, ou seja, os dois defendem a estrangeirização da tradução/*interpretação*. Venuti (2002) acredita que a estrangeirização é uma estratégia que permite que a diferença entre as línguas seja transmitida. Ele a defende porque acredita que essa é uma forma de resistência contra o etnocentrismo e o racismo, o imperialismo e o narcisismo cultural em favor das relações democráticas; ao contrário da estratégia da domesticação que estabelece uma relação de poder e dominação entre culturas e povos. Nas duas estratégias de visibilidade da tradução, o tradutor/*intérprete* é a figura que está em “cheque” e é quem adotará uma ou outra postura diante da tradução/*interpretação*.

Mas, para Venuti (2002), as duas estratégias têm suas desvantagens: enquanto uma pode apagar demais as marcas do texto estrangeiro, a outra pode deixar marcas demais desse texto. Em virtude disso, o autor propõe um modelo de projeto minorizante, no qual a tradução se apoiaria na heterogeneidade discursiva.

De acordo com Castro (2007, p. 96), o projeto minorizante “abrange escolhas de termos, expressões e palavras específicas, estratégias de seleção de discursos, assim como de textos a serem traduzidos.” Nas palavras de Venuti (2002, p. 33-34), “na tradução minorizante, a escolha de estratégias depende do período, gênero e estilo do texto estrangeiro em relação à literatura doméstica e aos públicos-leitores para os quais a tradução é escrita.” Ele defende que o tradutor deve

deixar marcas da cultura de origem no texto traduzido. Apoiado na ética da tradução do “respeito” de Antoine Berman, ele diz: “essa ética da tradução não impede a assimilação do texto estrangeiro, mas objetiva ressaltar a existência autônoma daquele texto por trás (no entanto, por meio) do processo assimilativo da tradução” (Venuti, 2002, p. 28).

Então a heterogeneidade discursiva do projeto minorizante de Venuti (2002) resiste à ética assimilativa da tradução, ao salientar as diferenças linguísticas e culturais do texto. Fizemos esse preâmbulo sobre as estratégias para a tradução defendidas por Venuti (2002), para “notificar”, mais uma vez, a visibilidade do tradutor/*intérprete* em uma atividade de tradução/*interpretação* – visibilidade essa que é característica do perfil do profissional da tradução enquanto mediador cultural.

Vejam os a UF a seguir ilustrativa do uso da estratégia da explicitação. Embora, tenhamos nesse exemplo um apagamento na interpretação da segunda parte do binômio “AMOR E AFETO”:

Deputado: que evangelizava com AMOR E AFETO

TILSP S6: pastor evangélico AMOR ELE GRUPO CRISTO

Apesar de o TILSP ter apagado a segunda parte do binômio, trazendo somente o sinal “AMOR” na sua interpretação, ele acrescentou novos elementos à informação dada, assumindo, nesse momento, a responsabilidade sobre a informação e, mais uma vez, ficando explícita a participação ativa do tradutor-*intérprete* nesse processo. O TILSP tentou complementar a informação fazendo uma explicação e, para isso, utilizou os sinais “ELE GRUPO CRISTO”.

No exemplo a seguir, temos uma situação na qual o tradutor-*intérprete* utiliza três estratégias de interpretação: explicitação; datilologia; e paráfrase explicativa.

Deputado: hoje certamente é DIA DE LUTO para [...]

TILSP S6: HOJE É NÓS-todos TRISTE (md)(me) L-U-T-O IGUAL PRETO NÓS LEMBRAR

Para a interpretação de “DIA DE LUTO”, percebemos na sinalização do TILSP S6 três momentos distintos, cada um deles marcado por uma estratégia de interpretação: 1º) ele diz que todos estão tristes – informação não dada pelo deputado que realiza o discurso, ou seja, o TILSP S6 acrescentou essa informação ao texto, utilizando-se da explicitação; 2º) o tradutor-intérprete utiliza o alfabeto manual para escrever a palavra L-U-T-O – estratégia considerada por nós e classificada como uso de datilologia; 3º) o TILSP S6 faz uso da paráfrase explicativa para dar uma “explicação” do que seria um dia de luto – para isso ele faz o sinal IGUAL e logo em seguida explica a expressão, fazendo referência à roupa preta que usamos em sinal de respeito ao momento de tristeza.

Essa decisão tradutória do TILSP em utilizar, além da estratégia da explicitação e da datilologia, a estratégia da paráfrase explicativa, parece ser consciente, pois, de acordo com esse mesmo tradutor-intérprete se há “uma informação que eu acho que a datilologia não dá conta [...]”. Então, se eu utilizar da datilologia, eu tenho que fazer uma paráfrase.” (TILSP S6). Mas, constatamos que nem todas as vezes que tivemos o uso da datilologia pelos TILSP, enquanto estratégia, esta veio acompanhada de uma paráfrase explicativa.

Na interpretação do TILSP S6, na qual identificamos três estratégias, podemos também evidenciar, além do papel de mediador cultural do tradutor-intérprete e de toda a sua visibilidade na tradução, a sua condição de “agente do discurso”, pois enquanto mediador cultural o tradutor-intérprete será sempre produtor e responsável pelo enunciado produzido. Dessa maneira, o interlocutor do discurso só terá verdadeiramente acesso à “voz” do tradutor/intérprete, pois o autor do discurso seria apenas uma “imagem” construída através da fala desse tradutor/intérprete.

Vimos que Venuti (2002, p. 99) defende a visibilidade do tradutor/intérprete em um processo tradutório reivindicando o papel autoral do tradutor/intérprete em uma tradução, uma vez que o texto/discurso do autor nunca terá uma “originalidade” em sua autoria, pois todo enunciado sempre será uma “reescritura de materiais culturais preexistentes.” Dessa forma, a tradução/interpretação também pode ser considerada autoria, partindo do princípio de que o tradutor/intérprete fará escolhas para a reelaboração do texto/discurso traduzido, embora essas escolhas não sejam completamente livres, pois serão determinadas por uma ideologia e limitadas pelas línguas.

A seguir, o quadro com as unidades fraseológicas interpretadas com a estratégia da explicitação:

Quadro 6 – Resumo das UFs estratégia de explicitação

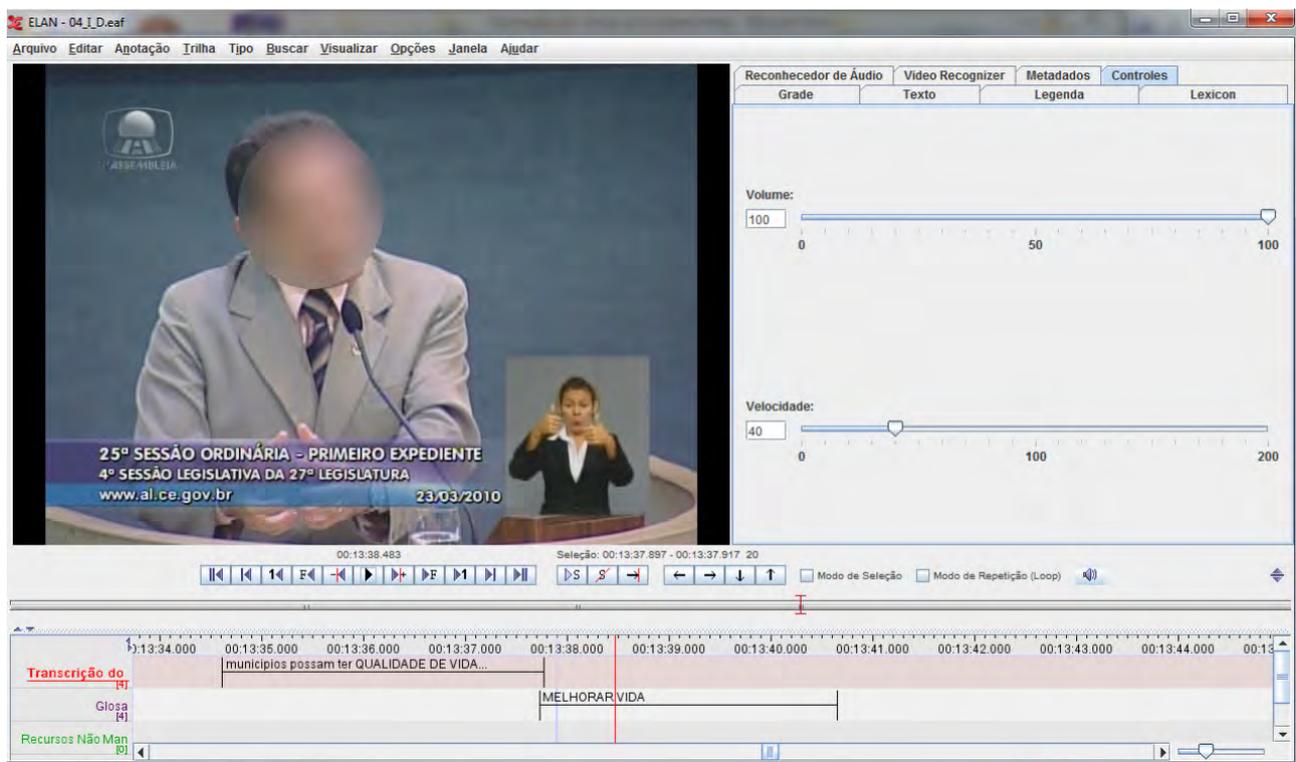
Colocação	DIA DE LUTO
Binômio	FATOS E FOTOS
	AMOR E AFETO

Fonte: Elaboração própria.

6.3 Estratégia da tradução literal

Na estratégia da tradução literal, consideramos as interpretações que mantiveram uma “fidelidade” semântica à língua-fonte, mas se adequaram à forma (estrutura) na língua de chegada. O uso dessa estratégia foi identificado em quantidade similar às estratégias anteriores, um total de cinco ocorrências principais, algumas delas associadas a outras.

Figura 8 – TILSP utilizando a estratégia da tradução literal



Fonte: Captura do vídeo – tela do ELAN.

Deputado: possam ter QUALIDADE DE VIDA

TILSP: MELHORAR VIDA

A figura acima mostra a unidade fraseológica “QUALIDADE DE VIDA” e a TILSP “adaptou” uma informação da língua portuguesa à estrutura da Libras. O sentido e a “fidelidade” semântica da expressão são mantidos, mas a organização estrutural é diferenciada nas duas línguas.

Nas sentenças a seguir, temos outros dois exemplos do uso da estratégia da tradução literal:

Deputado: criou expectativas DE FATO

TILSP S4: VERDADE

Deputado: prometeu DOBRAR OS SALÁRIOS dos professores

TILSP S1: PROMETER^CERTO SALÁRIO DOBRAR PROFESSOR

A seguir, a única entre as UFs que aparecem nesse tópico, na qual o TILSP utilizou como suporte a estratégia do “uso de pergunta retórica”, não para interpretar a sentença, mas para introduzir a explicação subsequente ao complemento da sentença: a UF DE IMEDIATO. O TILSP recorre à estratégia do “uso de pergunta retórica”, utilizando-se do questionamento O-QUE; antes disso, havia utilizado a estratégia da tradução literal – como estratégia principal –, quando traduz a expressão a um termo (RÁPIDO).

Deputado: DE IMEDIATO combateu

TILSP S3: RÁPIDO O-QUE ...?...

Nas duas sentenças a seguir, temos realizações (variações) de uma mesma unidade fraseológica “PROBLEMA GRAVE”.

Deputado: PROBLEMA GRAVÍSSIMO

TILSP S3: PROBLEMA+ SÉRIO

Deputado: GRAVE PROBLEMA que estamos vivenciando

TILSP S3: PROBLEMA+ exp. f ...int..
TER AGORA

Nas duas variações, tivemos a interpretação do TILSP S3 e pudemos constatar que ele se utilizou de estratégias diferenciadas na hora de interpretar cada uma das variações. Na primeira ocorrência, “PROBLEMA GRAVÍSSIMO”, usou apenas a estratégia da tradução literal, utilizando os sinais de “PROBLEMA” e “SÉRIO”; já na segunda ocorrência, utilizou – além da tradução literal – a estratégia do apagamento; ele fez o apagamento do sinal “SÉRIO”; mas, em substituição ao sinal apagado, o TILSP fez uso de uma expressão facial de intensidade para denotar e deixar claro o grau de gravidade do problema, e que não se tratava apenas de um simples problema. Ao utilizar essa expressão, o tradutor-intérprete recorreu a um recurso próprio da língua de sinais, não chegando a ser essa utilização um uso específico de uma estratégia, pois o próprio termo “GRAVE” já demandaria, em uma interpretação em língua de sinais, o uso de uma expressão facial que traduzisse a intensidade de sentido do termo.

Na sentença seguinte, temos mais uma vez a utilização da estratégia de interpretação da tradução literal, mas a primeira parte da sentença interpretada pelo TILSP S1 contém um equívoco na tradução. Vejamos:

Deputado: desadministração de Linda Lins da FORTALEZA HORROROSA

TILSP S1: ADMINISTRAÇÃO
PREFEIT@ exp.f.ironia FORTALEZA
HORRÍVEL

A unidade fraseológica “FORTALEZA HORROROSA” – que consideramos como desfraseologismo, pois a intenção do deputado é desconstruir o sentido da UF “FORTALEZA BELA”, *slogan* de campanha e de administração da gestão municipal da cidade de Fortaleza, na época da pesquisa –, é uma construção sintática realizada por um deputado de oposição à prefeitura, que tem a intenção de desqualificar a administração da gestão. Para isso ele constrói uma unidade fraseológica com significado contrário ao da UF “original”.

Nesse caso, a estratégia do TILSP S1 foi interpretar “Fortaleza horrorosa” para uma expressão na língua de sinais que tem o mesmo valor semântico. Podemos inferir que o TILSP S1 buscou na língua-alvo uma aproximação da língua-fonte. Mas, a sentença interpretada e a própria UF só terão significado se interpretadas dentro do contexto indicado pela fala do político.

A ironia no discurso do político está presente desde o início de sua fala, quando começa chamando a “administração” de “desadministração” – e é nesse momento que o tradutor-intérprete comete um equívoco na tradução. Ele faz o sinal de “ADMINISTRAR”, quando, na verdade, a intenção do parlamentar era dizer justamente o contrário. Em seguida, com ares de ironia, o parlamentar continua seu discurso dando a alcunha de “Linda Lins” para a prefeita. É importante frisar que este parlamentar sempre se refere à prefeita por essa alcunha e, nas diversas vezes em que observamos essa ocorrência, mas que não envolviam unidades fraseológicas – por isso não entram na análise –, os TILSP, geralmente, faziam o sinal de “PREFEIT@”, como acontece nessa situação, ou realizavam o sinal dado à prefeita na língua de sinais.

O TILSP S1 também utilizou recursos visuais da língua, novamente a expressão facial, recurso muito utilizado nas línguas de sinais – que pode ser gramatical ou emocional. Nesse contexto, apesar do TILSP fazer uso desse recurso para denotar a ironia da fala do político, ele não conseguiu trazer para a sua interpretação a ironia posta na fala do parlamentar.

A seguir, o quadro com as unidades fraseológicas interpretadas pela estratégia da tradução literal:

Quadro 7 – Resumo das UFs estratégia da tradução literal

Colocação	QUALIDADE DE VIDA
	DE IMEDIATO
	DE FATO
	DOBRAR OS SALÁRIOS
	GRAVE PROBLEMA
Desfraseologismo	FORTALEZA HORROROSA

Fonte: Elaboração própria.

6.4 Estratégia da paráfrase

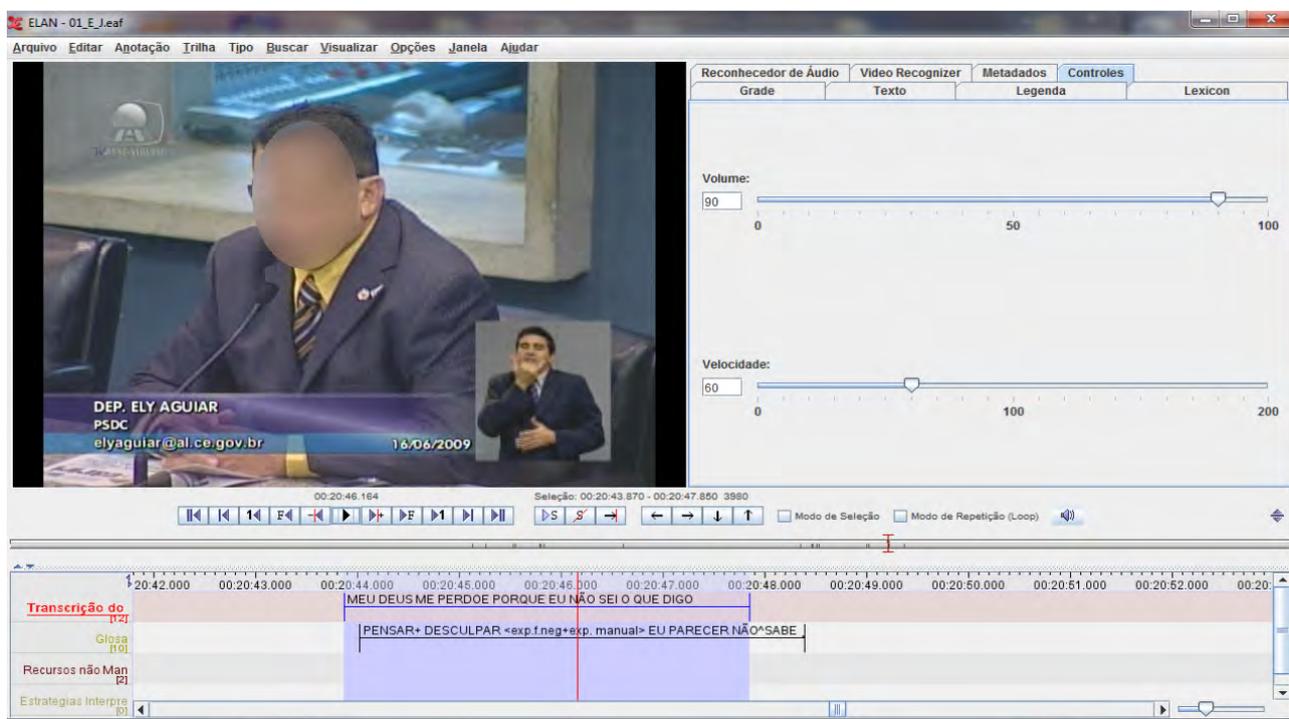
A estratégia da paráfrase foi classificada em dois grupos: paráfrase explicativa e paráfrase descritiva. Entendemos que na paráfrase explicativa as unidades fraseológicas têm o seu conteúdo explicado através da interpretação, a partir da “intervenção” feita pelo tradutor-intérprete; já na paráfrase descritiva temos o enunciado em língua-fonte (português) descrito pelo TILSP por meio, principalmente, do uso de classificadores, mas também com o uso de expressões faciais e do espaço; a interpretação é descrita de tal maneira por esses recursos que conseguimos visualizar na interpretação para a língua-alvo (língua de sinais) uma descrição do que foi dito em língua portuguesa.

6.4.1 Estratégia da paráfrase explicativa

A estratégia da paráfrase apresentou um elevado número de ocorrências, principalmente dentro do grupo da estratégia da paráfrase explicativa. Essa parece mesmo ser a estratégia preferida pelos TILSP; quase todos os sujeitos pesquisados admitiram fazer uso dessa estratégia, embora utilizando outros nomes para classificá-la, tais como: explicar; exemplificar; e desmetaforizar.

Vejamos um exemplo de paráfrase explicativa:

Figura 9 – TILSP utilizando a estratégia da paráfrase explicativa



Fonte: Captura do vídeo – tela do ELAN.

Deputado: MEU DEUS, ME PERDOE PORQUE EU NÃO SEI O QUE DIGO

TILSP: PENSAR+ DESCULPAR exp.f.neg +exp.manual EU PARECER NÃO-SABER FALAR NÃO-COMBINAR FALAR NÃO-COMBINAR

29. Chamamos essa citação de “não canônica” por existir uma variação na sua realização. A citação canônica seria “Meu Deus, meu Deus perdoai-lhes, eles não sabem o que fazem”. A partir dessa frase de Jesus, que passou a ter o seu uso muito repetido, temos hoje muitas variações.

No exemplo, temos a citação (não canônica²⁹) “MEU DEUS, ME PERDOE PORQUE EU NÃO SEI O QUE DIGO”, proferida pelo parlamentar que nos remete, como nas citações anteriores, a uma fala de Jesus Cristo. Na interpretação do TILSP, temos uma desconstrução dessa citação realizada através de uma “explicação” parafrazeada existente na sua interpretação. Assim como nos exemplos anteriores de interpretações de citações, também não recuperamos a unidade fraseológica enquanto tal. Dessa forma, arriscamos afirmar que, na maioria dos casos de UFs do tipo citações, a intertextualidade não será recuperada na fala dos tradutores-intérpretes.

Agrupamos em um quadro todas as ocorrências que consideramos apenas o uso da estratégia da paráfrase explicativa:

Quadro 8 – Ocorrências interpretadas pela estratégia da paráfrase explicativa

Deputado: sem tomar uma BANDA DE CIBAZOL

TILSP S2: NADA REMÉDIO exp.f .neg.. NENHUM exp.f ..int..

Deputado: uma BOA VONTADE que o próprio

TILSP S1: BOM INTERESSE TRABALHAR+

Deputado: pra FAZER A PONTE com o governador

TILSP S5: RESPONSÁVEL PORQUE ...?..._{2s} AJUDAR_{1s 1s} REPASSAR INFORMAÇÃO_{2s}

Deputado: Ceará que tem BACIAS MADURAS assim como tem

TILSP S2: TERMINAR AQUI PETRÓLEO TER_{locj} IGUAL_{lock}

Deputado: conseguiram sair dessa SITUAÇÃO DE ENGESSAMENTO dos seus orçamentos

TILSP S1: PARECE AVALIAÇÃO ELES-MESMO DÁ+ NEGOCIAÇÃO

Deputado: tem município que não está FAZENDO O DEVER DE CASA

TILSP S1: ALGUNS INTERIOR FAZER NADA IGUAL (me)ACOMODAR(me)
IGUAL (md)ACOMODAR(md)

Deputado: SITUAÇÃO que nós consideramos GRAVE, GRAVÍSSIMA

TILSP S3: ACONTECER TER DENTRO SÉRIO FORTE exp. f ...int.. SÉRIO

Deputado: DEU-NOS UM COICE tirando daqui a refinaria

TILSP S2: AQUI ESTADO CEARÁ AFASTAR exp.f ..int..

Deputado: ele ABRIU MÃO seria a quarta vez

TILSP S4: RESOLVER SER-NEUTRO NÃO-QUERER

Deputado: parceria [...] que o governador precisa, o PT não DÁ AS MÃOS

TILSP S4: PRECISAR UNIÃO ELE ESTAR-NEM-AÍ

Deputado: aparece aí UMA LUZ NO FUNDO DO TÚNEL

TILSP S5: MAS JÁ PERCEBER TER RESOLVER

Deputado: como eu falei que EXISTE UMA LUZ ::: deputado Edson Silva... lá no FIM DO TÚNEL

TILSP S5: MAS EU JÁ FALAR+ TER POSSÍVEL RESOLVER

Deputado: essa LUZ deputado Nelson Martins no fi::: FIM DO TÚNEL

TILSP S5: POR ISSO EU ACHO [...] POSSÍVEL RESOLVER

Deputado: porque existe UMA ÁREA DE RISCO muito

TILSP S5: PORQUE POLÍCIA TRABALHAR PERIGO exp. f ...int..

Deputado: METER A MÃO no dinheiro do povo

TILSP S5: PEGAR DINHEIRO ROUBAR LUCRAR

Deputado: modernizou a MÁQUINA ADMINISTRATIVA

TILSP S3: MUDAR DENTRO ADMINISTRAÇÃO

Quadro 8 – Ocorrências interpretadas pela estratégia da paráfrase explicativa (continuação)

<p>Deputado: aumento da EXPECTATIVA DE VIDA TILSP S3: MELHOR EU VIDA AUMENTAR CONSEGUIR</p>
<p>Deputado: DE MODO QUE TILSP S6: VER COMO+ TILSP S6: PORQUE</p>
<p>Deputado: mostra a total FALÊNCIA DO SISTEMA TILSP S6: QUEBRAR ACREDITAR exp.f.neg POLÍCIA SEGURANÇA NÃO-TER</p>
<p>Deputado: USO DA MÁQUINA TILSP S4: DINHEIRO PRÓPRIO GOVERNO RETIRAR GASTAR +</p>
<p>Deputado: trazendo SANGUE NOVO TILSP S3: É BOM NOVO MUDAR POLÍTICA</p>
<p>Deputado: PASSOU A BOLA pra SEMACE TILSP S4: DEIXAR-LÁ GRUPO+ S-E-M-A-C-E</p>
<p>Deputado: acho que é interessante PEGANDO aí O GANCHO TILSP S4: ACHO BOM IMPORTANTE PARECE APROVEITAR</p>
<p>Deputado: a droga está CORRENDO SOLTA TILSP S3: DROGA ESPALHAR LIVRE TER VERDADE</p>
<p>Deputado: os BRAÇOS CRUZADOS do governo TILSP S3: VER PROBLEMA IGUAL(me)ACOMODAR(me) IGUAL (md) ACOMODAR (md)</p>
<p>Deputado: FORÇA DE VONTADE TILSP S3: EU-MESMO EU CORAGEM</p>
<p>Deputado: SALTO DE QUALIDADE infraestrutural que o Ceará TILSP S2: AQUI ESTADO FAZER ELEVAR MELHORAR</p>
<p>Deputado: o resultado foi o SALTO DE QUALIDADE que a cidade TILSP S4: LÁ MELHORAR CONSEGUIR</p>
<p>Deputado: precisamos denunciar o FATUS CONCRETUS TILSP S3: PRECISAexp. f ...int.. EL@-MESMO PROPOSTA MOSTRAR TILSP S3: OBRIGATÓRIO PROPOSTA MOSTRAR CERTO</p>
<p>Deputado: o PSDB pode TIRAR O CAVALINHO DA CHUVA deputado que num vai não TILSP S2: CONSEGUIR VOTO neg DESCULPAR exp.f .neg.. NÃO</p>

Fonte: Elaboração própria.

Nas ocorrências postas no quadro, em todas as interpretações das UFs, teremos, a partir de uma paráfrase explicativa, a “explicação” das unidades fraseológicas pronunciadas, podendo essas “explicações” estar ligadas ao cotexto ou ao contexto da fala do parlamentar.

Na unidade fraseológica o temos um exemplo de uso da estratégia da paráfrase explicativa, associada à estratégia da explicitação. O TILSP para “explicar” a UF em sua interpretação fez adições de informações ao discurso do deputado.

Deputado: mas de PARTE A PARTE há esse desejo

TILSP S1: ÀS VEZES COMBINAR+ BOM_{locj} TROCAR_{lock}

Nas glosas seguintes, temos dois grupos de unidades fraseológicas (realização da mesma UF, em dois momentos distintos, com utilização de estratégias diferentes). Constatamos que nas ocorrências 1 e 3 – nas quais temos as interpretações dos TILSP S4 e S3, das UF “ROLO COMPRESSOR” e “*MODUS FACIENDI*” – temos a utilização da estratégia da paráfrase explicativa, na qual os tradutores-intérpretes parafraseiam as UFs, dando uma explicação desta, baseados no contexto do discurso do político; já nas ocorrências 2 e 4, temos o apagamento total das UFs nas interpretações realizadas pelos TILSP S4 e S1. No caso da UF “ROLO COMPRESSOR”, temos o mesmo sujeito (S4) fazendo uso de estratégias diferenciadas para uma mesma unidade fraseológica.

1) Deputado: foi um verdadeiro ROLO COMPRESSOR

TILSP S4: VERDADE PARECE CAIR-ARRASTAR

2) Deputado: foi um ROLO COMPRESSOR

TILSP S4: Φ omissão

3) Deputado: trazendo um *MODUS FACIENDI* novo na política

TILSP S3: BOM DEL@ NOVO TER MOSTRAR POLÍTICA

4) Deputado: *MODUS FACIENDI*

TILSP S1: Φ omissão

Na interpretação da unidade fraseológica seguinte, o TILSP S3 fez uso de duas estratégias para dar conta da interpretação da UF “UMA VISÃO LIMITADA”. Ele primeiramente recorreu à paráfrase explicativa e desconstruiu a metáfora existente na unidade fraseológica quando disse: “PENSAMENTO PARECER DURO+”. Mas depois, parece que, para ratificar a informação, recorreu à estratégia da tradução literal do termo e repetiu a informação, fazendo uso da glosa “VISÃO-LIMITAR”.

Deputado: UMA VISÃO LIMITADA das coisas

TILSP S3: PENSAMENTO PARECER DURO+ VISÃO-LIMITAR

A seguir, trazemos outros casos de interpretações realizadas através da estratégia da paráfrase explicativa. Foram realizações nas quais os TILSP i) utilizaram essa estratégia de maneira parcial, quando omitiram parte da informação da UF ou, ii) de maneira frustrada, quando a interpretação pela estratégia da paráfrase explicativa não deu conta da tradução da UF; ou iii) quando essa estratégia veio associada a outra; nessa situação específica, classificada na literatura como estratégia do uso de pergunta retórica. Esses casos foram divididos em três grupos, como veremos a seguir.

a) Paráfrase explicativa parcial

No grupo das interpretações realizadas pelo que chamamos de paráfrase explicativa parcial temos as tentativas de interpretação pelos TILSP através da estratégia da paráfrase, mas parece-nos que essas interpretações não foram eficientes sob a

óptica do significado da unidade fraseológica. Em muitos casos, não há prejuízo da interpretação do discurso como um todo, mas, se analisarmos sob a perspectiva da unidade fraseológica, constatamos que o sentido da UF não é interpretado; ela deixa não apenas de existir enquanto UF, mas também o seu significado não é construído a partir da interpretação em língua de sinais. Vejamos:

Deputado: o PSDB nessa casa, parceiro UNHA E CARNE com o governador

TILSP S4: PSDB UNIÃO SIM

Deputado: tirou o Estado do Ceará da IDADE DA PEDRA

TILSP S3: CEARÁ VELHO+ PARECER ..?..COMO CONSEGUIR SURGIR

Deputado: enfrentam a VIDA DURA que é

TILSP S6: TER DIFÍCIL TRABALHAR+

No grupo seguinte, temos mais cinco interpretações realizadas pela estratégia da paráfrase explicativa parcial. Nesse grupo a parcialidade se deu por causa do apagamento de parte da UF feito pelos TILSP na interpretação. Ao realizarem o apagamento, a paráfrase constituída para interpretação não foi suficientemente eficaz para recuperar o sentido e a intertextualidade trazida pela unidade fraseológica, deixando a mensagem da interpretação muitas vezes truncada, como mostram as glosas a seguir:

Deputado: COLOCOU RECURSO da própria prefeitura

TILSP S1: PRECISA hesitação PREFEITURA+ COLOCAR Φ omissão

Deputado: sem obviamente PERDER DE VISTA

TILSP S4: C- L- A- R- O NÃO-QUERER Φ omissão

Deputado: questão do cartão é UMA GOTA D'ÁGUA NO OCEANO nós temos que olhar

TILSP S2: Φ VER POUCO Φ

Deputado: experiências de 30 anos foi uma EXPERIÊNCIA EXITOSA a meu ver e acompanhada por todos os professores

TILSP S1: TAMBÉM BOM ANOS-PASSADOS 30 ANTES Φ omissão BOM CONSEGUIR+ PROFESSOR

Deputado: *MODUS OPERANDI*

TILSP S1: Φ omissão 2 MÃOSSEQUÊNCIA PROJETO

Na colocação “HONRA AO MÉRITO”, a seguir, o tradutor-intérprete lança mão da estratégia da paráfrase explicativa parcial. Ele também comete – como nos exemplos apresentados – um apagamento da segunda parte da UF (MÉRITO); porém, utiliza também, na interpretação dessa UF, elementos da estratégia da paráfrase descritiva (os classificadores), e da estratégia da datilologia (o alfabeto manual). Na glosa de interpretação, podemos ver que o TILSP S6 explicou o processo de recebimento da medalha, mas apagou o termo “MÉRITO”, interpretando somente a primeira parte da colocação através de um recurso da língua, o alfabeto manual.

Deputado: medalha de HONRA AO MÉRITO

TILSP S6: CORDAO-MEDALHA CL: F₁₅DAR₂₅ H-O-N-R-A Φ omissão

b) Paráfrase explicativa com uso de pergunta retórica

A estratégia da paráfrase explicativa associada à estratégia da pergunta retórica constitui-se, basicamente, em que o tradutor-intérprete utiliza-se de uma pergunta para *introduzir a interpretação de parte do discurso de um orador, seja para que o TILSP tenha tempo de pensar a melhor forma de interpretar uma informação, seja para destacar ideias importantes, e prender a atenção de quem acompanha o discurso; e/ou para estimular o raciocínio* (HORTÊNCIO, 2005 – grifo nosso). Essa estratégia apareceu para introduzir a interpretação de uma unidade fraseológica. Entendemos que foi para estimular o raciocínio de quem acompanhava o discurso e para o ganho de tempo do TILSP, enquanto pensava a melhor forma de interpretação. O uso de pergunta retórica não foi utilizado como estratégia de interpretação da unidade fraseológica e foi marcado, principalmente, pelo acompanhamento da estratégia da paráfrase explicativa. Vejamos o exemplo:

Deputado: FAZER ESSA LIGAÇÃO

TILSP S3: FAZER O-QUE...?... VER COMBINAR UNIR

Na interpretação da colocação “FAZER ESSA LIGAÇÃO”, percebemos que o TILSP acrescenta no meio da colocação a pergunta O-QUE?, em seguida explica, com suas palavras, o que seria “fazer essa ligação”; nas palavras do TILSP: “VER COMBINAR UNIR”. Vejamos no grupo a seguir mais quatro ocorrências da estratégia paráfrase explicativa associada à estratégia satélite ‘uso de pergunta retórica’:

Deputado: isso é consequência do AQUECIMENTO GLOBAL

TILSP S4: PORQUE ..?... O-QUE+ É POR-CAUSA MUNDO DENTRO PARECE CLIMA QUENTE AUMENTAR

Deputado: nosso secretário OLHE COM BONS OLHOS

TILSP S1: PRECISAR O-QUE ..?... SECRETÁRI@ SAÚDE CONTEMPLAR VER

Deputado: nossa preocupação é que VÍTIMAS FATAIS

TILSP S3: ..?... O-QUE PREOCUPAD@ FUTURO PODE MORRER ALGUMAS PESSOAS

Deputado: possa PASSAR PELA CABEÇA de alguém

TILSP S1: O-QUE ...?... VOCÊS CABEÇA mente PENSAR_{2p} COMO ...?...

Vemos que todas as sentenças interpretadas são precedidas por uma pergunta O-QUE ou PORQUE e, logo em seguida, temos a “explicação” da unidade fraseológica dada pelo TILSP através de uma paráfrase, que denominamos de explicativa, justamente porque nos parece que os TILSP buscam – não somente na UF, mas no conjunto de informações que o discurso do parlamentar traz e em seu conhecimento de mundo – elementos textuais e extratextuais para interpretar essas UFs.

Vemos, por exemplo, na UF “OLHE COM BONS OLHOS”, que o TILSP achou por bem recuperar a informação de que o secretário em questão era o da saúde e não o de outra pasta do governo – informação dada no início da fala do deputado –, para destacar em sua interpretação da unidade fraseológica que o secretário precisava cuidar melhor da saúde; a UF é desfeita e dá lugar a uma explicação dela, mas para isso o TILSP “convida” o telespectador surdo, através da indagação feita, a refletir sobre o que é dito.

Podemos perceber que há certo número de ocorrências da estratégia paráfrase explicativa associada à pergunta retórica nas realizações de interpretações, apesar de termos sujeitos diferentes interpretando as sentenças apresentadas.

Logo a seguir, temos três modos de realização da UF “CHEGAR A BOM TERMO”. A diferença de realização entre as sentenças é que duas delas estão conjugadas nos tempos verbais presente e passado. Vejamos as glosas:

Deputado: desejo de CHEGAR A BOM TERMO

TILSP S1: O QUE ...?... QUERER_{s1} COMBINAR_{s2} aperto de mão BOM

Deputado: que se CHEGUE A BOM TERMO esse pleito

TILSP S1: RÁPIDO FAZER ACABAR GREVE

Deputado: mas não CHEGOU A BOM TERMO

TILSP S1: Φ omissão

Verificamos nas interpretações que, apesar de termos a interpretação pelo mesmo TILSP, há diferenças nas realizações das sentenças e na escolha das estratégias de interpretação. Nas duas primeiras sentenças temos o uso da estratégia da paráfrase explicativa e na terceira temos o uso da estratégia do apagamento.

Na primeira ocorrência, o TILSP S1 iniciou a interpretação com a pergunta retórica O-QUE e, em seguida, assim como nos exemplos anteriores, utilizou-se da paráfrase explicativa para interpretar a UF. Na glosa de interpretação O QUE ...?... QUERER_{s1} COMBINAR_{s2} aperto de mão BOM, constatamos que o tradutor-intérprete buscou elementos para a interpretação da UF “CHEGAR A BOM TERMO”, parafrazeando a própria expressão. Para isso, ele “simulou” uma situação em que duas partes negociantes, cujo interesse poderia ser diferente, selam um acordo.

Na segunda glosa de interpretação – “RÁPIDO FAZER ACABAR GREVE” –, continuação da fala do mesmo político, o TILSP se apoiou no discurso do parlamentar buscando subsídios para a interpretação. Ele apoiou-se no contexto da fala do deputado, que era sobre a negociação da greve dos professores – situação ainda não apresentada na primeira ocorrência da unidade fraseológica – e, utilizando-se da estratégia da paráfrase explicativa, fez a interpretação da UF “CHEGUE A BOM TERMO”.

Na terceira ocorrência, o TILSP S1 fez uso da estratégia da omissão e apagou a unidade fraseológica.

c) Paráfrase explicativa frustrada

Em nosso *corpus* encontramos algumas realizações de interpretações nas quais os TILSP buscaram na estratégia da paráfrase explicativa uma interpretação para o enunciado em português, mas, em nosso entendimento, essas interpretações não obtiveram sucesso em relação ao dito em língua portuguesa e ao interpretado em língua de sinais. Essas ocorrências nós chamamos de paráfrase explicativa frustrada.

Consideramos relacionadas a essa subcategoria as tentativas de interpretação por meio de uma “explicação”, mas que, nessa busca pela interpretação, a intertextualidade da unidade fraseológica não é totalmente recuperada pelo tradutor-intérprete.

Dissemos anteriormente, e defendemos isso, que o tradutor/intérprete não é um sujeito neutro em um processo tradutório; sabemos também que, em consequência disso, a tradução-interpretação de textos/discursos será influenciada pelo conhecimento de mundo que o profissional tem e que certamente esse profissional não tem a obrigação de conhecer tudo. Dessa forma, conscientes desse processo, apresentamos os exemplos a seguir:

Deputado: MORTALIDADE INFANTIL

TILSP S3: ...?... O-QUE BEBÊ NASCER MORTO+

Deputado: fazer uma política NUM BOM SENTIDO

TILSP S3: POLÍTICA BOM+ DESENVOLVER

Deputado: faça com que DENTRO DO POSSÍVEL

TILSP S1: QUERER FAZER pausa POSSÍVEL+ FAZER

Houve por parte dos TILSP uma tentativa de realizar uma paráfrase explicativa das unidades fraseológicas, mas em nenhuma delas foi totalmente recuperado nem reconstruído o sentido da unidade fraseológica.

Na UF a seguir temos dez ocorrências de interpretação da unidade fraseológica, todas realizadas pelo mesmo sujeito de pesquisa:

Deputado: TOQUE DE RECOLHER³⁰

1) TILSP S6: HORA 12 PEGAR+

2) TILSP S6: CL: 5(me) CL: Ä(md) TOCAR-CAMPAINHA PEGAR+

3) TILSP S6: PEGAR+ JUNTAR-GRUPO

4) TILSP S6: PEGAR+ JUNTAR-GRUPO LEVAR

5) TILSP S6: POLÍCIA FAVELA MANDAR

IGUAL (me) muitas-pessoas IR PRESO CASA

IGUAL (md) muitas-pessoas IR

6) TILSP S6: CARRO CL: B CARONA-LEVAR CL: "5

7) TILSP S6: HORA CARRO CL: B JOGAR-DENTRO CARONA-LEVAR CL: "5

8) TILSP S6: Φ omissão

9) TILSP S6: HORA POLÍCIA CARRO CL: B JOGAR-DENTRO CARONA-LEVAR CL: "5

10) TILSP S6: HORA POLÍCIA VIGIAR CARRO CL: B JOGAR-DENTRO CARONA-LEVAR CL: "5

Vimos que, em todas as interpretações realizadas pelo TILSP S6, a intertextualidade da UF "TOQUE DE RECOLHER" não foi recuperada. Em todas as glosas de interpretações observamos que o TILSP buscou elementos para a interpretação não na unidade fraseológica, mas em informações adicionais fornecidas pelos políticos em suas falas.

Nas glosas 1, 3 e 4, temos as tentativas de interpretação pela estratégia simples da paráfrase explicativa; nas glosas 2, 5, 6, 7, 9 e 10, temos as tentativas de interpretação pela estratégia da paráfrase explicativa associada à estratégia da paráfrase descritiva. Sabemos que a estratégia da paráfrase descritiva é marcada, principalmente, pelo uso dos classificadores e é exatamente a esse recurso que o TILSP S6 recorre para tentar interpretar "TOQUE DE RECOLHER".

Observamos também que o TILSP tentou padronizar a interpretação da UF (ver glosas de interpretação de números 7, 9 e 10), mesmo que o sentido interpretado não estivesse totalmente relacionado ao significado da unidade fraseológica em questão.

A seguir, o quadro geral com as unidades fraseológicas interpretadas pela estratégia da paráfrase explicativa:

30. Essa UF foi pronunciada várias vezes durante o mesmo discurso de um deputado, sendo esse deputado aparteado por vários outros, ou seja, a unidade fraseológica TOQUE DE RECOLHER foi utilizada por mais de um orador, mas interpretada pelo mesmo TILSP.

Quadro 9 – Resumo das UFs estratégia da paráfrase explicativa

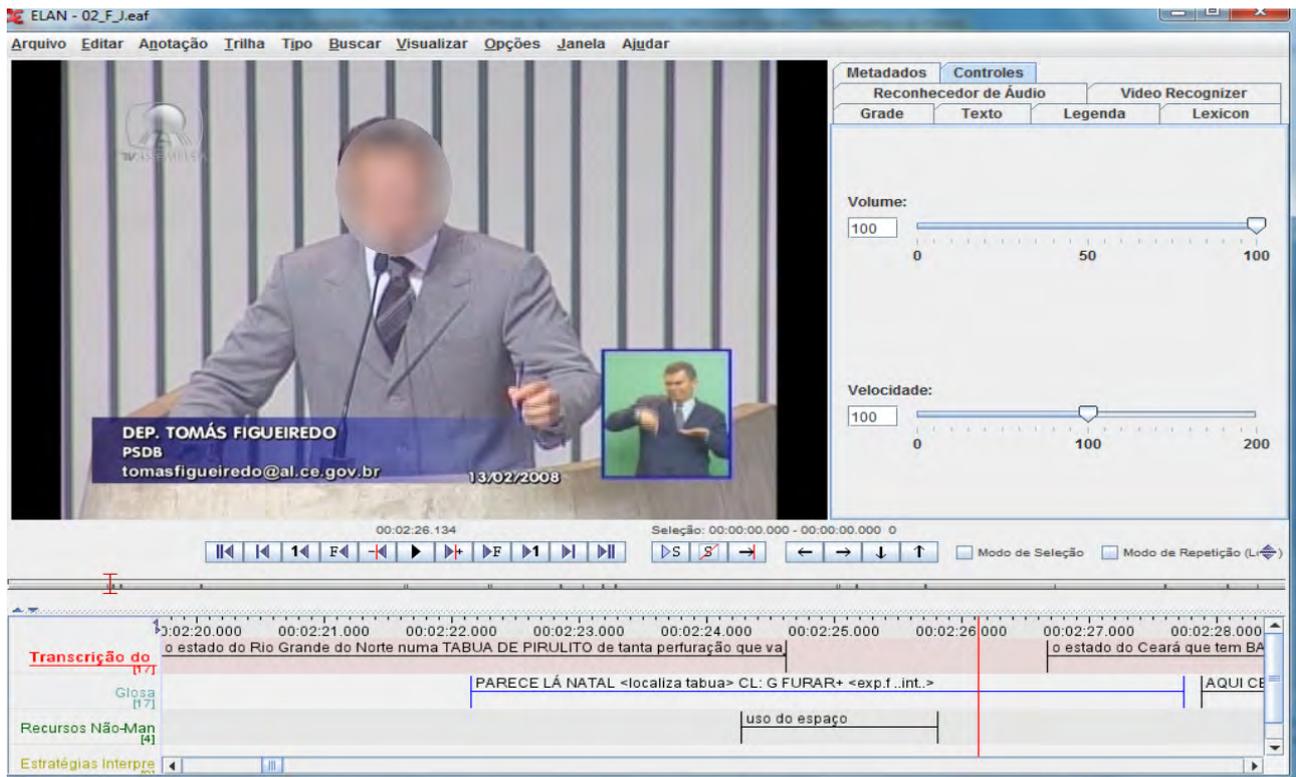
Colocação	SALTO DE QUALIDADE	CORRENDO SOLTA
	EXPERIÊNCIA EXITOSA	BRAÇOS CRUZADOS
	DENTRO DO POSSÍVEL	FORÇA DE VONTADE
	MODUS OPERANDI	NUM BOM SENTIDO
	MODUS FACIENDI	USO DA MÁQUINA
	PARTE A PARTE	SANGUE NOVO
	CHEGAR A BOM TERMO	PASSOU A BOLA
	PASSAR PELA CABEÇA	PEGANDO O GANCHO
	MORTALIDADE INFANTIL	ABRIU MÃO
	HONRA AO MÉRITO	DAR AS MÃOS
	VIDA DURA	UMA LUZ NO FUNDO DO TÚNEL
	COLOCAR RECURSO	UMA ÁREA DE RISCO
	OLHAR COM BONS OLHOS	METER A MÃO
	SITUAÇÃO GRAVE, GRAVÍSSIMA	MÁQUINA ADMINISTRATIVA
	VÍTIMAS FATAIS	EXPECTATIVA DE VIDA
	FAZER ESSA LIGAÇÃO	VISÃO LIMITADA
	ROLO COMPRESSOR	IDADE DA PEDRA
	AQUECIMENTO GLOBAL	DE MODO QUE
	PERDER DE VISTA	FALÊNCIA DO SISTEMA
	FATUS CONCRETUS	TOQUE DE RECOLHER
BOA VONTADE	BACIAS MADURAS	
Expressão idiomática	SITUAÇÃO DE ENGESSAMENTO	
	BANDA DE CIBAZOL	
	DEU-NOS UM COICE	
	UMA GOTA D'ÁGUA NO OCEANO	
	FAZER A PONTE	
	TIRAR O CAVALINHO DA CHUVA	
Citação	FAZENDO O DEVER DE CASA	
Binômio	MEU DEUS ME PERDOE PORQUE EU NÃO SEI O QUE DIGO	
	UNHA E CARNE	

Fonte: Elaboração própria.

6.4.2 Estratégia da paráfrase descritiva

No exemplo a seguir, temos o uso da expressão idiomática “TÁBUA DE PIRULITO”, fazendo referência a perfurações de petróleo em determinado Estado. Observamos, na assistência aos vídeos, que o tradutor-intérprete, ao fazer a interpretação dessa expressão, utilizou-se da estratégia que chamamos de paráfrase descritiva. Nessa estratégia, os TILSP devem buscar, na própria língua de sinais, os recursos disponíveis para ajudar na interpretação entre as duas línguas. Vejamos:

Figura 10 – TILSP utilizando a estratégia da paráfrase descritiva



Fonte: Captura do vídeo – tela do ELAN.

Deputado: transformar [...] Rio Grande do Norte numa TÁBUA DE PIRULITO de tanta perfuração

TILSP: PARECE LÁ NATAL localiza tabua CL: G FURAR+ exp.f ..int..

O intérprete fez uso do espaço de sinalização e de classificadores: localizou a “TÁBUA” no espaço à frente de seu corpo e, mantendo esse ponto de referência, utilizou um classificador de objeto perfurador para simular furos na tábua que estava localizada à frente do seu corpo. Simultaneamente a isso, ele utilizou-se de um movimento e de uma expressão facial de intensidade para ratificar que são muitos furos, caracterizando assim, a “tábua de pirulito”.

Utilizando essa estratégia, o TILSP buscou na língua de sinais, através de recursos visuais e espaciais da língua, aproximar o significado entre as expressões nas duas línguas. Como defende Bassnett (2005), no processo de tradução de expressões idiomáticas devemos “substituir” a expressão idiomática (EI) da língua-fonte por outra EI na língua-meta. Embora nós saibamos que esse não é um processo simples e nem linear – toda tradução/interpretação é uma ressignificação de conteúdos, tendo em vista que o tradutor/intérprete não é uma “peça” neutra nesse processo, não é apenas um repassador –, podemos concluir que os tradutores/intérpretes, ao fazerem uma tradução, tentam “aproximar” a língua-alvo da língua-fonte.

Observamos, na sinalização das cinco ocorrências a seguir, que há uma espécie de “descrição” da unidade fraseológica em si e do sentido que a envolve. Para fazer essa descrição os profissionais utilizaram informações que são próprias da língua de sinais, ou seja, eles “adaptaram” uma informação da língua portuguesa à estrutura da língua brasileira de sinais.

Deputado: enche os bolsos de bala FICA NA TOCAIA na casa

TILSP S4: ESPERAR OLHAR-ENTRE-BRECHAS ESPERAR+

Deputado: TRANSITAMOS E ANDAMOS

TILSP S3: PESSOA CL: G1 IR-VIR pausa PESSOA CL: V_{kd} ANDAR_{ke}

Deputado: QUERER TAPAR O SOL COM UMA PENEIRA

TILSP S3: PARECE+ SOL(md) CL: 5 PARAR(me) exp. f. neg CL: 5 ULTRAPASSAR(md)

Deputado: apenas FALAM POR FALAR

TILSP S3: CL: Ô DESPEJAR-PALAVRAS+ exp. f. neg FALAR+

Deputado: na mesma FAIXA LITORÂNEA que nós temos

TILSP S2: TER_{locj} LINHA_{lock} TERRA PRAIA

Para realizar a estratégia da paráfrase descritiva, os TILSP exploraram o espaço de sinalização e fizeram uso, principalmente, de classificadores. Os classificadores em língua de sinais são formados, basicamente, por configurações de mãos. Os classificadores são morfemas afixados a um item lexical; nas línguas de sinais, geralmente, esses morfemas se ligam “aos verbos de movimento ou de localização indicando o objeto que se move ou é localizado” (Ferreira-Brito, 1995, p. 103), ou seja, para a sua realização os classificadores se incorporam ao movimento e/ou localização de um verbo.

No exemplo “TRANSITAMOS E ANDAMOS”, o TILSP S3 trabalha com os classificadores (CL) “G1” e “V” para ilustrar a situação em que pessoas caminham de um lado a outro. Vemos o CL “G1” incorporado aos verbos “IR-VIR” e o CL “V” incorporado ao verbo “ANDAR”, ambos classificadores designativos do sinal de “PESSOA”.

De acordo com Ferreira-Brito (1995), além das CMs, os classificadores também podem ser constituídos por outro elemento, a orientação da mão³¹, que pode ser um componente diferenciador em certos classificadores como, por exemplo, o CL “V”. Vejamos a figura abaixo:

Figura 11 – Configuração de mão “V”



31. Lembramos que a orientação da(s) mão(s) é a direção da palma da mão durante a realização do sinal, que pode ser voltada para baixo, para cima, para o corpo, para frente, para a esquerda ou para a direita.

Dessa forma, temos classificadores constituídos por CMs e outros constituídos por CMs e por orientação da mão.

Na ocorrência a seguir, o TILSP recorreu às estratégias da paráfrase descritiva e da paráfrase explicativa para interpretar a sentença proferida pelo deputado, e para fazer a “explicação” do binômio “ÓLEO COM ÁGUA”, ele utilizou recursos importantes da língua, tais como: classificadores e espaço.

Deputado: misturar OLEO COM ÁGUA... não

TILSP S6: MISTURAR exp. f. neg NÃO-PODER EMPRESTAR ÁGUA ÓLEO CL: B (md) IGUAL (me) (md) sobre (me) mov. sinuoso NÃO-PODER

Lembramos que a língua de sinais tem uma realização viso-espacial e pode realizar-se simultaneamente devido a uma organização multidimensional de língua; sabemos que certas CMs – utilizadas como classificadores – podem ser usadas para representar forma e tamanho de referentes, descrever movimentos, ter a função de descrever adjetivos, substituir pronomes e localizar referentes. Há, ainda, os classificadores³² que denotam a maneira em que a ação acontece, estes funcionando como advérbios.

No exemplo “misturar ÓLEO COM ÁGUA”, o TILSP S6 explora essa condição multidimensional da língua de sinais e descreve, através de classificadores descritivos de forma e movimentos, o que seria a impossibilidade da mistura de água e óleo.

Tivemos duas ocorrências da unidade fraseológica “ABRIR OS OLHOS” com o sentido de observar a realidade, saber o que acontece, todas interpretadas pelo mesmo sujeito, o TILSP S6.

Deputado: ABRIR OS OLHOS

TILSP S6: CL: bO ACORDAR VER PERCEBER

O tradutor-intérprete utiliza o classificador “bO” que realizado junto aos

olhos do sinalizante remete ao sinal de “ACORDAR”. Isoladamente já significaria, em seu sentido denotativo ou conotativo, a colocação “ABRIR OS OLHOS”. Mas, nesse caso, o TILSP S6 não se limita a produzir somente o sinal “ACORDAR”, mas expande a sinalização, fazendo uso da estratégia da explicitação, e dá ênfase ao discurso do parlamentar, acrescentando as informações “VER PERCEBER”; ou seja, a intenção discursiva do tradutor-intérprete parece ser chamar a atenção do telespectador surdo ao fato de que é necessário ficar atento à situação informada pelo deputado.

Vimos, anteriormente, que, para Stumpf (2003), a tendência das línguas de sinais é “condensar” vários sinais que poderiam ser utilizados para explicar um determinado conceito em apenas um sinal. E é exatamente isso que acontece na segunda realização da colocação “ABRIR OS OLHOS”, como vemos a seguir:

Deputado: ABRIR OS OLHOS

TILSP S6: CL: bO ACORDAR

O TILSP S6 parece intuitivamente saber dessa peculiaridade das línguas de sinais e, nessa segunda interpretação, limita-se a interpretar a UF fazendo o sinal de “ACORDAR”. Faria (2003, p. 82) corrobora com o que diz Stumpf (2003), e acrescenta que a modalidade gesto-visual da língua de sinais pode favorecer a “cristalização de ideias em unidades lexicais com um único significante, porém com significado amplo e complexo.” Essa ocorrência pode ser um indício de que as línguas de sinais podem ter de fato essa tendência, mas como dissemos antes, precisamos de mais pesquisas no sentido de verificar e aprofundar essa tese.

A seguir, o quadro com as unidades fraseológicas interpretadas pela estratégia da paráfrase descritiva:

32. Para saber mais sobre classificadores ver Ferreira-Brito (1995).

Quadro 10 – Resumo das UFs estratégia da paráfrase descritiva

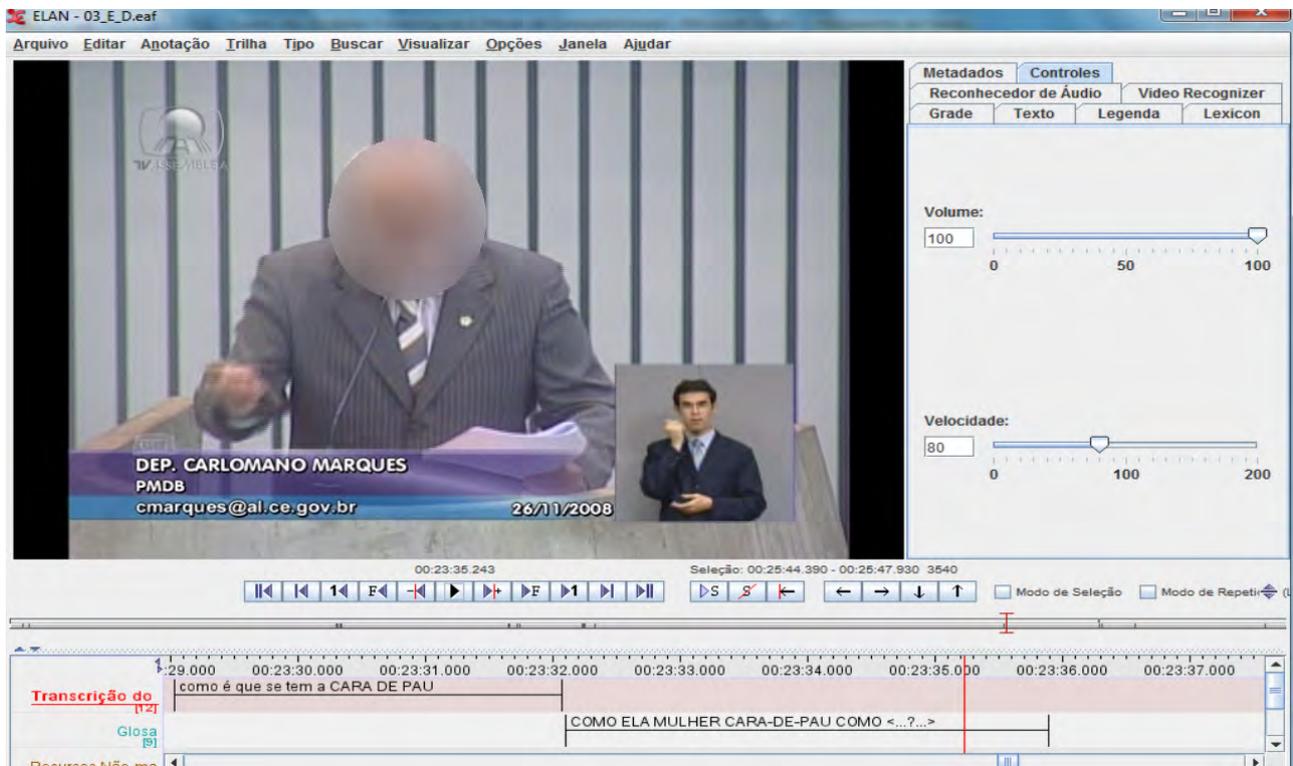
Colocação	FAIXA LITORANEA
	FALAM POR FALAR
	ABRIR OS OLHOS
	FICA NA TOCAIA
Binômio	ÓLEO COM ÁGUA
	TRANSITAMOS E ANDAMOS
Expressão idiomática	TÁBUA DE PIRULITO
	QUERER TAPAR O SOL COM UMA PENEIRA

Fonte: Elaboração própria.

6.5 Estratégia de equivalência

Entendemos que, na estratégia da equivalência, a “substituição” do enunciado em língua-fonte por outro enunciado em uma língua-alvo é uma “substituição” de enunciados funcionalmente equivalentes. No primeiro exemplo da equivalência a seguir, temos a realização da expressão idiomática CARA DE PAU, vejamos:

Figura 12 – TILSP utilizando a estratégia da equivalência



Fonte: Captura do vídeo – tela do ELAN.

Deputado: CARA DE PAU

TILSP: COMO ELA MULHER CARA-DE-PAU COMO ...?...

Na descrição da glosa de interpretação, observamos que mais uma vez, como defendem Stumpf (2003) e Faria (2003), a língua de sinais parece “condensar” a expressão idiomática “CARA DE PAU” em um único sinal que é detentor de amplo significado, transformando, assim, a expressão idiomática “CARA DE PAU” do português em um item lexical na língua de sinais. O sinal CARA-DE-PAU, que é uma equivalência, é realizado com a mão fechada em configuração da mão “A” no ponto de articulação “bochecha”; o sinalizante dá dois toques na bochecha como se estivesse batendo em uma madeira. A imagem do ELAN apresenta o exato momento de realização desse sinal.

É bom sempre lembrar que, apesar de as línguas não serem isomórficas, de o conceito de equivalência ser complicado de se estabelecer, e de a tradução sempre designar ressignificações de uma língua em outra, de alguma forma o tradutor/intérprete sempre buscará, em suas traduções/interpretações, fazer aproximações em busca de uma “fidelidade” ao texto (escrito ou oral). Para isso, ele também buscará na língua-alvo elementos que possam ressignificar o dito/escrito na língua-fonte.

Nos exemplos seguintes, temos mais exemplificações claras da estratégia da equivalência ocorrendo isoladamente.

Deputado: RISCO MORTAL

TILSP S1: PERIGOSO MORRER

Deputado: adolescentes que FICAM ÀS MARGENS ali da avenida

TILSP S3: TER FORA RUA

Deputado: até PELO FATO de que dizem eles

TILSP S4: PORQUE EL@ FALAR

Deputado: MEU DEUS, MEU DEUS, POR QUE ME ABANDONASTES?

TILSP S2: ORAR DEUS PORQUE ME-ABANDONAR..?..

Deputado: BUSCAR A VERDADE

TILSP S2: PROCURAR VERDADE

A sentença “BUSCAR A VERDADE” apareceu em dois discursos de deputados diferentes, sendo interpretada, nas duas vezes, pelo TILSP S2. Nas duas glosas de interpretação, o tradutor-intérprete fez uso da sinalização “PROCURAR VERDADE”. Infelizmente não tivemos essa mesma sentença interpretada por outros TILSP para que pudéssemos – de certa forma – verificar se a mesma glosa de interpretação se repetiria. Poderíamos pensar que essa “expressão” em Libras poderia ser uma UF, mas não temos elementos suficientes para fazer essa afirmação.

Na glosa de interpretação da UF a seguir, temos outra realização da estratégia da equivalência, mas temos, também, a utilização por parte do intérprete do recurso da repetição de informação, talvez para ratificar a informação dada. Vejamos:

Deputado: CARA ENSEBADA a óleo de peroba

TILSP S2: CARA-LISA CARA-DE-PAU

O tradutor-intérprete acrescentou à interpretação de “CARA ENSEBADA”, além de seu “equivalente” “CARA-LISA”, o sinal de “CARA-DE-PAU”. Poderíamos considerar que o sinal acrescentado seria uma informação redundante, mas, ao contrário, entendemos que tenha sido uma feliz e satisfatória decisão de tradução, pois na sinalização do TILSP S2 ficou bem marcada e bem evidenciada a ênfase que o deputado deu, em sua fala, à expressão. O acréscimo de informação, utilizado como uma repetição da informação, acabou dando mais vivacidade a interpretação.

Nas glosas seguintes, temos três ocorrências da unidade fraseológica “PISO SALARIAL”:

Deputado: PISO SALARIAL

TILSP S1: SALÁRIO

TILSP S1: Φ omissão

Deputado: PISO SALARIAL

TILSP S5: P-I-S-O SALÁRIO

Nas interpretações de “PISO SALARIAL” pelos TILSP S1 e S5, temos as ocorrências de três estratégias: equivalência; omissão; e uso de datilologia. Nas duas glosas de interpretação, o TILSP S1 se utilizou de estratégias diferentes. Na primeira, ele utilizou-se da equivalência parcial ao sinalizar somente parte da UF, o termo “SALÁRIO”. Ao fazer a sinalização apenas de um termo da expressão, o TILSP não nos dá a possibilidade de poder recuperar o sentido da expressão, pois o termo “SALÁRIO” colocado isoladamente não faz menção à ideia de base, de salário inicial para uma categoria. Por isso, consideramos que temos nessa realização uma equivalência parcial; na segunda interpretação, o TILSP apagou a informação e transcorreu normalmente na sua tradução.

O TILSP S5 também utilizou o sinal “SALÁRIO” e, com isso, fez uso de uma estratégia da equivalência, mas recorreu a outra estratégia como forma de “sanar” o problema de compreensão da expressão por causa de uma informação incompleta. Para sanar esse “problema”, o tradutor-intérprete fez uso da datilologia para “sinalizar” o termo “piso”.

Na sentença a seguir, também temos uma situação semelhante à ocorrência anterior de uso da datilologia, estratégia que resulta em uma interpretação na qual parece ocorrer uma equivalência parcial.

Deputado: PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

TILSP S1: PLANEJAMENTO P-L-A-N-E-J-A-M-E-N-T-O P-A-R-T-I-C-I-P-A-T-I-V-O

No exemplo acima, o TILSP S1 recorre ao alfabeto manual, ou seja, à soletração da unidade fraseológica, embora ele tenha inicialmente “ensaiado” fazer o sinal de “PLANEJAMENTO”; ele recua e utiliza a datilologia para interpretar a colocação. Vale lembrar que a datilologia faz uso de algumas das CMs para representar o alfabeto manual (em português), sendo esse alfabeto considerado, portanto, um empréstimo linguístico da língua portuguesa para a língua brasileira de sinais.

A seguir, temos duas ocorrências da UF “FAZER VALER” realizadas por TILSP diferentes. As estratégias de interpretação que os profissionais usaram também são diferentes, e, embora as utilizadas pelo TILSP S5 pudessem estar elencadas em outro grupo de estratégias, resolvemos deixá-las registradas aqui em oposição à realização da interpretação do TILSP S3.

Deputado: FAZENDO VALER

TILSP S3: CONSEGUIR+

Deputado: luta pra FAZER VALER o piso em todos os estados

TILSP S5: LULA ACEITAR O-QUE ...?... Φ omissão P-I-S-O TODO ESTADO

No primeiro caso, o TILSP S3 interpretou a UF por meio da equivalência, realizando o sinal “CONSEGUIR” repetidas vezes; na segunda interpretação, o TILSP S5 apagou a realização da UF; mas, antes de cometer o apagamento, o profissional fez uso de pergunta retórica. Entendemos que ele tenha feito uso dessa estratégia com o objetivo de pensar o que fazer para melhor interpretar a informação dada e, ao mesmo tempo, como forma de conexão entre os enunciados para dar continuidade à sua interpretação após o apagamento de parte do discurso.

A seguir, o quadro com as unidades fraseológicas interpretadas pela estratégia da equivalência:

Quadro 11 – Resumo das UF's estratégia de equivalência

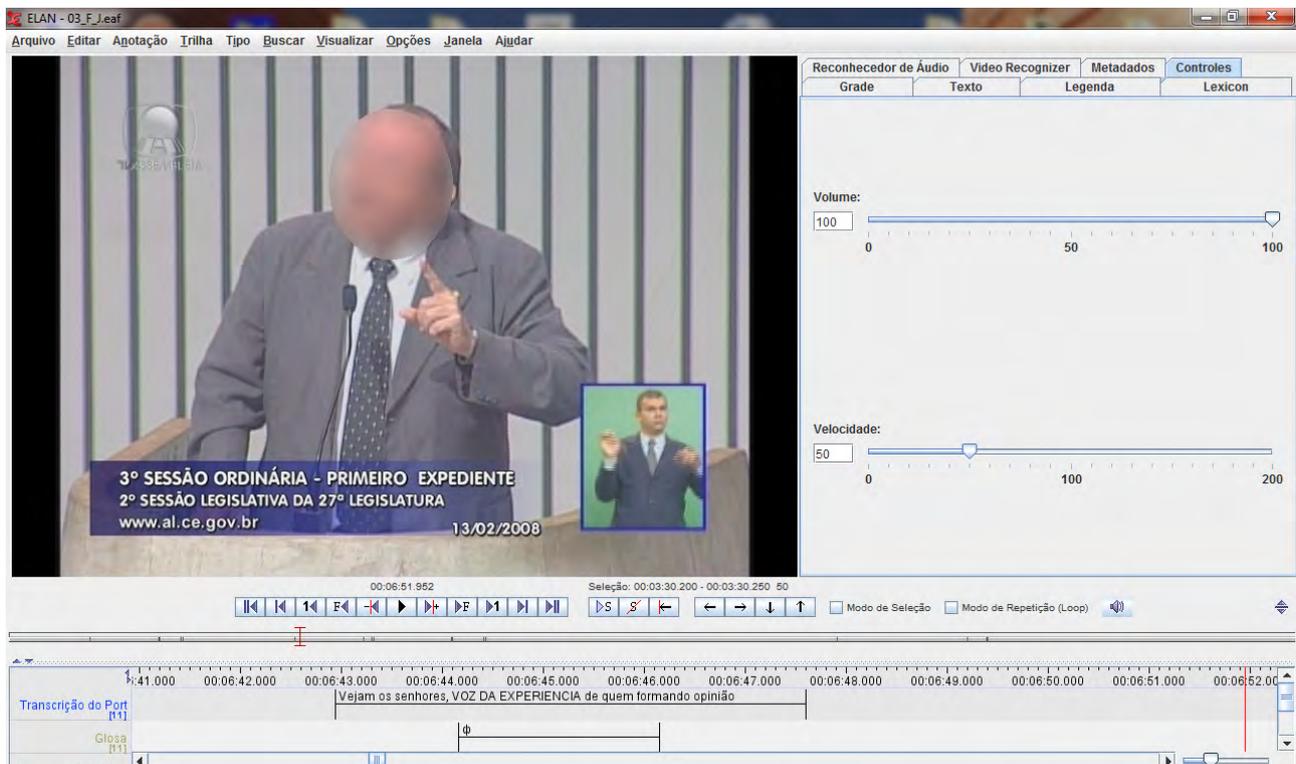
Colocação	PISO SALARIAL
	BUSCAR A VERDADE
	RISCO MORTAL
	PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO
	FICAM AS MARGENS
	PELO FATO
	FAZER VALER
Expressão idiomática	CARA DE PAU
	CARA ENSEBADA
Citação	MEU DEUS, MEU DEUS, POR QUE ME ABANDONASTES?

Fonte: Elaboração própria.

6.6 Estratégia de apagamento ou omissão

Classificamos por apagamento ou omissão todas as vezes que identificamos na interpretação dos TILSP a utilização da estratégia de apagar total ou parcialmente as unidades fraseológicas identificadas nos pronunciamentos dos políticos. Vejamos a UF abaixo:

Figura 13 – TILSP utilizando a estratégia de apagamento



Fonte: Captura do vídeo – tela do ELAN.

Deputado: VOZ DA EXPERIÊNCIA**TILSP: Φ omissão**

Vemos na glosa acima que o TILSP apagou completamente a colocação “VOZ DA EXPERIÊNCIA”. Hipotetizamos que, ao realizar o apagamento ou a omissão de alguma sentença ou alguma parte do discurso, o profissional tradutor-intérprete acredite que está tirando do texto informações que não são relevantes ou que são repetitivas.

Em nossa entrevista com os TILSP, percebemos essa assertiva nos discursos de alguns deles. Alguns defendem que utilizar a estratégia da omissão em alguns momentos é importante para uma melhor organização do discurso. Um dos sujeitos de pesquisa afirma: “eu também uso uma estratégia de subtração, quando eu acho que é necessária” (TILSP S5). Ele faz isso porque acredita que em nossas falas “nós, ouvintes, temos o hábito de enxertar, enxertamos palavras ou expressões que não têm significado nenhum” (TILSP S5). Pela fala desse tradutor-intérprete, a utilização da estratégia da omissão parece ser uma decisão consciente; parece ser uma necessidade a partir de algum ponto motivador, seja por achar que a informação não é relevante, seja por uma questão de economia de tempo, seja por não saber como fazer a interpretação.

Por outro lado, há profissionais que acreditam que a estratégia da omissão deva ser pouco utilizada e faz um esforço para não utilizar, como podemos verificar na fala do TILSP S6: “eu muito

preocupado [...] em não omitir nada, porque um recurso que eu utilizo pouco é a omissão” (TILSP S6). Ao contrário de outros TILSP, este profissional parece não acreditar na estratégia da omissão, ele não a concebe como uma estratégia eficaz; ao contrário, para ele a estratégia que se apresenta com mais eficiência é a estratégia da explicitação (que ele denomina de extensão) ou a estratégia da paráfrase que ele concebe como sendo a mesma estratégia de explicitação. Vejamos o que diz esse sujeito: “eu uso mais a extensão [...] que é isso? É pegar um termo, talvez um termo que tá sendo dito naquele local, e aí, inferindo que, talvez, não tivesse uma informação sobre aquilo, eu faço uma paráfrase em língua de sinais” (TILSP S6).

Sabemos que as estratégias da explicitação e da paráfrase são estratégias diferentes, embora tenham semelhanças de realização. Enquanto a primeira se propõe a adicionar informações à fala de quem enuncia o discurso, sem necessariamente realizar uma paráfrase, sem dar explicações, a segunda estratégia se propõe a ser um enunciado explicativo em uma língua-alvo de um enunciado pronunciado em uma língua-fonte; isso quando estamos nos referindo a traduções, pois como bem sabemos, a paráfrase pode acontecer também dentro de uma mesma língua.

Apesar da polêmica de eficácia ou não eficácia do uso da estratégia da omissão, identificamos vários momentos de uso exclusivo dessa estratégia. Temos abaixo um quadro com alguns dos casos:

Quadro 12 – Quadro das ocorrências interpretadas pela estratégia do apagamento

Deputado: que é um governo transparente e eu vou PEGAR NA PALAVRA agora TILSP S2: Φ omissão
Deputado: água no PÉ DO PESCOÇO TILSP S5: Φ omissão
Deputado: água no PÉ DA CANELA TILSP S5: Φ omissão
Deputado: VENTO EM POPA TILSP S5: Φ omissão
Deputado: DANÇOU E BAILOU no palco TILSP S1: Φ omissão
Deputado: BRECHAS DA LEGISLAÇÃO TILSP S1: Φ omissão
Deputado: ÉPOCA DOS CORONÉIS TILSP S1: Φ omissão
Deputado: PRESTO HOMENAGEM TILSP S3: Φ omissão
Deputado: MERCADO DE TRABALHO TILSP S5: Φ omissão
Deputado: MUNDO DE ILUSÃO TILSP S5: Φ omissão
Deputado: ESPÍRITO PÚBLICO TILSP S4: Φ omissão
Deputado: governo com discurso mentiroso enganado a GREGOS E TROIANOS TILSP S3: Φ omissão COMPRAR+ VENDER COISA PEGAR+ ROUBAR
Deputado: governador DE PRONTO concordou TILSP S1: GOVERNADOR I-(incompreensível) Φ omissão ACEITAR OK
Deputado: venda desse petróleo no MERCADO INTERNACIONAL TILSP S2: Φ omissão VENDER+

Fonte: Elaboração própria.

Da mesma maneira que as sentenças acima, na unidade fraseológica “VIERAM À TONA” temos, na interpretação do TILSP, a omissão completa da expressão; mas, antes de omitir a sentença, o TILSP S2 introduziu uma pergunta retórica, o que nos deu a entender que ele iria interpretar a UF respondendo a pergunta lançada – como aconteceu com as paráfrases explicativas que tiveram a introdução de uma pergunta retórica –; mas, ao contrário, ele finalizou o discurso e não deu sequência ao pensamento do parlamentar; houve, nesse caso, uma quebra de raciocínio, ou seja, a pergunta retórica, nesse caso, ao invés de estimular o telespectador a pensar sobre o que foi dito ou de introduzir uma explicação sobre a UF “VIR À TONA”, serviu como um “ponto final” à fala do orador. Vejamos:

Deputado: porque que esses escândalos VIERAM À TONA

TILSP S2: POR CAUSA ACONTECER...?...

Nas duas realizações seguintes de COMANDO DE GREVE, realizadas pelo mesmo TILSP, temos o uso de estratégias diferenciadas. Na primeira sentença, temos o apagamento completo da unidade fraseológica; na segunda sentença, o TILSP S1 realiza parte da UF, apagando o termo “comando”, o que classifica a segunda estratégia utilizada pelo TILSP como estratégia da equivalência, mas utilizada de forma parcial.

Deputado: COMANDO DE GREVE fez algumas apresentações

TILSP S1: Φ omissão FAZER APRESENTAÇÃO

Deputado: permanente entre o COMANDO DE GREVE e o professor

TILSP S1: Φ omissão GREVE_{locj} PROFESSOR_{lock}

A seguir, temos as UFs “IDEIAS WEBERIANAS” e “PROGRAMA CEARÁ ZERO” – a primeira fazendo alusão às ideias acerca de sociedade trazidas pelo pensador Max Weber; a segunda fazendo uma crítica às políticas do governo federal diante da implementação de uma refinaria de petróleo no estado do Ceará. Para isso, o parlamentar faz alusão ao programa social do governo federal “Fome Zero”, mas de maneira irônica e com sentido contrário ao que seria a proposta do programa social nacional.

Deputado: IDEIAS WEBERIANAS

TILSP S3: Φ omissão W-E-B-E-R

Deputado: Ceará foi mais uma vez contemplado com o PROGRAMA CEARÁ ZERO

TILSP S1: Φ omissão BOM F-O-M-E Z-E-R-O

Na primeira glosa de interpretação, temos o apagamento parcial da primeira parte da unidade fraseológica e, logo em seguida, o uso da datilologia para soletrar parte do nome do sociólogo, não trazendo nenhuma explicação adicional; na segunda glosa, o TILSP S1 além de utilizar a estratégia da omissão (somente parte da UF é interpretada pelo TILSP), no nosso entendimento, comete um “erro” de tradução – da mesma forma que aconteceu com o desfraseologismo “DESADMINISTRAÇÃO DE LINDA LINS DA FORTALEZA HORROROSA”, interpretada pelo mesmo TILSP –, pois ele interpretou justamente o contrário do que o parlamentar desejou expressar. Ele interpretou parte da UF “CEARÁ ZERO” por “BOM F-O-M-E Z-E-R-O”, desvirtuando o sentido e a “intencionalidade” do parlamentar.

Entendemos que nos dois casos de desfraseologismo, o TILSP possa não ter percebido o verdadeiro discurso por trás do discurso, não sendo possível, dessa forma, interpretar ou recriar na língua-alvo e texto produzido na língua-fonte.

A seguir o quadro com as unidades fraseológicas interpretadas pela estratégia do apagamento ou omissão:

Quadro 13 – Resumo das UFs estratégia do apagamento

Colocação	VIERAM À TONA
	COMANDO DE GREVE
	MERCADO INTERNACIONAL
	VOZ DA EXPERIÊNCIA
	DE PRONTO
	BRECHAS DA LEGISLAÇÃO
	ÉPOCA DOS CORONÉIS
	PRESTO HOMENAGEM
	IDEIAS WEBERIANAS
	ESPÍRITO PÚBLICO
	MERCADO DE TRABALHO
	MUNDO DE ILUSÃO
Binômio	DANÇOU E BAILOU
	GREGOS E TROIANOS
Expressão idiomática	PÉ DO PESCOSO
	PEGAR NA PALAVRA
	PÉ DA CANELA
	VENTO EM POLPA
Desfraseologismo	PROGRAMA CEARÁ ZERO

Fonte: Elaboração própria.

Considerações Finais

Apresentamos os principais resultados da pesquisa e não consideramos que as discussões acerca das traduções/interpretações de fraseologismos estejam encerradas; pelo contrário, esse estudo é apenas o início de investigações futuras que envolvam áreas de pesquisa tão extensas, ricas em informações e ainda pouco investigadas, como são os Estudos da Tradução e da Fraseologia em língua de sinais. Nenhuma pesquisa se encerra em si, mas é o ponto de partida para outras investigações. Em nossos estudos trazemos apenas a ponta de um *iceberg* que ainda tem muito a ser explorado.

Abordamos aspectos das áreas da Fraseologia e dos Estudos da Tradução, fazendo uma interface entre esses dois campos. Identificamos e descrevemos as estratégias de interpretação do ato tradutório que envolve a língua portuguesa e a língua brasileira de sinais em uma situação específica: interpretações realizadas nas sessões plenárias da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Nosso estudo aborda a tradução interlingual, focalizada no tipo interpretativo *interpretação de mídia*, na modalidade *simultânea*.

Fizeram parte de nossa investigação seis tradutores-intérpretes de Libras e as questões que suscitaram as nossas reflexões foram: como o tradutor-intérprete de Libras faz para interpretar UFs da língua portuguesa para a Libras? Quais estratégias de interpretação são

utilizadas pelos tradutores-intérpretes de língua de sinais na interpretação de UFs da língua portuguesa para a Libras?

Analisamos vídeos com as interpretações, a partir das gravações das sessões plenárias, e entrevistamos os TILSP com o objetivo de entendermos melhor o nosso objeto de estudo.

Inicialmente, tínhamos a hipótese de que as situações interpretativas entre essas duas línguas (português e Libras), nas quais tivéssemos unidades fraseológicas, demandaria sempre do profissional tradutor-intérprete uma busca pelo sentido/significado das UFs realizadas em língua portuguesa; achávamos que sempre teríamos a realização de paráfrases, fazendo com que não recuperássemos a noção de unidade fraseológica em língua de sinais, o que em parte se confirmou. Mas percebemos em nossa análise que, em muitas situações de interpretação dessas UFs, os TILSP buscaram alternativas que não somente a paráfrase. A essas “alternativas” denominamos de estratégias.

A análise do *corpus* da pesquisa aponta o uso principal de seis estratégias: *simplificação*; *explicitação*; *tradução literal*; *paráfrase*; *equivalência*; e *apagamento ou omissão*. Apareceram outras duas estratégias utilizadas de maneira secundária, sempre associadas a outras estratégias, e que a chamamos de estratégia *satélite*. Uma delas foi a *datilologia*; a outra foi a *pergunta retórica*, que não surgiu como estratégia de interpretação da UF,

mas como apoio a essa interpretação. Na maioria das vezes, a estratégia da pergunta retórica veio em acompanhamento à estratégia da *paráfrase explicativa*. Entre as seis estratégias, por nós classificadas, percebemos que duas foram mais utilizadas: a *paráfrase* e a *omissão*. A paráfrase foi a que teve maior número de ocorrências e aconteceu em duas manifestações: o da *paráfrase explicativa* e o da *paráfrase descritiva*. A estratégia da *equivalência* também foi bem utilizada, principalmente quando o intérprete de Libras buscou na língua-alvo aproximar o sentido à expressão proferida na língua-fonte. Para isso, ele buscou fazer aproximações entre estruturas. As estratégias *simplificação*, *explicitação* e *tradução literal* tiveram menos ocorrências.

Vale fazer uma observação sobre a elevada ocorrência de unidades fraseológicas denominadas colocações. Desde o início de nossa investigação, tivemos a intenção de analisar unidades fraseológicas que tivessem um certo grau de idiomaticidade, pois entendemos que estas expressões oferecem maior dificuldade à tradução; então, inicialmente, pensávamos que iríamos encontrar mais UFs desse perfil, que fossem expressões idiomáticas e citações; mas, para a nossa surpresa, o *corpus* é composto primordialmente por colocações.

Na análise dos dados, percebemos que, em algumas interpretações das unidades fraseológicas, conseguimos recuperar na língua de sinais a UF do português; mas, na maioria dos casos, após a interpretação da UF, temos a realização de uma paráfrase: o TILSP desconstrói o sentido da unidade fraseológica em português e reconstrói esse sentido em língua de sinais, dando origem a outro enunciado que, na maioria das vezes, não será uma unidade fraseológica em língua de sinais.

Não pudemos deixar de atentar ao papel e ao lugar do tradutor-intérprete de língua de sinais em uma situação de

interpretação, cujo lugar deve ser marcado por sua atuação enquanto mediador cultural que tem certa autonomia na realização do discurso. Observamos que, em algumas situações interpretativas, a “interferência” dos TILSP no ato discursivo foi inevitável e, em alguns momentos, imprescindível para o “sucesso” da interpretação.

As nossas considerações acerca das entrevistas trazem à tona a grande preocupação dos tradutores-intérpretes com os resultados de um processo tradutório. Eles trouxeram à discussão questões polêmicas sobre a neutralidade e a fidelidade em interpretações; por outro lado, destacaram a autonomia que o tradutor/intérprete deve ter em um processo de tradução, tornando-se também “autor” do discurso. As entrevistas revelaram que a classe profissional de tradutores-intérpretes de língua de sinais é um grupo profissional que está em formação e que tenta buscar na teoria elementos que fundamentem a sua atuação profissional. Os conhecimentos teóricos são pouco consolidados e, de certa forma, ainda não “andam de mãos dadas” com a prática profissional, mas percebemos uma enorme ânsia e busca por essa prática pautada no conhecimento teórico.

Encerramos este livro com a certeza da necessidade de mais estudos acerca da prática tradutória do profissional tradutor-intérprete de língua de sinais; estudos que possam auxiliá-lo na sua prática profissional. Percebemos isso, principalmente, no que concerne ao nosso foco de debate aqui, as estratégias utilizadas pelos TILSP para a interpretação de unidades fraseológicas. Novos estudos podem, por exemplo, direcionar a criação de dicionários, manuais, apêndices que tragam ao conhecimento do profissional da tradução unidades fraseológicas nas duas línguas, a língua portuguesa e a língua brasileira de sinais, constituindo-se em ferramentas que certamente auxiliarão no processo tradutório.

Referências

- ALMEIDA, M. J. D. F. de. **A Tradução e interpretação de provérbios e expressões idiomáticas em língua de sinais:** equivalentes linguísticos e culturais. 2010. Disponível em: http://www.congressotils.cce.ufsc.br/2010/pdf/maria_jose_duarte_freire_de_almeida.pdf. Acesso em: 19 dez. 2011.
- ALVES, F; MAGALHÃES, C.; PAGANO, A. **Traduzir com autonomia:** estratégias para o tradutor em formação. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- ARROJO, R. A Ética da tradução em abordagens contemporâneas ao ensino de tradução. *In:* KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (org.). **Linguística aplicada:** suas faces e interfaces. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 39-51.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer:** palavras e ação. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BARBOSA, H. G. **Procedimentos técnicos da tradução:** uma nova proposta. 2. ed. Campinas: Pontes, 2004.
- BASSNETT, S. **Estudos da tradução.** Tradução: Sônia Terezinha Gehring, Letícia Vasconcelos Abreu e Paula Azambuja Rossato Antinolfi. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- BORGES, A. I.; NERCOLINI, M. J. A (im)possibilidade da tradução cultural. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS, 2., 2002, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]** São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000012002000300006&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 1 maio 2012.
- BOURDIEU, P. **Ce que parle veut dire.** Paris: Fayard, 1982.
- CASTRO, M. de S. **Tradução ética e subversão:** desafios práticos e teóricos. 2007. 116f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso político.** Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- CORPAS PASTOR, G. **Manual de fraseologia española.** Madrid: Gredos, 1996.
- COSTA, W. C. O texto traduzido como re-textualização. **Cadernos de Tradução,** Florianópolis: UFSC, v. 2, n. 16, p. 25-54, 2005.

- FARIA, S. P. **A Metáfora na LSB e a construção dos sentidos no desenvolvimento da competência comunicativa de alunos surdos.** 2003. 316f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- FELIPE, T. A. Introdução à gramática de Libras. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Especial: Língua Brasileira de Sinais.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 1997. v. 7. (Série Deficiência Auditiva, 3).
- FERREIRA-BRITO, L. **Por uma gramática de língua de sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- FIRTH, J. R. Modes of meaning. *In*: FIRTH, J. R. **Papers in linguistics** 1934-1951. London: Oxford University Press, p. 190-215, 1957.
- GILE, D. Methodological aspects of interpretation (and translation) research. **Target**, Philadelphia: Benjamins, v. 3, n. 2, p. 153-174, 1991.
- GRICE, H. P. Lógica e Conversação. *In*: DASCAL, M. (org). **Fundamentos metodológicos da lingüística.** Tradução: João Wanderley Geraldi. Campinas: Unicamp, 1975/1982. v. 4. p. 81-104.
- GUERINI, A. **Introdução aos estudos da tradução.** 2008. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/hiperlab/avalibras/moodle/prelogin/index.htm>. Acesso em: 2 abr. 2010.
- HORTÊNCIO, G. F. H. **Um estudo descritivo sobre o papel dos intérpretes de libras no âmbito organizacional das Testemunhas de Jeová.** 2005. 108f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.
- JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. *In*: JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação.** Tradução: Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969. p. 63-72.
- JORGE, G. Da palavra às palavras: alguns elementos para a tradução das expressões idiomáticas. **Polifonia**, Lisboa: Edições Colibri, n. 5, p. 119-133, 2002.
- LEMOS, A. M. **As estratégias de interpretação de unidades fraseológicas do português para a libras em discursos de políticos.** 2012. 175p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, 2012.
- LIDDELL, S. K.; JOHNSON, R. E. American Sign Language: the phonological base. *In*: VALLI, C.; LUCAS, C. (org.). **Linguistics of American Sign Language: an introduction.** Washington-DC: Clerc Books/Gallaudet University press, 2000.
- MAGALHÃES JÚNIOR, E. **Sua Majestade, o intérprete: o fascinante mundo da tradução simultânea.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação.** Tradução: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.
- MEJRI, S. Construction a verbs supports, collocations et locutions verbales. *In*: HUERTA, M. P.; MEJRI, S. (Dirs.). **Las construcciones verbo-nominales libres y fijas: aproximación contrastiva y traductológica.** Université d'Alicante: Quinta Impresión, S.L., 2008. p. 191-202.

- MITTMANN, S. **Notas do tradutor e processo tradutório**: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- NEVES, M. H. de M. **A gramática funcional**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- NOVAIS, L. **O intérprete de tribunal, um mero intérprete?**: um estudo descritivo sobre o papel do intérprete nos Fóruns de Boa Vista-RR e Fortaleza-CE. 2002. 397p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2002.
- PAGURA, R. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **DELTA [online]**, v.19, número especial, p. 209-236. 2003.
- PEIXOTO, R. C. **A interface entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a língua portuguesa na psicogênese da escrita na criança surda**. 2004. 199f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, 2004.
- QUADROS, R. M. de.; KARNOPP, L. B. **Língua Brasileira de Sinais**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA**, v. 7, n. 2, p. 305-322, jul./dez. 2005.
- RÓNAI, P. **Escola de tradutores**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1987.
- RUIZ GURILLO, L. R. Aspectos de fraseología teórica española. **Cuadernos de Filología**, València: Universitat de València, Anejo XXIV, 1997.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com colaboração de Albert Riedlinger. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCHLEIERMACHER, F. E. D. Sobre os diferentes métodos de traduzir. Tradução: Celso Braidá. **Revista Princípios**, v. 14, n. 21, p. 233-265, jan./jun. 2007.
- SEARLE, J. R. **Speech acts**: an essay in the philosophy of language. London: Cambridg, 1985.
- SHERIDAN, S. Translating idiomatic expressions from english to Irish Sign Language (ISL): theory and practice. *The Sign Language Translator and Interpreter, Manchester, St. Jerome Publishing*, v. 3, Issue 1, p. 69-83, 2009.
- SILVEIRA, B. **A arte de traduzir**. São Paulo: Melhoramentos/Ed. Unesp, 2004.
- SOUZA, S. X. de. **Performances de tradução para a Língua Brasileira de Sinais observadas no curso de Letras-Libras**. 2010. 149f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- STOKOE, W. C. **Sign Language Structure**. Reedição. Silver Spring-Maryland: Linstok Press, 1960.

STUMPF, M. R. Transcrições de língua de sinais brasileira em *signwriting*. In: LODI, A. C. B. *et al* (org.). **Letramento e minoria**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

TAGNIN, S. E. O. **O jeito que a gente diz**: expressões convencionais e idiomáticas. São Paulo: Disal, 2005.

TOURY, G. The nature and role of norms in translations. In: TOURY, G. **Descriptive translation studies and beyond**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 1995. p. 53-69.

VASCONCELLOS, M. L. Tradução e interpretação de língua de sinais (TILS) na pós-graduação: a afiliação ao campo disciplinar “Estudos da Tradução”. In: QUADROS, R. M. (org.). **Cadernos de Tradução**: tradução e interpretação de línguas de sinais, Florianópolis: UFSC, v. 2, n. 26, p. 119-143, 2010.

VENUTI, L. **Escândalos da tradução**: por uma ética da diferença. Tradução: Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda, Valéria Biondo. Revisão técnica Stella Tagnin. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

WELKER, H. A. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. 2. ed. rev e ampl. Brasília: Thesaurus, 2004.

WILLIAMS J.; CHESTERMAN, A. **The map**: a beginner’s guide to doing research in translation studies. Manchester-UK: St Jerome Publishing, 2002.

XATARA, C.; RIVA, H. C.; RIOS, T. H. As dificuldades na tradução de idiomatismos. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis: UFSC, v. 2, n. 8, p. 183-194, 2001. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/viewFile/5892/5572>. Acesso em: 7 abr. 2010.

ZULUAGA, A. **Introducción al estudio de las expresiones fijas**. Frankfurt a. M., Bern, Cirencester/UK: Lang, 1980.

Sinopse

Neste livro, apresentamos uma pesquisa de Mestrado desenvolvida no entrelace das áreas de estudo da Tradução, da Linguística aplicada às línguas de sinais e da Fraseologia. Este estudo nasceu pelo interesse da autora, especialmente, pelos Estudos da Tradução, principalmente no que se refere à interpretação que envolve línguas de modalidades e articulações diferentes, como é o caso da língua de sinais (gesto-visual) e da língua portuguesa (oral-auditiva). O foco do estudo foi investigar e descrever as estratégias de interpretação adotadas pelos tradutores-intérpretes de línguas de sinais/língua portuguesa nas interpretações de unidades fraseológicas do Português para Libras nas janelinhas de Libras das Sessões Plenárias da TV Assembleia do Ceará.



Sobre a autora

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, mestre em Linguística (UFC) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Brasileira de Sinais - Libras, principalmente nas áreas de ensino de Língua Portuguesa para surdos, de ensino de Libras e de tradução/interpretação entre as línguas portuguesa e de sinais brasileira. Possui trabalhos publicados em eventos nacionais, revistas especializadas e livros.

E-mail: andrea.lemos@ifce.edu.br